LUCIANA BATISTA DA SILVA

PROBLEMATIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO VALE DO PARANAPANEMA

ASSIS

2021

LUCIANA BATISTA DA SILVA

PROBLEMATIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO VALE DO PARANAPANEMA

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador:
Prof. Dr. Sílvio José Benelli

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S586p

Silva, Luciana Batista da
Problematizando as políticas públicas sociais para crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema / Luciana Batista da Silva. Assis, 2021.
190 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Sílvio José Benelli

1. Genealogia. 2. Políticas públicas. 3. Crianças. 4. Adolescentes. 5. Pesquisa qualitativa - Análise documental. I. Título.

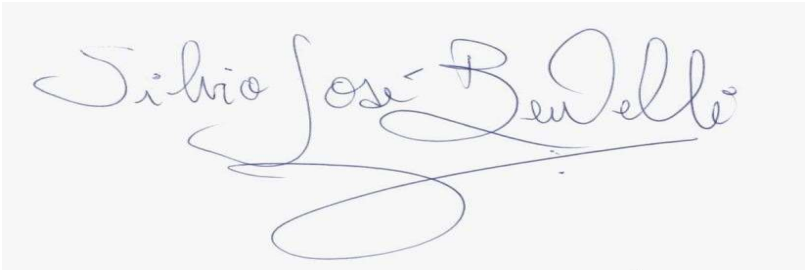
CDD 361.1

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE LUCIANA BATISTA DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2021, às 08:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de LUCIANA BATISTA DA SILVA, intitulada **PROBLEMATIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO VALE DO PARANAPANEMA**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/Assis, Profa. Dra. FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS (Participação Virtual) do(a) UFPA/Belém, Prof. Dr. MAURÍCIO GONÇALVES SALIBA (Participação Virtual) do(a) UENP/Jacarezinho, Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Social e Educacional / Unesp, Câmpus de Assis, Prof. Dr. FERNANDO LUIZ ZANETTI (Participação Virtual) do(a) UEMG. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelosmembros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final:APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI

Ao meu filho, Vitor Batista,

meu companheirinho nesta jornada...

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, pela sobrevivência e pela força durante esta trajetória.

Ao meu Professor e Orientador Professor Doutor Sílvio José Benelli, pela confiança em meu trabalho e pela orientação competente e precisa e a sua esposa Tereza, pelo carinho e apoio.

Ao meu saudoso Orientador do Mestrado, Professor Dr. José Luiz Guimarães (*in memorian*), pulsão de vida e aconhego.

Aos Professores Doutores, Flávia Cristina Silveira Lemos, Maurício Gonçalves Saliba, Leonardo Lemos de Souza e Fernando Luiz Zanetti, que na ocasião da Defesa, muito nos auxiliaram e enriqueceram com suas arguições e aos Professores Doutores, Geovânio Edervaldo Rosseto, Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior e Sônia Regina Vargas Mansano, por suas contribuições.

Aos funcionários da UNESP (Câmpus de Assis/SP), pela atenção sempre que necessária, em especial, aos da Seção de Pós-graduação, dos Departamentos de Psicologia Clínica, Social e do Trabalho, aos do Setor de Recursos Humanos, do Restaurante Universitário (RU) e da Biblioteca.

Aos representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP) e das Entidades Assistenciais, pela disponibilização de documentos e informações que embasaram esta pesquisa.

Aos amigos: José Roberto Oliveira Santos, companheiro de estudo, pesquisa, idéias e projetos; Jair Isaías Kappan, pelo apoio e incentivo à pesquisa; Felipe Bravo, pela intuição e autoconhecimento; Alessandro Júnior, pelas dicas de leitura e visão de mundo; Carlos Passos, amigo de luta e resistência; Eduardo de Mello Ribeiro, pelo exemplo de vida.

Aos companheiros da Pós Graduação da UNESP/Assis, da Pós Graduação da UNIP/Assis, do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e "Subjetividadessaúde" (LATIPPSS), do Transversalizando, do Instituto do Negro de Assis – Zimbauê, do Coletivo Articulando, aos meus alunes e a tantos outros que inspiraram meu percurso na produção da pesquisa que resultou nesta tese.

À minha família: minha mãe Alzira, pela fé e preces incessantes; Meu pai Luiz, por me incentivar às "lutas" da vida; meu irmão André, pelo exemplo de caráter; minha cunhada Renata pela intercessão; meu tio João, pela vontade de viver; minhas avós Tereza e Francisca (*in memorian*), pela minha ancestralidade; meus saudosos avôs Joaquim e Aparecido, pela herança de coragem; minha prima Nathália, que amo como minha filha, minha prima-irmã Ana Paula e aos meus primos Luiz Carlos e Matheus; minha cunhada Cristiane pelas orações constantes; minha sogra Maria, e meu sogro Benedito pelas orações; meu filho do coração, Kauê; meu esposo Sidnei, pela vida do nosso filho; E finalmente, ao meu filho Vitor, meu príncipe, minha vida, minha razão de existir e de não desistir, apesar das adversidades.

Às crianças e adolescentes do Brasil, que me motivam e preservam os meus sonhos...

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"Na dúvida, fique do lado dos pobres".
(Pedro Casaldáliga)

SILVA, L. B. **Problematizando as políticas públicas sociais para crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema.** 2021. 190 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2021.

RESUMO

Nossa investigação consistiu em problematizar a situação das políticas públicas de Assistência Social oferecidas para crianças e adolescentes na região de abrangência do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP), que congrega 24 (vinte e quatro) municípios do interior de São Paulo, sendo eles: Assis, Borá, Cândido Mota, Campos Novos Paulista, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, João Ramalho, Lutécia, Maracaí, Nantes, Ocauçu, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Platina, Quatá, Rancharia, Santa Cruz do Rio Pardo, Taciba, Pedrinhas Paulista e Tarumã, totalizando aproximadamente 400.000 habitantes. Instrumentalizados pela perspectiva teórica e conceitual foucaultiana, realizamos um levantamento de documentos: colecionamos os Planos Municipais de Assistência Social e também os Planos de Trabalho das entidades assistenciais públicas e privadas que atendem crianças e adolescentes desses municípios. Buscamos realizar uma análise crítica sobre os saberes e fazeres, no campo social, tendo como foco as ações assistenciais para crianças e adolescentes, considerados em situação de risco de e vulnerabilidade social. Foram pesquisadas 24 (vinte e quatro) Secretarias Municipais de Assistência Social e detectamos a existência de 52 (cinquenta e duas) entidades assistenciais privadas em funcionamento na região, sendo que analisamos mais detidamente 04 (quatro) delas a partir de critérios de exequibilidade. A análise e discussão do material documental levantado foi referenciada por conceitos presentes na perspectiva teórica de Michel Foucault. Formulamos alguns *Enunciados Analíticos* para organizar a apresentação da discussão: características institucionais; população atendida; táticas institucionais; equipe multidisciplinar e perspectiva de sujeito. Foi possível interrogar as práticas discursivas presentes na área social de atendimento a infância e adolescência e, a partir desta ótica, procurarmos explicar como os saberes, fazeres e poderes vêm se engendrando no Vale do Paranapanema. Encontramos, no território pesquisado, entidades de atendimento à infância e adolescência permeadas por estratégias de dominação, governo e controle dos corpos, revestidas por práticas de educação e proteção. Entendemos que a análise destas práticas na área de abrangência estudada pode fornecer elementos para pensar e redimensionar o atual processo de implantação das políticas públicas sociais para infância e adolescência na região.

Palavras-chave: Genealogia, Políticas Públicas; Criança e Adolescente; Entidades Assistenciais, Análise Documental.

SILVA, L. B. **Questioning social public policies for children and adolescents in Vale do Paranapanema.** 2021. 190 f. Thesis (Doctorate in Psychology). - Faculty of Sciences and Letters, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2021.

ABSTRACT

Our investigation consisted of problematizing the situation of the public policies of Social Assistance offered to children and adolescents in the region covered by the Intermunicipal Consortium of Vale do Paranapanema (CIVAP), which congregates 24 (twenty-four) municipalities in the interior of São Paulo, being them : Assis, Borá, Cândido Mota, Campos Novos Paulista, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, João Ramalho, Lutécia, Maracaí, Nantes, Ocauçu, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Platinum, Quatá, Rancharia, Santa Cruz do Rio Pardo, Taciba, Pedrinhas Paulista and Tarumã, totaling approximately 400,000 inhabitants. Using a Foucaultian theoretical and conceptual perspective, we conducted a survey of documents: we collected the Municipal Social Assistance Plans and also the Work Plans of public and private assistance entities that assist children and adolescents in these municipalities. We seek to carry out a critical analysis of knowledge and practices in the social field, focusing on assistance actions for children and adolescents, considered to be at risk and socially vulnerable. 24 (twenty-four) Municipal Social Assistance Secretariats were surveyed and we detected the existence of 52 (fifty two) private assistance entities operating in the region, and we analyzed 04 (four) more closely based on feasibility criteria. The analysis and discussion of the documentary material surveyed was referenced by concepts present in the theoretical perspective of Michel Foucault. We formulated some Analytical Statements to organize of presentation the discussion: institucional characteristics, population served, institucional tactics, multidisciplinary team and Subject perspective. It was possible to interrogate the discursive practices present in the social area of care for children and adolescents and, from this perspective, we tried to explain how the knowledge, actions and powers have been engendered in Paranapanema Valley. We found, in the researched territory, entities of assistance of childhood and adolescence permeated by strategies of domination, government and control of bodies, covered by practices, of education and protection.We understand that the analysis of these practices in the area covered by the study can provide elements to think about and resize the current process of implementing public social policies for children and adolescents in the region.

KEYWORDS: Genealogy; Public Policy; Kid and Adolescent; Assistance Entities; Document Analysis.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAPS – Centros de Atenção Psicossocial

CCFV – Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

CIBs – Comissões Intergestores Bipartite

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CIVAP – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

CF – Constituição Federal

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e de Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social

CRAS – Centros de Referência da Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializado da Assistência Social

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CT – Conselho Tutelar

EAP – Entidade assistencial privada

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal

LATIPPSS - Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividadessaúde”

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LA – Liberdade Assistida

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MPA – Medida Protetiva Ampla

NOB Suas – Norma Operacional Básica do SUAS

OG – Organizações Governamentais

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos

PAIF – Proteção de Atenção Integral à Família

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

PETI – Programação de Erradicação do Trabalho Infantil

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

POP – Projeto de Orientação Profissional

PTEA – Plano de Trabalho das Entidades Assistenciais

SL – Semi-Liberdade

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SINASE – Sistema Nacional Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TNSS – Tipificação Nacional de Serviço Socioassistencial

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Entidades assistenciais privadas de Assis que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 2. Entidades assistenciais privadas de Cândido Mota que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 3. Entidades assistenciais privadas de Ibirarema que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 4. Entidades assistenciais privadas e públicas de Palmital que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 5. Entidades assistenciais privadas de Paraguaçu Paulista que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 6. Entidades assistenciais privadas de Pedrinhas Paulista que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 7. Entidades assistenciais privadas de Platina que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 8. Entidades assistenciais privadas de Quatá que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 9. Entidades assistenciais privadas de Rancharia que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 10. Entidades assistenciais privadas de Santa Cruz do Rio Pardo que atendem a crianças e adolescentes

Tabela 11: Informações sobre os índices de desenvolvimento dos municipios do território do Vale do Paranapanema

Tabela 12. Rede Socioassitencial da região de abrangência do Vale do Paranapanema: equipamentos e entidades públicas e privadas de atendimento à criança e ao adolescente

Tabela 13. Orientação geral das entidades de atendimento à crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa dos Municípios de abrangência, com informações sobre o Valor Adicionado municipal e Participação Municipal no CIVAP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
Sobre o contexto da produção dessa pesquisa: reflexões em tempos de pandemia 16
Sobre a Pesquisa, propriamente dita 21

CAPÍTULO 1. QUESTÕES TEÓRICAS, CONCEITUAIS E O CAMPO DE ANÁLISE 27
1.1. Perspectiva teórico conceitual foucaultiana 27
1.2. As políticas públicas sociais para crianças e adolescentes: o discurso presente na documentação oficial 39
1.3. As políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na história do Brasil 42
1.3.1. As políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na atualidade brasileira 51
1.3.2. A Política Nacional de Assistência Social e o atendimento assistencial da criança e do adolescente 63
1.3.3. Entidades Assistenciais Socioeducativas 70
1.4. A atuação dos Psicólogos nas Políticas Públicas sociais 77

CAPÍTULO 2. PROBLEMATIZANDO A LITERATURA E PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 89

CAPÍTULO 3. PESQUISANDO A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA 97
3.1. Desenhando uma investigação 97
3.2. Objetivos 100
3.3. Técnicas de investigação 102
3.4. Construindo um arquivo de documentos e de bibliografia 105
3.5. Estabelecimentos institucionais que atendem a crianças e adolescentes pesquisados 107

CAPÍTULO 4. PROBLEMATIZANDO O ARQUIVO DOCUMENTAL CONSTRUÍDO SOBRE A REDE SOCIOASSISTENCIAL DO VALE DO PARANAPANEMA 108
4.1. O Território do Vale do Paranapanema e seus municípios 108
4.1.1. O Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP) 111
4.1.2. Rede Socioassistencial: instituições e entidades de atendimento a crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema 114
4.1.3. Analisando e discutindo as informações levantadas sobre Rede Socioassistencial composta por equipamentos e entidades na região do Vale do Paranapanema 136
4.2. Análises dos Planos Municipais e dos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais 143

4.2.1. Análises dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS) 146
4.2.2. Análises dos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais (PTEA) 150
CONCLUSÕES 162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 169
ANEXOS 185
ANEXO I. Ofício de Solicitação de autorização da pesquisa nos arquivos do consórcio 185
ANEXO II. Ofício de Solicitação de acesso aos Planos Municipais de Assistência Social 186
ANEXO III. Ofício de Solicitação de acesso aos Planos de Trabalho das Entidades Socioassistenciais 187
ANEXO IV. Carta de Apresentação da Pesquisa 188
ANEXO V. Declaração de Instituição e Infraestrutura para o uso de arquivos do CIVAP 189
ANEXO VI. Termo de Autorização para a o uso de Arquivos do CIVAP para realização da Pesquisa Documental 190

INTRODUÇÃO

Sobre o contexto da produção dessa pesquisa: reflexões em tempos de pandemia

> A anátomopolítica refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade (FURTADO; CAMILO, 2016, p. 34).

Pesquisar no Brasil contemporâneo, é por si só, um ato de resistência. Pesquisar, no contexto atual e em meio a uma Pandemia, é praticamente o exercício constante da nossa capacidade de resiliência. A presente pesquisa foi produzida neste contexto histórico, social e político, marcado pela experiência do isolamento e do distanciamento social, físico e emocional.

A escrita de um texto acadêmico, normalmente é uma tarefa solitária. Nossos companheiros são os livros, os artigos, o texto da Tese, o nosso computador, nossos pensamentos, reflexões e problematizações. No meu caso também foi assim, desde o início da pesquisa, tempos nos quais ainda vivenciávamos um pseudo estado de normalidade. No entanto, as últimas análises, reflexões e probematizações presentes neste texto foram escritas em meio ao caos, em tempos sombrios, de distanciamento e isolamento social, necessário por conta da Pandemia gerada pelo Novo Coronavírus (COVID-19)[1]. Durante este período, tive ao meu lado meu filho Vitor de 09 (nove) anos, uma vez que as escolas foram fechadas como uma das formas de prevenção ao contágio e disseminação do vírus. Um sistema de reclusão e exclusão... Sentimos em nosso próprio corpo, os fragmentos da anátomo-política, descrita por Foucault. Fomos controlados neste período, ainda mais, dentro de nossas próprias casas, em nossos espaços mais íntimos. Esta pandemia, fez com que cada um de nós pudesse sentir na própria pele, os efeitos da biopolítica. Os governos, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde, governam, mais do que nunca, toda a população, visando a suavização da chamada curva de contágio do Coronavírus. Permanecemos enclausurados em nosso próprios espaços de convivência, privados do convívio com as pessoas, com o objetivo da não contaminação e, além disso, da não disseminação do vírus para as populações mais

[1] Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados em Wuhan, na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Fonte: https://coronavirus.saude.gov.br/ Acesso em 25/03/2020.

vulneráveis.

O sistema de exclusão com a pandemia da lepra e a quarentena na época da peste, foram descritos por Foucault. As sociedades também tiveram que se separar, isolando-se da cidade, visando preservar a vida e a saúde, no caso da lepra. Já com a peste a cidade foi dividida em setores e os deslocamentos dos indivíduos eram controlados e policiados. A forma como a sociedade lidou com a peste, nos remete à emergência dos dispositivos disciplinares, tecnologias de poder, e da arte de governar (MARTINS; PEIXOTO JÚNIOR, 2009).

No caso do enfrentamento à COVID-19, a estratégia dos governos foi pautada no isolamento social, na restrição da mobilidade, no fechamento das escolas, universidades, comércios. Esta experiência pessoal, bem como o cenário atual, me fizeram repensar sobre a produção dos sentidos, que as instituições de atendimento à crianças e adolescentes – objeto de estudo desta pesquisa – representam na contemporaneidade e sobre a percepção que as famílias tem sobre a influência destes espaços em nosso modo de existencialização e na formação das crianças e adolescentes enquanto sujeitos.

No plano pessoal e familiar, precisei reorganizar completamente minha rotina, de leitura, escrita e produção de texto, ao mesmo tempo que cuidava do meu filho, dos cachorros, preparava nossa própria refeição, limpava frequentemente a casa, lavava nossas roupas – afazeres que eu tentava alocar no período onde o pequeno estaria na escola. Neste período, tive que lidar com o medo de ter sido infectada e de transmitir o vírus aos familiares, especialmente para minha mãe, que sempre me ajudou nos cuidados com meu filho. Tentamos preservá-la pois ela tem muitas comorbidades, agravantes para esta doença. Além disso, com o fechamento das escolas, a orientação era de que as crianças não ficassem com os avós, na tentativa de evitar possibilidades de infecção e contágio.

Uma das atividades propostas pela escola do meu pequeno, foi de que escrevessem um relato pessoal sobre esses tempos de isolamento. Seguindo o que foi proposto, Vitor Batista (2020) escreveu em seu caderno: *"Este tempo de isolamento tem sido muito difícil porque não dá pra sair de casa, não são férias, não dá pra viajar, não dá pra ir no parquinho, não dá pra ir ao clube, nem no futebol. E para se prevenir tem que: espirrar no braço, lavar a mão com água e sabão ou limpar com álcool gel 70%, contra o Corona Vírus. Esperamos que esse vírus passe logo e nossa rotina volte ao normal. Não tenho medo de pegar esse Corona Vírus, mas tenho muito medo do vovô e a vovó pegar ou eu pegar e passar pra eles que já são idosinhos".*

Meu esposo, continuou trabalhando, como atua no segmento da indústria, o slogan do governo nestes tempos foi: “O Brasil não pode parar”. No início, a opção da empresa que ele trabalha foi de redução da jornada de trabalho dos funcionários e consequentemente a redução de 50% (cinquenta por cento) dos salários, durante 90 (noventa) dias. Realmente, a empresa não parou, nem seus lucros. Nossa família, no entanto, enfentou e ainda enfrenta dificuldades para se sustentar e pagar as contas... Como agravante, mesmo eu e meu filho procurando permanecer em casa, meu esposo acabou se infectando, chegando a ficar internado em estado grave, tendo necessitado de oxigenação. Este cenário, contribuiu para uma desesntabilização ainda maior de nossa família, pois tivemos que lidar – assim como mais de milhares de famílias brasileiras – com a eminência de perder um ente querido e com o sentimento de angústia decorrente de tudo isso.

Pois bem, assim como eu, a maioria das mães também tiveram que se readaptar em suas rotinas, lidando com tempos de sofrimento e medo do futuro. A preocupação com a reorganização das tarefas diárias em meio à ansiedade eminente do processo de finalização da escrita do texto, as dores no corpo, enfim... confesso que pensei muitas vezes em desistir. A força que me impulsionou, foi ter meu filho ao meu lado, como um companheiro, mesmo em meio ao caos, à incerteza e ao doloroso processo de ressignificação.

Acredito que o fator mais significativo neste momento, para as mães como eu, foi o exercício do cuidado integral dos filhos, a partir da experiência do isolamento domiciliar. Considero que, no meu caso, tive o privilégio de poder ficar em casa, estudando e realizando atividades *on line.* Meu filho também teve a oportunidade de continuar com as aulas mesmo que remotas, não perdendo os conteúdos e continuando a interagir com os professores e colegas pela internet. Situação peculiar de uma pequena parcela da população, visto que a maioria das famílias não pôde parar, ao contrário, precisou continuar saindo de casa para buscar o sustento e ainda, encontrar alternativas para os filhos, sem acesso à escola e a projetos sociais. Muitas crianças de escolas públicas, tinham na escola a única ou uma das únicas refeições do dia. Muitos matriculados em escolas de tempo integral, passavam praticamente o dia todo fora de casa. Rotinas que foram abruptamente interrompidas pela pandemia, restando às famílias a tarefa de se reorganizarem, especialmente em relação ao cuidado e atenção aos filhos.

O ECA propõe a proteção integral, mas comumente, abordamos esta premissa de forma direcionada às instituições, governos e instâncias de atendimento à crianças e adolescentes. As famílias, mesmo sendo as responsáveis legais pelos filhos, de modo geral,

acabam terceirizando os cuidados das crianças à outrem. Aos pobres, são disponibilizadas escolas, desde a educação infantil, algumas em tempo integral. No contraturno escolar, as entidades e os projetos sociais disponibilizando atividades esportivas, educativas, de lazer, informática, além de fornecerem alimentação, cuidados com a higiene e saúde, com o objetivo de que as crianças não fiquem sozinhas em casa e nem nas ruas. Uma forma de proteção e ao mesmo tempo, de controle destes pequenos corpos, a fim de que sejam úteis para a sociedade, no futuro. Os pais, muitas vezes trabalham o dia todo e acabam permanecendo com os filhos apenas no período noturno, quando ainda não saem para estudar ou assumir outro trabalho na economia informal. Muitas crianças acabam passando grande parte do tempo com os avós – o que não estava sendo aconselhável, neste momento de isolamento, pois as crianças, mesmo não sendo tão propensas a desenvolver os sintomas da doença, poderiam se contaminar e assim, passar o vírus para os mais idosos, considerados mais vulneráveis ao COVID-19.

Aos mais abastados, classe média, ou ricos, as opções são os colégios particulares, e as babás, ou funcionárias, que, no contraturno escolar ficam responsáveis por levar as crianças para suas atividades complementares como natação, futebol, balé, kumon, informática (atividades muito parecidas com aquelas oferecidas nas entidades, porém todas elas, em unidades particulares, ou clubes privados, frequentados por um público seleto e reduzido). Fato é, que estas famílias, também não cuidam integral e pessoalmente dos seus filhos. O que este momento de isolamento social fez, com pobres e ricos, brancos e pretos, foi colocar todos dentro de suas casas, tendo que cuidar de suas famílias, prover de alimentos, realizar junto às crianças as aulas virtuais, cuidar de suas roupas, ouvir suas histórias, acolher seus medos e suas angústias. Vivemos em um tempo, como na Sociedade de Segurança, proposta por Foucault, onde a população foi totalmente controlada em sua capacidade de deslocamento, mobilidade e liberdade. Tivemos que ficar confinados em nossos espaços domésticos em nome da segurança de cada um e dos mais vulneráveis.

Percebemos neste contexto, que o primeiro espaço a ser fechado, foi a escola – o principal espaço de institucionalização da criança – uma vez que as crianças seriam mais suscetíveis à proliferação do vírus, podendo assim gerar um contágio eminente de outras pessoas. Um ato de proteção às crianças, para que estas, saudáveis e em segurança, também pudessem proteger os idosos e mais vulneráveis, de uma possível contaminação. As aulas continuam a ocorrer, mas agora de forma remota. As escolas e os professores também tiveram que se adequar, se tornaram *youtubers* e tiveram que reposicionar sua forma de ensinar e de se comunicar, de uma forma completamente atípica e singular. Os pais se tornaram tutores de

educação à distância, e tiveram que se adaptar às novas tecnologias e novas formas de comunicação, interação e disseminação do conhecimento. O virtual ganhou ainda mais espaço em nossas vidas... as famosas *lives* fizeram parte de cotidiano – das pessoas que tem algum acesso a internet – como forma de amenizar o distanciamento e abreviar o desejo por um abraço, pela interação ou anestesiamento.

Por outro lado, no Brasil, também vivemos o acirramento da desigualdade social, o aumento da pobreza, do desemprego e da redução de renda das famílias. Com isso, as dificuldades de acesso às aulas *on line* representam o abismo entre o ensino público e privado no país. Enquanto as aulas dos colégios particulares não pararam e as crianças continuaram a ter acesso aos conteúdos de forma virtual, muitos alunos das escolas públicas enfrentaram dificuldades para dar continuidade aos seus estudos. Segundo pesquisa do UNICEF (2020), apesar do esforço das escolas e dos educadores em oferecer plataformas de ensino à distância, ou até mesmo fornecendo materiais impressos, uma em cada três crianças tiverem problemas em assistir as aulas on line, seja por falta de acesso à internet, falta de equipamentos eletrônicos adequandos ou falta de um adulto em casa para auxiliar nas atividades. Além disso, também houve a falta ou escassez da alimentação escolar, que para muitas crianças era a refeição mais importante (ou a única) do dia. Tudo isso acabou por limitar as oportunidades de estudo e aprendizagem para grande parte das crianças brasileiras neste período de pandemia, colocando-os em situação de maior vulnerabilidade e de exclusão. Como agravante, muitas milharess de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo perderam os pais ou responsáveis para o vírus, configurando uma nova problemática com a qual as sociedades terão que lidar, que são os "órfãos da pandemia".

No contexto de pandemia, estamos resignificando nossa existência, identificando o que realmente importa, o que realmente tem valor em nossas vidas: a saúde e o convívio com nossa família. Este cenário, corroborou para que cada família, de forma geral, realizasse de alguma forma a função básica de cuidado e proteção integral, uma vez que as instituições do pseudo cuidado ainda estão em quarentena. No entanto, há que se compreender os sentidos que as famílias começaram a atribuir para as instituições e segmentos de atendimento à infância: meros depósitos de crianças e adolescentes, um lugar para que os pequenos possam passar grande parte do seu tempo, para que os pais possam trabalhar ou cuidar de seus afazeres cotidianos, ou um lugar de socialização, de desenvolvimento da criança e formação do sujeito. É urgente que se problematize os sentidos que estas instituições representam na contemporaneidade, por outro lado, entender que a proteção integral também é

responsabilidade da família, enquanto instituição primeira de vinculação, cuidado e afeto.

O momento atual é de dor por tantas vidas perdidas para o vírus e para o negacionismo, mas é também de esperança na ciência e luta pela vacina e que esta seja gratuita, universal e para todos. Alguns grupos já começaram a ser vacinados, mas ainda falta muito, especialmente as crianças, que por hora, não se sabe quando serão vacinadas e nem qual vacina será segura para elas. Neste ínterim, surge o ensino híbrido (que mescla ensino presencial e o remoto) e o retorno gradual das aulas presenciais. Enquanto isso seguimos, nos readaptando, utilizando máscaras, álcool em gel, lavando constantemente as mãos – para aqueles que algum acesso à água – e evitando aglomerações, enfim, criando novas regras, novas formas de vivenviar o chamado "novo normal". Vai passar...

Sobre a Pesquisa, propriamente dita

> E vocês compreendem por que há um problema que, nessa época, adquiriu uma intensidade maior ainda que os outros, provavelmente porque estava exatamente no ponto de cruzamento dessas diferentes formas de condução: condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob o controle do governo. É o problema da instituição das crianças. O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação; conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria - é esse problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão do problema das condutas no século XVI. A utopia fundamental, o cristal, o prisma através do qual os problemas de condução são percebidos é o da instituição das crianças. (FOUCAULT, 2008, p. 309-310).

O desejo latente de compreender alguns fenômenos sociais, analisar e problematizar o funcionamento das políticas públicas sociais de atenção assistencial para crianças e adolescentes, bem como as práticas engendradas pelas diferentes instituições, organizações e estabelecimentos sociais da área da Assistência Social, executoras das políticas nacionais para infância e adolescência, são as principais motivações para a realização desta pesquisa.

O interesse pela temática das políticas públicas para a infância e adolescência surgiu de minha práxis, iniciada ainda na Universidade, quando já me intrigava com questões relacionadas à população infanto-juvenil e instituições/estabelecimentos de atendimento a esta clientela. Posteriormente, trabalhando com esta população, começaram a surgir questionamentos ainda mais profundos. Posso dizer que me considero uma "pesquisadora

chão de instituição"[2], que saiu da graduação diretamente para o campo de atuação social, com o desejo de vivenciar o cotidiano institucional, atender e acompanhar os casos atendidos nestes contextos e, de alguma forma, colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a faculdade. Tenho grande respeito e admiração pelos colegas que trilharam a carreira clássica do pesquisador, percorrendo de forma contínua as etapas da graduação, do mestrado e doutorado. No meu caso, não foi bem assim. Meu percurso foi um pouco diferente, por isso me considero essa pesquisadora chão de instituição, pois minha vivência profissional foi sempre mesclada pela atuação prática em campo, enquanto profissional da Psicologia, e também pela pesquisa. Trago para a academia, as problematizações e inquietações da minha prática e vivência e implicação na área das políticas públicas sociais. Logo depois de graduada, nos anos de 2000 a 2003, atuei no Conselho Tutelar, órgão que é responsável por zelar pelos direitos de crianças e adolescente quando estes são ameaçados ou violados pela sociedade ou Estado, seja pela família e até mesmo em razão de sua própria conduta[3], o que entendemos que nunca ocorre de modo descontextualizado. Posteriormente, atuei como psicóloga, na orientação de adolescentes que cumpriam Medidas Socioeducativas em meio aberto e, mais recentemente, trabalhei com as gestão de políticas públicas intersetoriais em algumas empresas. Atuei também como Docente em cursos de Graduação e Pós Graduação de Psicologia, tendo a oportunidade de refletir sobre a minha própria prática, bem como sobre os acontecimentos que apreendemos no campo e também de poder discutir tais discussões com os alunos. Meu perfil de pesquisadora é de uma psicóloga trabalhadora do campo social, implicada pelo desejo de transformação da realidade por meio de práticas profissionais éticas e comprometidas, aliadas a uma luta pela redução da desigualdade social. Este é o perfil que sutento e que me acompanha desde minha Graduação, no Mestrado e também no Doutorado, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, universidade que acolheu uma adolescente pobre, vinda de uma escola pública, mas que

[2] Pesquisador chão de instituição: trata-se de uma alusão ao profissional "chão de fábrica" (aquele que atua nas indústrias, no processo de produção), seria um tipo de pesquisador não clássico, o que não indica uma opção pelo senso comum, mas, ao contrário, orientado pelo rigor teórico técnico, um trabalhador que compõe as equipes nas diferentes instituições, organizações e equipamentos sociais, que trabalha por uma psicologia fundamentada pelo conhecimento científico, socialmente implicada e atuante no campo social, junto às camadas mais frágeis da sociedade, que normalmente não tem acesso a estes serviços, porém que necessitam de uma escuta ética, responsável e qualificada.

[3] É importante considerar, porque não parece óbvio, que não existem "condutas próprias" sem contextualização histórica, social, institucional e científica. Não existem "condutas" *in vitro*. Apenas na escola encontramos crianças com TDAH, por exemplo. É numa sociedade que determina legalmente o que é crime ou infração, que temos adolescentes que infracionam. O termo "conduta" também já foi um dos conceitos-chave para designar um suposto objeto da Psicologia: "Psicologia da Conduta", de viés behaviorista, individualizado, descontextualizado da história e da vida social.

almejava crescer e se desenvolver profissionalmente por meio do acesso à educação superior, tendo sido a primeira pessoa da família a ter acesso a se formar em uma universidade. À Unesp, ao meu Orientador do Mestrado, Professor Doutor José Luiz Guimarães (*in memorian*), ao meu Orientador do Doutorado, Professor Doutor Sílvio José Benelli e a todes os meus professores, devo a minha carreira, fundamentada por um pensamento crítico, politizado e pela formação ética, sólida e socialmente responsável.

No Conselho Tutelar (CT), órgão que presidi pelo período de três anos (Gestão 2000 a 2003), diuturnamente enfrentava problemas relacionados às políticas públicas para as crianças e adolescentes, cuja causa, entre outras, se deviam a escassez de programas e projetos, e até mesmo a práticas institucionais funcionando de acordo com paradigmas diversos (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a), que não condiziam com as postulações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Percebi que, muitas vezes, as crianças e os adolescentes vivenciam um conjunto de dificuldades com a família, na escola, no campo social e até mesmo com a Justiça. Estes sujeitos de direitos pareciam não encontrar espaços de acolhida e de escuta qualificados para seus conflitos, nem mesmo para a manifestação de suas angústias. Minha trajetória profissional sempre foi marcada pelo trabalho junto com pessoas e grupos das classes populares e pelo estudo dos problemas relacionados com a "questão social".

Posteriormente, durante três anos, atuei como Psicóloga – Orientadora Técnica em um Projeto de execução de Medidas Socioeducativas em meio aberto – Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) (Gestão 2003 a 2006), numa entidade assistencial privada de orientação espírita. Tive a oportunidade de trabalhar com adolescentes que apresentavam em sua história de vida impactos diversos da violência estrutural da sociedade capitalista e da situação de conflito com a lei, enquanto uma resposta aos seus direitos que haviam sido lesados. Neste Projeto de PSC e LA, pude reencontrar antigos "clientes" atendidos no Conselho Tutelar, onde eu já atuara anteriormente, o que deixou evidente a carência e urgência na implementação das políticas públicas direcionadas a estes sujeitos. Compreendemos que um fenômeno tão complexo como a violência, não é fruto apenas de uma variável, mas é formado por um conjunto de fatores sociais, institucionais, políticos e estruturais que corroboram para o aparecimento e manutenção das dificeis situações que envolvem as famílias pobres e seus adolescentes.

Diante desta inquietação, retornei à Universidade visando problematizar o tema da Gestão das Políticas Públicas na área da infância e adolescência no município, desenvolvendo a Dissertação de Mestrado sobre os Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar enquanto

mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças a adolescentes (SILVA, 2008).

O objetivo principal da pesquisa foi a análise destes órgãos enquanto mecanismos de controle social, gestão, implantação e fiscalização de políticas públicas. Com vistas a atingir esse objetivo, inicialmente fizemos um recorte da história do atendimento à crianças e adolescentes no Brasil. Amparados pela bibliografia, bem como pelas normativas legais na área da infância e adolescência, traçamos um percurso desde a condição de não-ser da criança à noção de sujeito de direitos, bem como a contextualização de outras categorias conceituais relacionadas ao nosso objeto de estudo, imprescindíveis para o seu entendimento. Para coleta de dados, utilizamos a Observação (das reuniões do Conselho), Análise de Fontes Documentais (atas e demais documentos do órgão) e Entrevistas (com os Conselheiros com mandato vigente à época da coleta e outros já desligados da função). O material colhido, por meio da realização de entrevistas, foi organizado e analisado com base na Análise de Conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin (1979). A discussão foi permeada pela revisão da bibliografia e da legislação referente ao tema, procurando contextualizar o problema das políticas públicas para a infância e juventude no contexto de um processo de construção social, histórico e cultural, e uma tentativa de apreensão dos Conselhos de Direitos e Tutelares enquanto instâncias atravessadas por forças institucionais, sociais e políticas. Os resultados encontrados confirmaram estudos anteriores que, tal como preconiza a legislação que os criou, reconhecem os Conselhos de Direitos como órgãos deliberativos e formuladores de políticas públicas na área da infância e adolescência, enquanto que os Conselhos Tutelares são responsáveis pelas atribuições de zelar pelos direitos destes mesmos sujeitos, aplicando as medidas específicas de proteção, ambos aparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. No caso específico dos Conselhos pesquisados, estes enfrentavam dificuldades em sua atuação devido a fatores relacionados à escassez de políticas públicas, evidenciada pela ausência de um trabalho direcionado às famílias, projetos e programas insuficientes, deficiência na rede de atendimento reforçada pela incipiente integração das entidades assistenciais que atendiam esta demanda. Tais desafios eram recorrentes em grande parte dos municípios brasileiros, como apontavam outras pesquisas na área de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente (SILVA, 2008).

Concluído o mestrado, fundamos o Instituto Social – Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa, uma organização com o objetivo de atuar na transformação social, por meio do conhecimento científico aplicado às comunidades, com metodologias inovadoras, visando

o aperfeiçoamento de práticas profissionais e institucionais nas áreas da Psicologia, Educação, Saúde, Social e Esportiva. Tivemos a oportunidade de atuar em diversas instituições públicas e empresas privadas, na coordenação e gestão de projetos de desenvolvimento social e na articulação de políticas públicas intersetoriais em âmbito regional e nacional. Constatamos que, se houvesse um investimento maciço nas áreas social, na educação, saúde, cultura, esporte, lazer, ou seja, se as instâncias formalmente responsáveis para promover e garantir os direitos fundamentais o fizessem, provavelmente este quadro não seria tão caótico.

Diante desta realidade, buscamos nortear nossa pesquisa em torno da análise das políticas públicas sociais para a infância e adolescência formalmente instituídas e, além disso, investigar quais práticas discursivas se não discursivas vem norteando o cotidiano das entidades assistenciais, que tem como público alvo crianças e adolescentes, por meio de projetos desenvolvidos no contraturno escolar.

O objetivo desta pesquisa não foi apresentar soluções mágicas para o problema, nem mesmo criar um manual de atuação para profissionais do campo das políticas públicas sociais. Nossa intenção foi problematizar as questões com as quais nos deparamos na prática e durante anos de trabalho na área social, fundamentados pela bibliografia referente ao tema, pela análise da legislação e da documentação oficial produzida no Brasil, e na região de abangência do estudo.

Para efeito de organização e melhor apresentação do presente estudo, no **primeiro capítulo** apresentamos as questões teóricas, conceituais e o campo de análise, à partir da perspectiva teórico conceitual foucaultiana que pautou a problematização e a construção do texto como um todo. Procuramos apresentar e analisar as políticas políticas públicas sociais para crianças e adolescentes, com base no discurso presente na documentação oficial, na história do Brasil, na Política Nacional de Assistência Social e nas entidades assistenciais socioeducativas. Além disso, analisamos a também a atuação do psicólogo nessas políticas públicas sociais.

No **segundo capítulo** discutimos um conjunto de pesquisas, problematizando a literatura composta por documentos e pela bibliografia referentes ao tema da infância e adolescência.

No **terceiro capítulo** discorremos sobre a forma como desenhamos a realização dessa pesquisa no Vale do Paranapanema, os objetivos, as técnicas de investigação, a construção de um arquivo de documentos e de bibliografia e buscamos caraterizar os estabelecimentos

institucionais pesquisados.

O **quarto capítulo** refere-se à análise e problematização dos documentos que compuseram nossos arquivo: o território pesquisado enquanto área de abrangência investigada, a Rede Socioassistencial regional formada por diversas instituições e entidades, os Planos Municipais de Assistência Social e os Planos de Trabalho das entidades socioassistenciais.

Finalmente, apresentamos nossas c**onclusões** elaborando uma síntese referenciada nas questões centrais da pesquisa, considerando as dificuldades, transformações, rupturas e perspectivas das políticas políticas públicas sociais para crianças e adolescentes bem como indicamos a necessidade da continuidade de desenvolvimento desses estudos.

CAPÍTULO 1

QUESTÕES TEÓRICAS, CONCEITUAIS E O CAMPO DE ANÁLISE

> Delineou-se assim o que se poderia chamar de genealogia, ou melhor, pesquisas genealógicas múltiplas, ao mesmo tempo redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates. E esta genealogia, como acoplamento do saber erutido e das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-lo à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégioss da vanguarda teórica. (FOUCAULT, 1979, p. 171)

1.1. Perspectiva teórico conceitual foucaultiana

Para estudar a situação contemporânea das políticas públicas para crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema, SP, optamos por nos apropriar da perspectiva teórica e conceitual de Foucault, pela qual procuramos pautar nossas análises. Este conjunto de conceitos, se apresentam como ferramentas potentes para que possamos analisar os documentos coletados na presente pesquisa, além de subsidiar a problematização sobre a questão das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes e como estas estão sendo operacionalizadas na contemporaneidade.

As bases teórico conceituais de Foucault estão centradas em três grandes domínios: do *saber* – arqueologia, dos *sistemas de poder* e normalização – genealogia, e nos *modos de subjetivação* e práticas de si – ética. Boas (2002) em sua obra: "Para ler Michel Foucault", descreve momentos da vida e obra do pensador:

> Foucault, um dos mais interessantes pensadores que a França contemporânea nos legou, nascido em 1926 e falecido em 1984, foi quem melhor desvendou o caráter compulsivo da relação entre discurso e poder, mostrando como o discurso quer ser, ele mesmo, portador de poder. Em sua obra pode-se detectar dois momentos fundamentais dessa reflexão (BOAS, 2002, p. 10).

Para Boas (2002), a leitura da obra de Michel Foucault é norteada por dois momentos fundamentais, a saber: Arqueologia e Genealogia, ambas sendo representadas por livros e textos significativos.

> O primeiro momento pode ser delimitado entre os anos de 1961 e 1969. É o momento da arqueologia. Os livros representativos desse momento são: 1961 - História da loucura na idade clássica, 1963 - O nascimento da clínica, 1966 - As palavras e as coisas, 1969 - A arqueologia do saber. O segundo

> momento é o da genealogia, abarcando o período que vai de 1970 até a morte do autor em 1984. Os textos mais significativos desse período são: 1971 - A ordem do discurso, 1975 - Vigiar e punir 1976 - História da sexualidade 1: a vontade de saber, 1978 - Herculine Barbin/Diário de um hermafrodita 1982 - A desordem das famílias, 1984 - História da sexualidade 2: o uso dos prazeres 1984 - História da sexualidade 3: o cuidado de si (BOAS, 2002, p. 11).

Boas (2002) elenca ainda outras obras de Foucault: "Doença mental e psicologia", de 1954; "Nietzsche, Freud & Marx - Theatrum Philosophicum" Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão", de 1973; "Isto não é um cachimbo", de 1973; além de diversos artigos e entrevistas. No Brasil, cita o título Microfísica do Poder, de 1979, organizado por Roberto Machado.

As fases da arqueologia e da genealogia, marcantes na obra de Foucault, permitem uma abordagem das problematizações descritas pelo autor:

> No momento da arqueologia ele está interessado nas chamadas ciências do homem, isto é, em todas as ciências que tomam o homem como seu objeto. Foucault se interessa aí pela história, isto é, o devir histórico, e sua indagação é sobre o que torna possível o discurso acerca do que é científico ou não. Seu objetivo é desvendar as regras de uma época que tornam possível afirmar o falso, o patológico e o errado, contrafração do verdadeiro, normal e certo. Em outras palavras, ele procura estabelecer a que nível se articula o discurso da verdade, referindo-se a questões tais como quem diz, como se diz e que instituição o diz. Já no momento da genealogia, Foucault elege o que poderia ser chamado de seu campo de polêmicas e combates. Sua preocupação fundamental é, doravante, com a articulação entre saber, poder e verdade (BOAS, 2002, p. 12-13).

Para nossa pesquisa e tantas outras que se fundamentam pela leitura Foucaultiana, uma obra fundamental é "Vigiar e Punir: o nascimento da prisão", publicado originalmente em 1975 e traduzido no Brasil em 1987. "Vigiar e punir constitui-se na obra de passagem da arqueologia para a genealogia" (BOAS, 2002, p. 69). Podemos dizer que esta obra alterou o modo de se pensar e de se fazer política social na sociedade ocidental.

> No caso em questão, isto é, no livro Vigiar e punir, Foucault está interessado em desvendar a história genealógica da prisão — instituição em torno da qual se ergue todo um novo regime de verdade, um saber, técnicas, discursos científicos e o poder de punir, naturalmente (BOAS, 2002, p. 73).

A pesquisa genealógica é minuciosa, baseada na singularidade dos acontecimentos e na pesquisa meticulosa de documentos, exige paciência na construção de arquivos e acúmulo de materiais para análise. Não é contrária à história, mas recusa as pesquisas de origem e não

busca a essência exata das coisas, pois a genealogia não é uma perspectiva linear. Preocupa-se com a emergência e com a proveniência dos acontecimentos, com as descontinuidades, com a articulação dos corpos na história e com a problematização de linhas de força e das relações de saber/poder. Por outro lado, as pesquisas históricas tradicionais são teleológicas, racionalistas, baseadas no encadeamento natural dos acontecimentos (FOUCAULT, 1979).

De acordo com Lima (2015b, p. 320, apud FOUCAULT, 1996, p. 27) "a pesquisa genealógica, portanto, não se destina a procurar o segredo essencial e sem data, mas sim, objetiva evidenciar que as coisas não têm essência o que essa suposta essência foi construída historicamente. Ou seja, a genealogia problematiza o processo de naturalização de objetos e sujeitos".

Podemos dizer que a genealogia "mobiliza arquivos, analisa-os e os descreve pacientemente, para operar escritas históricas de práticas concretas" (LEMOS et al., 2015b, p. 84). O conceito de genealogia em Foucault, emerge do diálogo e da leitura aprofundada da genealogia da moral de Nietzsche:

> Assim a genealogia – termo tomado de Nietzsche – é definida por Foucault como uma metodologia que visa analisar o poder em seu contexto prático, ligado às condições que permitiram sua emergência, fazendo a análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos; desta forma, o genealogista não busca a origem, mas a proveniência (FAÉ, 2004, p. 416).

Segundo Foucault, "A genealogia seria, portanto com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico" (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Foucault (1979, p. 171), apresenta uma definição para a perspectiva genealógica:

> Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. Nesta atividade, que se pode chamar genealógica, não se trata, de modo algum, de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e de desclassificar o especulativo para lhe opor, em forma de cientificismo, o rigor de um conhecimento sistemático. Não é um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo, que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená−los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências. Não que reivindiquem o direito lírico à ignorância ou ao não-saber;

> não que se trate da recusa de saber ou de ativar ou ressaltar os prestígios de uma experiência imediata não ainda captada pelo saber. Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.

Os conceitos de saber e poder propostos por Foucault, também se apresentam como fundamentais para que possamos tentar compreender a passagem da arqueologia para a genealogia:

> Do que foi dito pode-se agora concluir que esta obra assume um significado que extrapola o simples delineamento de uma passagem metodológica em Foucault: a passagem da arqueologia para a genealogia. Representa, principalmente, a tentativa, quero crer bem sucedida, de analisar a proveniência e a emergência de dois acontecimentos: o do saber e o do poder. O saber representado pelas ciências do homem; o poder, pelas relações historicamente consideradas ao nível macro e microfísico. Vigiar e punir constitui-se, portanto, numa tentativa de estabelecer a compreensão do investimento político do corpo. Do corpo imerso num campo político – o corpo como acontecimento. Isto significa propor uma análise enquanto economia política do corpo (BOAS, 2002, p. 86).

Para Bouyer (2009, p. 6), "a função da genealogia, enquanto método de construção da história de um determinado objeto é mostrar a emergência de um determinado acontecimento geralmente situado no campo da "raridade", enquanto resultado de um determinado estado de forças".

De acordo com Faé (2004, p. 409) a genealogia se ocupa da emergência de um campo discursivo e dos elementos que constituem um dispositivo:

> A abordagem genealógica busca a origem dos saberes através dos fatores que interferem na sua emergência, permanência e adequação ao campo discursivo como elementos incluídos em um dispositivo político que abre as condições para que os sujeitos possam se constituir imersos em determinadas práticas discursivas.

Também nos baseamos no pensamento de Foucault tal como apresentado por Cardoso Júnior e Lemos (2009, p. 353) no que se refere à genealogia. Eles afirmaram que Foucault "passa a priorizar as práticas sobre as teorias, saindo de uma posição contemplativa dos discursos, ao introduzir a genealogia como modo de problematizar as práticas sociais de dentro".

Dreyfus e Rabinow (1995, p. 115) consideram que:

> Foucault introduz a genealogia como um método de diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir do seu próprio interior. Enquanto ferramenta para conceder um relativo grau de desvinculação das práticas e teorias das ciências humanas, a arqueologia desempenha um papel importante, apesar de estar subordinada à genealogia.

O genealogista pensa um recorte temporal para entender a disposição das coisas, sem se preocupar em chegar a um momento originário, ao início ou suposto começo de um dado fenômeno histórico. Não tenta dar conta de um recorte originário, mas problematiza o processo. Desta forma, a genealogia não incluiria uma análise que privilegia a continuidade temporal de forma linear. Não pretende descrever uma gênese, no sentido estrito da palavra, pois não busca encontrar a origem das coisas, propriamente, mas entender seu processo de emergência na história. A genealogia consite numa estratégia que permite compreender o presente a partir de uma análise do passado por meio de um recorte temporal, a fim de entender as disposições do presente, mas sabendo que o passado não explica o presente, como tal.

> Um método como esse consiste em passar por trás da instituição a fim de tentar encontrar, detrás dela e maís globalmente que ela, o que podemos chamar grosso modo de tecnologia de poder. Assim, essa análise permite substituir a análise genética segundo a filiação por urna análise genealógica (não confundir a gênese e filiação com a genealogia), uma análise genealógica que reconstitui toda uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio. Logo, primeiro princípio metodológico: passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder (FOUCAULT, 2008, p. 157).

A genealogia pode ser considerada um instrumento para se pensar a história. Não se trata de um método, ou um sistema fechado. Não é unívoca. Os fatos não aparecem como fatos, mas como acidentes e emergências que recortam a interpretação individual, recortam acontecimentos, sendo meticulosa e documental.

Segundo Moraes (2018), a genealogia foucaultiana consiste em um instrumental baseado nos dispositivos de saber-poder, na investigação das práticas discursivas e não discursivas e nas singularidades dos sujeitos.

A analítica do poder e das relações de saber são temáticas fundamentais para a perspectiva genealógica:

> Apesar de a analítica do poder ter sido apresentada por Foucault, de forma mais detalhada, apenas a partir do curso de 1976, no Collège de France, *Em defesa da sociedade*, e no primeiro volume da *História da sexualidade, A*

> *vontade de saber,* seus princípios e fundamentos já estavam presentes no método genealógico. A elaboração do método genealógico se dá quando Foucault se volta para a análise do poder, e é neste momento que começa a se esboçar a analítica do poder em sua obra. A temática do poder já estava presente nos trabalhos ditos 'arqueológicos', mas é a partir da década de 1970 que nosso autor introduz de forma mais clara e sistemática a questão do poder e de suas relações com o saber (MARTINS, 2007, p. 18).

A análise das relações sociais por meio da genealogia foucaultiana é constituida pela imanência dos dispositivos de saber, poder e verdade:

> Pode-se afirmar, como síntese, que, para a genealogia, não há um sujeito do poder, ou da história, individual ou coletivo, não há um centro ou lugar do poder, como um Estado, uma classe ou um indivíduo; para Foucault, não há nem mesmo "o poder", mas apenas relações de poder. O que importa é o espaço que se constitui em função do campo de forças em que as relações de poder se desenrolam. A genealogia permite uma nova conceituação da própria noção de 'relações de poder', acrescentando nova dimensão no estudo das relações sociais. Além disso, a genealogia conecta sistemas de verdade/saber e relações de poder, e este é mais um tema fundamental na obra de Foucault: as relações entre poder e saber. Enquanto a arqueologia circunscreve os regimes das práticas discursivas para formular as regras de produção e transformação das mesmas, a genealogia busca analisar as relações de poder e suas conexões com as práticas discursivas e os dispositivos de produção de saber. (MARTINS, 2007, p. 20-21).

A investigação das práticas sociais, bem como das práticas discursivas e não discursivas, articulada a constituição de domínios de saber e poder, são elementos da genealogia.

> A Genealogia desenvolvida por Michel Foucault para interrogar as práticas e discursos, a partir do seu próprio interior, pode auxiliar a pesquisa e análise das práticas exercidas pela Medicina e pela Psicologia, sob a luz do extrato histórico e da recuperação de momentos passados e esquedidos, nos quais esses domínios de saber começavam a constituir os agigantadores poderes normativos que hoje apresentam (IORI-GARCIA et al. , 2007, p. 203-204).

Um dos conceitos centrais na perspectiva foucaultiana é a noção de Dispositivo. A partir dela, podemos analisar práticas discursivas, saberes e fazeres institucionais, atravessados por múltiplas relações de força e de poder.

> Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Uma análise baseada na perspectiva genealógica pressupõe o exame do biopoder e a investigação de vários dispositivos constitutivos de sujeitos e objetos, presentes nos domínios do saber e estratégias do poder. Os conceitos fundamentais neste campo, são: o poder disciplinar, centrado no corpo e no indivíduo, para fins de análise das estratégias de saber-poder, podendo desenvolver uma microfísica do poder ou uma anatomia política; o dispositivo de segurança, pautado na biopolítica e nas populações e por fim, o dispositivo da sexualidade, do qual emergem os diferentes modos de subjetivação.

> Toda relação causal estabelecida entre acontecimentos, tentando marcar um fio, ligando vários acontecimentos que teriam uma origem e evolução ao longo de um tempo considerado linear foi questionada por Foucault, em sua perspectiva genealógica (CARDOSO JÚNIOR; LEMOS, 2009, p. 353).

Em sua obra, Foucault (2008, 2014) identifica e conceitua três modelos de sociedade, a Sociedade de Soberania emergentes na Europa desde o século XI, a Sociedade Disciplinar emergente no século XVII e a Sociedade de Segurança, que emerge no século XVIII. Em todas elas podemos identificar tecnologias de poder operando sobre o corpo. No caso da Sociedade de Soberania, seria o suplício, na Sociedade Disciplinar, a disciplina sobre o corpo individual e na Sociedade de Segurança, o controle sobre o coletivo do corpo das populações.

Quanto à Sociedade de Soberania, Martins (2007), apresenta a forma como o poder se articulou e se instaurou ao longo do tempo, assumindo diferentes configurações. Na Idade Média, o poder régio sustenta as teorias jurídico-política das sociedades ocidentais, posteriormente o poder monárquico, centrado na questão da soberania. Com as monarquias, o poder passa a ser centrado na limitação da liberdade. O poder soberano apresenta como principal aspecto a regulação do direito à vida e à morte, do soberano pelos seus súditos: “Tratava-se de um tipo de sociedade e de soberania em que o exercício do poder se dava por meio do confisco, da expropriação, do sequestro de bens, de trabalho, de riquezas e, em última instância, da própria vida dos súditos” (MARTINS, 2007, p. 14).

O poder começou a se transformar por meio de outros mecanismos, desde a época clássica que compreende os séculos XVI a XVII (MARTINS, 2007), deixando de operar de modo destrutivo e punitivo, meramente repressivo e opressivo, e passando a incidir por meio da vigilância visando o adestramento do corpo e extração de forças úteis, com a emergência da face produtiva do poder, a partir da ideia de uma nova concepção do direito, na perspectiva de fazer viver e deixar morrer. Emerge então, o conceito de Biopoder, caracterizado por duas dimensões de poder sobre a vida: a primeira, estaria centrada no corpo individual, tomado

como objeto de dominação pelo Poder Disciplinar, conforme denominado por Foucault, e a segunda, operaria sobre o corpo coletivo da população que, por sua vez, foi denominada de Biopolítica (FOUCAULT, 1982).

Boas (2002) apresenta uma análise do pensamento de Foucault sobre o nascimento da prisão, as técnicas de vigilância e punição, a gestão e controle dos corpos e a disciplina.

> A partir desta proposta, Foucault inicia seu itinerário pela problemática talvez mais importante de sua vasta obra: a da constituição de uma economia política do corpo, a partir do enfoque genealógico de um dispositivo ao qual ele chama de disciplinar (BOAS, 2002, p. 74).

Entendemos que o conceito de Sociedade Disciplinar pode nos fornecer elementos importantes para analisar as relações de poder/saber que operam nos espaços institucionais caracterizados por sua tendência ao fechamento. Quando tais estabelecimentos são demasiado precários e toscos, mais se realçam seus aspectos propriamente punitivos e repressivos, ainda fortemente orientandos pela lógica tuteladora da Soberania. Para que esses estabelecimentos possam ser caracterizados pela Disciplina, a punição precisa ser substituída pela educação, a repressão deve ceder lugar à pedagogia, à medicina, à psiquiatria, à psicologia, intervindo sobre os sujeitos internados/aprisionados em estabelecimentos fechados, visando sua reeducação, ressocialização, recuperação e reinserção social como indivíduos úteis para a sociedade.

> A sociedade contemporânea, por razões que explicarei, merece o nome de "sociedade disciplinar". Gostaria de mostrar quais são as formas de práticas penais que caracterizam essa sociedade; quais as relações de poder subjacentes a essas práticas penais; quais as formas de saber, os tipos de conhecimento, os tipos de sujeito de conhecimento que emergem, que aparecem a partir e no espaço desta sociedade disciplinar que é a sociedade contemporânea (FOUCAULT, 1996, p. 79).

Foucault conceitua a Disciplina como controle dos corpos e a produção de corpos dóceis e úteis no contexto institucional dos estabelecimentos sociais tais como a prisão, o hospital, a escola, a oficina, a fábrica, o manicômio, o quartel.

> O "Homem-máquina" de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de "docilidade" que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Conforme Foucault (2014, p. 135), “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas”.

Segundo Martins (2007, p. 35), “a sociedade disciplinar teve seu início, segundo Foucault, no século XVII, sucedendo e transformando a sociedade de soberania. No entanto, ela efetivamente se constituiu ao longo dos séculos XVIII e XIX, adentrando o século XX, período em que entra em crise”. Neste período as instituições fechadas (escola, prisão, hospital) também entraram em crise, desta forma a tecnologia disciplinar passou a transpor os muros institucionais, difundindo-se por todo o campo social. Este seria o momento de transição da Sociedade Disciplinar para a chamada Sociedade de Controle, tal como denominada por Deleuze (1992) e de Sociedade de Segurança como a chamou Foucault (2008), sendo que a Disciplina é marcada pelo controle dos sujeitos em um sistema institucional fechado, de longo prazo e descontínuo, já o Controle e Segurança implicam dispositivos caracterizados por controlar as pessoas em meio aberto, para além dos muros dos estabelecimentos, de forma ilimitada, fluida e contínua.

O Poder Disciplinar é o poder que tem como função maior promover o adestramento dos corpos e das almas dos indivíduos reclusos em instituições completas e austeras, para isso utiliza-se de recursos, conforme conceituado por Foucault (2014):

A *Vigilância hierárquica*, que consiste em técnicas de observação entrecruzadas, com um olhar disciplinador, coercitivo, permanente, contínuo, de relações assimétricas, em que os efeitos do poder são claramente induzidos aos sujeitos vigiados. Expressa-se na construção, arquitetura e organização dos estabelecimentos, como máquinas de vigiar, formadas por filas, colunas ou em forma de diagramas, de pirâmides ou circulares, de forma a controlar microscopicamente os comportamentos. Enquanto a vigilância hierárquica ocupa-se de vigiar, a Sanção normalizadora, preocupa-se em punir. A S*anção normalizadora*, como forma de poder de regulamentação, mensuração de desvios, ajustamento às normas, se operacionaliza por meio da repressão e punição de algo considerado como mal comportamento ou indisciplina. O E*xame*, ao mesmo tempo que vigia, também pune, compreendendo as tecnologias da vigilância hierárquica e da sansão normalizadora, por meio de estratégias de controle, normalização e classificação dos sujeitos atravessadas por relações de saber e de poder (FOUCAULT, 2014).

Quanto às singularidades entre a Sociedade Disciplinar e a Sociedade de Controle (Deleuze, 1992) ou de Segurança (FOUCAULT, 2008), considera-se que “a disciplina se

exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população" (FOUCAULT, 2008, p. 16).

A figura da população, caracterizada como espécie humana ou público, como objeto de intervenção política, emerge no no século XVIII, incluindo seus comportamentos, seus modos de vida, hábitos, opiniões e trazendo consigo vários problemas sociais, jurídicos, etc. A partir de então, para além dos muros dos estabelecimentos fechados, se organiza um controle a céu aberto, pulverizado no tecido social, nos bairros, nos territórios. Emerge o termo segurança do território, com técnicas para demarcar, conquistar, gerir e proteger estes espaços na cidades. A idéia do Panóptico é retomada com uma nova configuração, conservando-se o princípio da vigilância, com o olhar do poder e um conjunto de mecanismos de governo, incidindo agora sobre as populações.

> A passagem da sociedade disciplinar para uma sociedade de "segurança" ou de controle, passagem essa que, como já foi dito antes, não implica apenas a substituição de um tipo de sociedade pela outra, uma vez que não se trata de ruptura. No entanto, a passagem da disciplina ao controle ou à segurança só pode acontecer com o aparecimento desse novo elemento, que é estranho tanto, à teoria do direito, como aos mecanismos disciplinares: a população (MARTINS, 2007, p. 54).

Segundo Martins (2007), as tecnologias e práticas de poder produzem processos de subjetivação, por outro lado estes mesmos processos estão relacionados com os complexos saber/poder, derivando deles, ao mesmo tempo que os produzem, numa relação recíproca e imanente.

Sobre os Dispositivos de Segurança, Foucault (2008) ressalta algumas características, a saber: os espaços sociais abertos, tratados como territórios de segurança, o tratamento do aleatório, a questão da normalização moduladora (típica dos espaços de segurança, distinta da normalização disciplinar adestradora) e a relação entre segurança e população. Para Martins (2007, p.54) "uma sociedade de segurança só pode ser pensada a partir da correlação entre os dispositivos de segurança e a população".

Em meados do século XVII, articulados com a noção de população e economia política liberal, emergem a biopolítica e os dispositivos de segurança. Foucault (2008), conceitua os dispositivos que caracterizam a Sociedade de Controle e segurança: a Estatística, o Caso, o Risco, o Perigo e a Crise.

A Estatística é caracterizada por análises quantitativas, conjuntos de cálculos, estudo das epidemias, análise de proliferação das doenças (como o caso da varíola – século XVII e a

COVID-19, na atualidade, por exemplo), cálculos de eventos de morte, risco de morte e contaminação, distribuição de casos entre a população, programas de vacinação e estratégias de isolamento social. A Estatística analisa também as taxas de natalidade, mortalidade e morbidade, além da racionalização do acaso e das probabilidades. A ideia de Caso apresenta-se como uma forma de individualizar o fenômeno, no interior de um campo coletivo. Trata-se de um modo de quantificação e de identificação racional. A noção de Risco pretende identificar a probabilidade dos indivíduos ou grupos de contrarirem uma doença, virem à óbito ou se curarem, bem como os efeitos de campanhas de vacinação, levando em conta indicadores como local de nascimento, idade, condições, meio, entre outros fatores. Os cálculos de riscos, que determinam locais considerados mais ou menos perigosos de se nascer, viver ou morar, estabelecem a noção de Perigo. A Crise, pode ser indentificada como um fenômeno que circula de forma desenfreada, que só pode ser contido por forças superiores, naturais ou artificiais (FOUCAULT, 2008). Podemos inferir que a combinação dos indicadores estatísticos com a exposição aos fatores de risco e perigo – como a probabilidade do sujeito envolver-se em eventos negativos – considerando-se as condições sociais, bem como as zonas ou "territórios" de maior ou menor incidência de pobreza, violência, doença ou morte, compreendem o conceito de Vulnerabilidade Social.

O Biopoder, ao lado da Biopolítica integra duas dimensões: o Poder Disciplinar ou a Anatomopolítica do corpo, bem como os dispositivos de regulação das populações e os mecanismos de segurança (MARTINS, 2007). Esses dispositivos se implicam mutuamente: os de segurança não eliminam nem anulam os da punição, nem os mecanismos disciplinares. O biopoder incluiria tanto a dimensão disciplinar centrada na normalização do indivíduo incluído em instituições fechadas quanto o plano da segurança, focada na gestão dos fenômenos da população no meio aberto.

Foucault utilizou o termo biopoder para designar as práticas disciplinares que têm como objetivo gerenciar e administrar um conjunto de indivíduos, uma população. "Biopoder é o crescente ordenamento em todas as esferas sob o pretexto de desenvolver o bem-estar dos indivíduos e das populações" (DREYFUS; RABINOW, Introdução, p. XXII).

> A atuação do biopoder sobre os corpos deve ser percebida nas suas especificidades; vale dizer, sob esta denominação, designam-se principalmente dois níveis de exercício do poder: de um lado, as técnicas que têm como objetivo um treinamento 'ortopédico' dos corpos, as disciplinas e o poder disciplinar; de outro lado, o corpo entendido como pertencente a uma espécie (a população), com suas leis e regularidades (MAIA, 2011, p. 57-58).

Os conceitos de Biopolítica e Governamentalidade também compõe o campo conceitual para compreensão do gerenciamento dos corpos, das formas de subjetividade, formas de vida e existência governadas pelas instituições por meio de seus estabelecimentos e pelo Estado. Como governar pessoas cujas condutas e comportamentos são caracterizados pela liberdade e pela circulação no espaço aberto do território? Enquanto que por Governamentalidade, entende-se o governo de si e do outro, o governo dos corpos, a Biopolítica aplica-se ao governo da vida, das populações, ao processo de fazer viver e ao deixar morrer.

> Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Na obra de Foucault, não encontramos uma teoria específica sobre a infância, no entanto, encontramos em seus textos, pistas para que possamos problematizar as políticas públicas para crianças e adolescentes, que nos parecem atravessadas por questões disciplinares, biopolíticas, de governo das condutas e da produção de corpos dóceis e úteis.

> Não obstante Foucault não ter desenvolvido uma *teoria da infância* uma formulação conceitual sistemática sobre esse tema, ocupando-se em suas pesquisas, de maneira específica, a estudar a infância, há em sua obra chaves para a compreensão com as quais podem se descortinar modos diferentes de pensar as formas dessa administração infantil, fornecendo pistas para concebê-la como produção histórica, construção cultural e, portanto, desvinculada de definições estáticas, naturalizantes e essencialistas (RESENDE, 2015, p. 7).

O conceito de Problematização refere-se à definição das condições de vida dos sujeitos: o que ele é, o que faz e como se relaciona com o meio social onde vive. Está ligada a um conjunto de práticas importantes para uma determinada sociedade, a partir de valores e regras de conduta (FOUCAULT, 2004).

A partir da apropriação destes conceitos, procuramos problematizar a emergência das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, à partir das práticas sociais e práticas discursivas e não discursivas, incluindo a legislação aplicada à infância e adolescência, bem como os documentos produzidos pelos operadores destas políticas, nos municípios e nas entidades assistenciais no território do Vale do Paranapanema, no Estado de São Paulo, a partir de um contexto social e sob a luz do atual extrato histórico.

1.2. As políticas públicas sociais para crianças e adolescentes: o discurso presente na documentação oficial

> Enfim, governa-se a infância com o objetivo de conduzí-la para determinados "lugares" numa cultura, para determinadas posições numa sociedade e para determinadas formas de vida já partilhada por aqueles que já estavam ali. Assim, o que se coloca em questão e é da maior importância não é apenas sabermos como isso está sendo feito, ou seja, de que maneiras se governa hoje a infância, mas sim para onde essas formas de governamento a estão levando. Conhecer os modos pelos quais as crianças estão sendo governadas tem tudo a ver com o tipo de sociedade futura que está hoje a ser gestada nas famílias, nas escolas e nos espaços sociais mais abertos (VEIGA-NETO, 2015, p. 56).

Para iniciar a discussão sobre as políticas públicas sociais para crianças e adolescentes, faz-se necessário compreender o conceito de política e de políticas públicas, de maneira geral. Começamos com alguns autores que apresentam uma perspectiva tradicional quanto ao tema, orientados por uma espistemologia sistêmica.

Segundo Rua (1998), para o ser humano viver em sociedade precisa, necessariamente, de limites para que possa progredir e sobreviver. Os meios para que isto se efetive seriam a coerção e a política. A política, por sua vez, também tem resquícios de coercão, porém não se limita a ela, pois apresenta ainda relações de poder e um conjunto de procedimentos formais e informais cujo objetivo seria a resolução de conflitos. Viver em sociedade é acima de tudo, a arte da convivência, do relacionamento e da interação entre os sujeitos.

> A vida em sociedade é efetivada por forças múltiplas que, embora passem pelos sujeitos individualmente, dependem prioritariamente da força propulsora viabilizada pela convivência e pelas relações entre os diferentes grupos sociais. É nesse meio interacional que as práticas emergem, efetivam-se, legitima-se, ganham *status* de valor e se diluem frente a novas práticas que as substituem e as desautorizam, invalidando-as (DUARTE-ALVES; JUSTO, 2007, p. 63).

Para Oliveira (2010), a sociedade, portanto, é um conjunto de pessoas ligadas pela necessidade de garantir a satisfação de seus interesses e a continuidade da vida. E, durante sua evolução, para garantir o atendimento aos interesses do indivíduo (cidadão) e do coletivo (sociedade).

> O conceito de sociedade pode ser traduzido como o agrupamento de indivíduos com relações de interdependência entre todos, que subsiste tanto pelo caráter unitário das funções desempenhadas por cada membro como pela interiorização de normas de comportamento e valores culturais de cada comunidade.

> Considerando que o resultado do conjunto, portanto, a sociedade, é maior que unicamente a soma dos indivíduos, uma vez que compreende os desdobramentos das relações entre eles (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

A noção de Política Pública, não se restringe a questões político-partidárias, mas refere-se a um objetivo maior que seria o governo da sociedade, das populações, a análise das demandas sociais e a articulação de diversas ações e instâncias, para o equacionamento das questões de um município, estado ou país. Segundo os conceitos de Foucault, esta noção se aproxima com as tecnologias de poder da Sociedade de Segurança, uma vez que o que está em pauta é o controle das populações.

> As políticas públicas (policies), por sua vez, são *outputs*, resultantes das atividades políticas (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, 1998, p. 231).

A existência das políticas sociais apresentam-se como um paradoxo pois trata-se de um tipo de política, muitas vezes usada pelos governos para demonstrar sua eficiência administrativa e compromisso social, mas por outro lado, atesta a situação de pobreza de uma população e o quanto esta necessita de auxílio (CARVALHO, 2007).

Desta forma, podemos pensar que o ideal seria que este tipo de política existisse de forma provisória (visando mininizar uma situação de vulnerabilidade pontual), ou até mesmo que não existisse (visando uma sociedade onde os próprios sujeitos conseguissem se manter e manter suas famílias, sem a necessidade de receber subsídios do Estado). As políticas públicas sociais, neste sentido estariam em desacordo com o que seria proposto pela ética da cidadania, pautada nos ideais de igualdade e de justiça social. No entanto, a existência das políticas sociais se sustenta, uma vez que uma parcela da população não consegue alcançar os mínimos necessários para sua sobrevivência, devido à desigualdade social e à questões políticas e estruturais.

> A principal característica das políticas sociais é a sua transversalidade. Assim como a questão ambiental, as políticas sociais devem ser um objetivo

> presente e permanente em todas as atividades do governo, e não uma ação setorial e conjuntural. Por exemplo: a construção de uma estrada rural é, em princípio, uma obra de engenharia e de infraestrutura, porém, vista por outro ângulo ela vai permitir o acesso das crianças locais à escola, melhorando o nível educacional do lugar, como pode, também, facilitar a assistência médica e a circulação da produção com melhoria da renda. Ou seja, melhorando o nível geral das condições de vida da população, fim último de qualquer política social (CARVALHO, 2007, p. 74).

As prioridades em políticas públicas emergem na sociedade e adentram a agenda do Estado quando se constituem em demanda vocalizada. Isto é, quando grupos da sociedade civil se organizam em torno dessa demanda, focalizam-na e agem sensibilizando e mobilizando outros segmentos sociais em torno da mesma. Nesta condição somam forças transformando-as em prioridades e introduzindo questões pontuais no campo da disputa política.

> O que procuramos demonstrar, nessas primeiras considerações, é que conceito de políticas públicas é um conceito evolutivo, na medida em que a realidade a que se refere existe num processo constante de transformações históricas nas relações entre estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, mas que, cada vez mais estão referidas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas (DI GIOVANNI, 2009, p. 11)

Há também autores como Lemos et al. (2015c) que analisam as políticas públicas a partir do pensamento de Foucault, enquanto práticas de governamentalidades neoliberais na atualidade e as relações de saber e de poder dos dispositivos de segurança, na sociedade contemporânea, baseados nos conceitos de Robert Castel e Michel Foucault (especialmente nos cursos “Em defesa da Sociedade”, “Segurança Território e População” e o “Nascimento da Biopolítica”). Discutem o crescimento do Estado de Bem Estar social bem como a emergência de práticas autoritárias, ditatoriais, nazistas e fascistas. Interrogam a noção de Estado, conforme Foucault, como uma suposta unidade universal, baseado em interesses, que junto à Sociedade Civil, formam composições híbridas, direcionadas ao governo das condutas dos sujeitos e à multiplicidade das relações sociais e populacionais. O neoliberalismo, seria portanto o grande regulador das formas de viver, muito mais que um regime econômico ou político. A governamentalidade, com alvo na população, em termos econômicos, articula instituições, estabelecimentos, procedimentos, táticas, com base na economia política. Ampliar leis e punições não assegura governos éticos, apenas responde a demandas recrudescidas, que ao contrário de garantir direitos, estariam pautadas em tecnologias disciplinares e de aprisionamento da vida.

1.3. As políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na história do Brasil

Procuramos apresentar um percurso da emergência das políticas públicas direcionadas à área da infância e adolescência no Brasil, amparados pela análise da documentação oficial. Este processo reflete uma construção de legislações e normativas muitas vezes atravessadas por práticas de regulação e controle dos corpos.

Visando desenvolver uma problematização acerca das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes, retomamos as primeiras ações voltadas à infância no Brasil, com destaque para Roda dos Expostos, instalada em 1825 como a primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no país. A Roda constituiu-se como uma das instituições brasileiras de maior duração, tendo sido criada no período colonial e extinta apenas na década de 1950. Salienta-se que a intenção desse instumento era manter em sigilo a identidade do expositor, assim como o anonimato e o destino das crianças (MARCÍLIO, 1999).

> As rodas de expostos tiveram origem na Idade Média, na Itália. Elas surgiram no século XII com a aparição das confrarias de caridade, que prestavam assistência aos pobres, aos doentes e aos expostos. As rodas eram cilindros rotatórios de madeira usados em mosteiros como meio de se enviar objetos, alimentos e mensagens aos seus residentes. Rodava-se o cilindro e as mercadorias iam para o interior da casa, sem que os internos vissem quem as deixara. A finalidade era a de se evitar o contato dos religiosos enclausurados com o mundo exterior, garantindo-lhes a vida contemplativa. Como os mosteiros medievais recebiam crianças doadas por seus pais, para o serviço de Deus, muitos pais que "abandonavam" seus filhos utilizavam a roda dos mosteiros para nela depositarem o bebê. Desse uso indevido das rodas dos mosteiros, surgia o uso da roda para receber os expostos, fixada nos muros dos hospitais para cuidar das crianças abandonadas. Assim, o nome da Roda provém deste dispositivo (MARCÍLIO, 1999, p. 25).

A Legislação Brasileira mais arcaica apresentava muita resistência quanto à função do Estado em estabelecer uma política específica para as crianças e, nem de longe, cogitava a ideia de concebê-la como sujeitos de direitos. Ao contrário, várias práticas se perpetuaram durante muito tempo no país tomando a criança como objeto de intervenções diversas. Até mesmo as Câmaras aprovaram a chamada Lei dos Municípios, em 1828, por meio da qual se abriu a possibilidade de eximir alguns municípios da pesada obrigação de cuidar ou assistir as crianças enjeitadas, depositadas nas rodas.

As rodas foram instaladas em Santas Casas que também faziam a função de orfanato. Este momento da história brasileira das políticas para crianças é caracterizado pelo paradigma

da caridade, pautado em perspectivas religiosas e na benevolência, caminhando para a configuração do paradigma da filantropia, que já inclui o objetivo de corrigir os chamados indivíduos perigosos para a sociedade (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a).

Em toda a cidade onde houvesse uma Casa de Misericórdia, a Câmara Municipal poderia usar de seus serviços para a instalação da Roda e promover a assistência aos enjeitados que ali fossem depositados (MARCÍLIO, 1999). Logo foi se caracterizando uma interface entre o caráter caritativo da assistência e o plano privado, por meio de parcerias autorizadas pela Assembleia Legislativa Provincial, inaugurando assim a fase filantrópica, associando-se o público e o privado na gestão da infância pobre. Esta lei também buscava incentivar a que as iniciativas particulares assumissem a tarefa de cuidar das crianças abandonadas, liberando os municípios deste ônus.

> Neste projeto de repaganizar a sociedade situa-se a Irmandade das Misericórdias, mantenedora da Santa Casa de São Paulo, com seus serviços ambulatoriais e hospitalares, bem assim serviços paralelos como a Roda dos Enjeitados, a assistência aos leprosos, inválidos, presos e enjeitados. (...) fundado em 1749, o hospital defrontou-se quase setenta anos com a necessidade de dotar-se de instalações que abrigassem paulatinamente o maior número de assistidos sociais (...) a Roda dos Enjeitados supria efetivamente a ausência do amparo estatal (ADORNO; CASTRO, 1987, p. 102).

Nessa longa etapa da história brasileira, do perióso imperial até a República Velha, já se vislumbravam as primeiras – ainda que muito sensíveis – alianças entre comunidade e governo, nas quais a filantropia tomava a iniciativa das ações e o poder público contribuía financeiramente com a manutenção dos estabelecimentos criados. Este momento histórico, caracteriza a passagem do paradigma da caridade para o filantrópico (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a) sendo que ambos persistem, duram, se mesclam e se modificam de diversas formas ao longo do tempo.

Segundo Adorno e Castro (1987), a história da filantropia parece conter dois momentos distintos. No período entre o final do século XVIII até meados do século XIX, as obras de assistência aos desafortunados estavam impregnadas pelo espírito benemerente, com o predomínio da caridade como norma orientadora das obras sociais, inexistindo preocupações preventivas, ou higiênicas. Depois desse período, o quadro de filantropia vai progressivamente introduzindo outras ações prático-normativas específicas.

> A assistência à pobreza não se inseria no raio do Estado. Preocupações com

> a desordem urbana passaram a habitar o vocabulário das elites políticas locais. A filantropia, o "civilismo cristão" das elites e a medicina social deram-se as mãos para inaugurar um corte decisivo para com o passado da assistência social aos desafortunados, incentivando a introdução e prática de novas concepções pedagógico-sanitárias (ADORNO; CASTRO, 1987, p. 102).

No século XIX a infância começou a ganhar visibilidade, sendo definida como objeto de ações e intervenções públicas em toda a sociedade ocidental. No entanto, essa preocupação com a infância estava mais relacionada com questões sociais e políticas tais como a reserva de mão-de-obra, do que com os direitos destes sujeitos. Estas preocupações, características da sociedade europeia, foram trazidas ao Brasil com a vinda da Família Real, juntamente como os conceitos de trabalho como valor positivo e enobrecedor.

> A história da filantropia, durante o século XIX, sugere que as articulações, deslocamentos, aproximações e distâncias entre providência privada e benemerência pública imprimiram a um conjunto de instituições o selo do domínio do saber sobre o poder. As táticas de colonização da pobreza, ao fomentarem a aliança entre a filantropia e a assistência higiênica, possibilitaram os deslocamentos na ação da assistência social institucionalizada, permitindo entre cruzamento entre o 'urbano', a norma familiar e a ordem médica e o Estado (ADORNO; CASTRO, 1987, p. 108).

Estas novas perspectivas entraram em choque com as ideias do trabalho como algo demeritório e indigno, ideologia que também justificava o uso de mão de obra escrava e considerava esses sujeitos como pessoas sem valor na escala social. Para transformar em qualidade o que era percebido como defeito, o poder soberano começou a interferir nos paradigmas sócio familiares. Para tal, acionou um conjunto de medidas que podem ser caracterizadas como derivadas do binômio saber/poder, como definido por Foucault:

> Ora, se quisermos saber o que é o conhecimento, não é preciso nos aproximarmos da forma de vida, de existência, de ascetismo, própria ao filósofo. Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos, mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder - na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento (FOUCAULT, 1996, p. 23).

O novo ideário filantrópico se pautava basicamente na introdução das ideias

higienistas e eugênicas que, se não são equivalentes, são complementares:

> A primeira, tendo como pressuposto a sanidade, o controle de doenças e epidemias, servindo quase que como padrão estético, como sinônimo de limpeza, higidez. Já a segunda, caracterizando uma crença em uma raça superior, numa humanidade racial, servindo de fator de inclusão ou exclusão social pela condição étnica e racial (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005, p. 43).

As transformações na figura da filantropia, que desdobram outras possibilidades institucionais operatórias na vida social foram expressas por Adorno e Castro:

> Aproximando-se da década de 1840, os serviços de assistência social começaram a registrar os primeiros sinais de transformação, marcado por períodos de crise que tendeu a promover conflitos entre a benemerência e providência privada, somente superados com o advento da filantropia higiênica (ADORNO; CASTRO, 1987, p.104).

A introdução das ideias higienistas e eugênicas no país é a principal característica do período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX. Nesta época, embora o monopólio no atendimento a menores ainda fosse de entidades privadas, percebe-se o fomento da participação do Estado nesse campo. Cabe assinalar o surgimento e o uso do termo "menor", expressão que remete a uma concepção de criança como um ser desqualificado enquanto sujeito e relacionada a questões de responsabilidade penal, além de denotar as noções correlatas de pivete, de marginal, de trombadinha e de delinquente. Adorno enfatiza ainda que:

> O problema da infância abandonada constituía, sem dúvida, o ponto nodal de todas as contradições, mesmo porque colocava problemas insolúveis à filantropia. Como introduzir uma estratégia que além de prevenir a delinquência, os 'desvios' morais, a inércia, e a ociosidade, pudesse pedagogizar a criança a fim de torná-la 'cidadão', assujeitado aos deveres do Estado, se lhe faltava à família, sobre a qual a filantropia deitara suas raízes? (ADORNO; CASTRO, 1987, p. 107).

O século XIX caracterizou-se especialmente pela presença de um grande contingente desta população vivendo nas ruas das grandes cidades, como resultado de mudanças econômicas e políticas, como o fim do regime de trabalho escravo e a imigração de trabalhadores europeus, acompanhados de um estreitamento do mercado de trabalho e um crescimento desordenado das áreas urbanas. A importância das questões relacionadas à infância, resultou na articulação da sociedade visando a criação de ações voltadas para o atendimento a esta clientela.

Desta forma, os chamados menores tornaram-se um problema para o poder público e

como resposta em termos de políticas públicas, pautada no ideario medida higienista, procurou-se tirar as crianças das ruas e interná-las em estabelecimentos fechados. Então foram criadas as Casas de Correção, em 1850, que tinham como método a educação pela disciplina e pelo trabalho. Ao mesmo tempo, a Roda dos Expostos, e seus estabelecimentos começaram a encontrar fortes limites:

> A Roda dos Expostos encontrou dificuldades em prosseguir sua obra missionária devido a enorme mortalidade infantil denunciada e à incompatibilidade entre a burguesia e a prática do amor "clandestino", motivos que tornaram esse tipo de assistência um obstáculo para a educação de crianças, a fim de torná-las economicamente úteis e politicamente dóceis. A roda impossibilitava o projeto de edificar a pobreza como celeiro da virtude moral. (...) Devido a tais críticas, a Santa Casa nomeou comissão para estudo do assunto e propor soluções alternativas. A partir desse momento, a orfandade penetra nas malhas do complexo tutelar (ADORNO; CASTRO, 1987, p. 104).

Neste sentido, percebe-se a preocupação com a gestão e a tutela dos chamados menores perigosos, instituindo-se a noção de periculosidade (MATSUDA, 2009; MECLER, 2010; HADLER; GUARESCHI; GALEANO, 2019). Deste modo, segundo Foucault (1996), os indivíduos passam a serem considerados a partir da virtualidade de seus comportamentos e não pelas infrações objetivamente cometidas. A partir desta noção, forma-se uma série de instituições nomeadas instituições de sequestro, cuja finalidade consistia em fixar os indivíduos a aparelhos de normatização, buscando enquadrá-los e controlá-los ao nível de suas virtualidades. Tais formas de organização e controle da sociedade são características do que Foucault convencionou chamar de "sociedade disciplinar", sendo que seus pilares incluem o panoptismo, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame que operam sobre os corpos dos indivíduos em estabelecimentos fechados, nos quais, uma vez privados de liberdade, podem ser adestrados.

Os problemas relativos à infância, sobretudo daquela atingida pela pobreza, passou a representar cada vez mais um problema econômico e político, alvo de inquietações de ações médicas, morais e pedagógicas, gerando figuras e instituições novas no Brasil (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Para Corazza (2000, p. 224) "A infância constituiu-se como prática discursiva e não-discursiva a partir de 'novas práticas de biopoder', ligadas aos emergentes mecanismos de governamentalidade das populações e dos indivíduos".

Os diferentes campos do saber começaram então, a voltar suas atenções para a infância, visto que o grande número de crianças que perambulavam pelas ruas passou a ser compreendido como causa do aumento da criminalidade (CALIMAN, 2008; CANDIOTTO,

2012; COELHO; COELHO, 2005; GALINKIN, 2017; MARINHO; OLIVEIRA, 1999).

Aos poucos, ao longo dos séculos XIX e XX, foram sendo criados no Brasil, diversos estabelecimentos de saúde e assistenciais baseados na internação/aprisionamento institucional dos indivíduos de todas as idades. A ideia era privar de liberdade, excluindo da convivência social e inserindo os indivíduos orfãos, pobres, doentes, loucos ou criminosos em estabelecimentos fechados tais como os orfanatos, asilos e hospícios para as crianças enjeitadas e desvalidas, as prisões, os reformatórios e os institutos correcionais para os menores deliquentes. Também se expandiram os estabelecimentos prisionais e manicomiais para os adultos.

A categoria que Foucault (2014) nomeou como instituições disciplinares, mas também de "instituições de sequestro" (FOUCAULT, 1996, p. 118; PALAZZOLO, 2017), ou de "instituições completas e austeras" (FOUCAULT, 2014, p. 195) são muito úteis para compreendermos a dinâmica institucional desses estabelecimentos de internação nos quais foram encerradas as crianças e os adolescentes pobres brasileiros. São clássicas as categorias de instituição total (GOFFMAN, 1987) e disciplinar (FOUCAULT, 2014). Benelli (2015), operando com as categorias de instituição total e disciplinar, considera que a tecnologia social da internação é bastante antiga e, apesar de toda a crítica sólida já apresentada, de modo surpreendente, continua sendo uma ferramenta bastante utilizada na atualidade. Apesar da sua evidente superação teórica, técnica, política e ética, a internação ainda é largamente empregada em diferentes áreas: na educação escolar (escolas confessionais, colégios agrícolas) na formação do clero católico (seminários), na formação de religiosos e religiosas (casas de formação), na saúde (hospital geral), na psiquiatria (manicômios), na socioeducação (unidades de privação de liberdade para adolescentes que cometeram atos infracionais), na Assistência Social (casas de acolhimento institucional variadas), na segurança pública (presídios), no exército (quartéis), dentre outros. Dada sua persistência no campo social, é importante conhecer sua estrutura, lógica de funcionamento bem como os efeitos que podem produzir. O autor apresenta uma problematização dos impasses típicos da internação institucional que também se aplicam ao caso das unidades de internação para adolescentes que cometeram atos infracionais, bem como às unidades de internação de saúde para tais sujeitos.

Nesta pesquisa, daremos ênfase às políticas públicas sociais, especialmente aquelas direcionadas às crianças e adolescentes, que atualmente são considerados como estando em situação de *risco* ou *vulnerabilidade*, termos que já são próprios da Sociedade de Segurança (BUJES, 2000; BUJES, 2002; BULCÃO, 2002; HILLESHEIM; CRUZ, 2008; HÜNING;

GUARESCHI, 2002).

De acordo com o artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”. É um momento de transição entre o paradigma do clientelismo assistencialista, para o paradigma que compreende a política pública como política de Estado, pautado no discurso oficial sobre a Assistência Social (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a).

No campo das políticas públicas sociais, observa-se uma preocupação estatal com os públicos mais vulneráveis, a saber: crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência. No Brasil, a gestão das políticas públicas sociais, especialmente para para a infância e adolescência foi norteada por dois grandes marcos conceituais: O Código de Menores (BRASIL, 1927, 1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). A primeira versão do Código de Menores Brasileiro foi promulgada em 1927, sendo destinado aos menores de 18 anos classificados como estando em situação irregular (FROTA, 2003).

A Doutrina da Situação Irregular, expressa neste código apresentava duas categorias de crianças e adolescentes, a saber: os delinquentes, isto é, aqueles que haviam cometido algum ato infracional e os abandonados, ou seja, aqueles que eventualmente se encontravam sem moradia fixa, perambulando pelas ruas ou cujos responsáveis legais apresentassem condutas descritas como contrárias à moral ou aos bons costumes. Este código delegava ao Estado a responsabilidade pela execução do atendimento de crianças e adolescentes, caracterizando-se por uma intervenção ativa desta instância no atendimento da população carente e evidenciando noções de controle social e vigilância (FROTA, 2003).

Em 1942 foi fundado o Serviço de Assistência do Menor (SAM) com o intuito de recuperar e reintegrar os jovens ao meio social, aliando aos esforços para definir políticas sistemáticas de intervenção. Nesta época, surgem também os Reformatórios, que abrigavam sob o regime disciplinar os chamados menores delinquentes. A estrutura dos reformatórios era análoga ao sistema penitenciário, pois a disciplina e o trabalho eram os meios empregados para corrigir condutas que respondiam a defeitos morais. Em 1964, com o Golpe Militar, o SAM foi extinto, reformulando-se as formas de intervenção sobre as crianças e adolescentes, através da implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e, posteriormente, a revisão do Código de Menores de 1927 e a promulgação do novo” Código

em 1979 (FROTA, 2003).

O Código de Menores de 1979 postulava a noção de criança como sujeito de necessidades e apresentava o pressuposto de que o menor com conduta antissocial era um ser doente que necessitava de tratamento (BRASIL, 1979). Desta forma, ações corretivas como a implantação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), fundamentaram-se em métodos terapêuticos e pedagógicos desenvolvidos com a finalidade de possibilitar a reeducação e a reintegração do assim chamado menor, à sociedade.

Durante as décadas de 1960 e 1970, foram elaborados diferentes projetos de alteração do Código de Menores, sendo que estes se dividiam em duas posições no que se refere à Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, sendo uma favorável à inclusão de seus princípios na legislação brasileira e outra contrária a esta inclusão (ONU, 1959).

O Código de Menores de 1979 acabou adotando uma posição contrária à inclusão dos princípios formulados pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959, pois reiterava a Doutrina da Situação Irregular, expressa no código anterior. Nestes dois Códigos não havia distinção entre crianças e adolescentes e todos eram agrupados sob a categoria de "menor", não sendo definidos como sujeitos de direitos e não havendo menção a deveres do Estado ou da sociedade, nem penalidades previstas para quem cometesse atos de violências contra eles. Eram consideradas infrações somente aspectos referentes à divulgação de dados e imagens, frequência a determinados lugares ou o descumprimento de deveres relativos ao pátrio-poder, atualmente denominado poder familiar, de acordo com o ECA, por parte dos responsáveis legais (BRASIL, 1979).

Uma transformação significativa neste quadro iniciou-se na década de 80, quando discussões internacionais sobre a temática da infância e juventude começaram a influenciar diretamente as normativas brasileiras. Em 1985, com a edição das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, as chamadas Regras de Beijing-Pequim, foram estabelecidas exigências procedimentais, com o objetivo de diminuir a arbitrariedade na aplicação de medidas punitivas aos infratores juvenis (ONU, 1985). O documento normativo de maior relevância, nesse âmbito, foi a Convenção sobre Direitos da Criança de 1989, que incorporou a Doutrina da Proteção Integral (ONU, 1989). A década de 80 é marcada por uma transição discursiva entre o paradigma que compreende a política pública como política de Estado, no qual o menor era o principal objeto de intervenção, para o paradigma que considera o sujeito cidadão, caracterizando crianças e

adolescentes como sujeito de direitos (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a).

As últimas décadas no Brasil, foram configuradas por questões de desigualdades sociais, lutas populares e algumas conquistas. A década de 70 foi marcada pelo milagre brasileiro, pelo crescimento econômico e industrial. Já a década de 80 foi assolada pela inflação pela recessão e por uma onda de iniciativas populares e discussões sobre democracia, cidadania e direitos. Nos anos 90, visualizamos algumas conquistas sociais, gestadas a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e consolidadas pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em plena época de recrudescimento do neoliberalismo.

As governamentalidades neoliberais se intensificam na segunda metade do século XX, representando um momento de consolidação das políticas públicas estatais no Brasil. Foucault aponta uma relação híbrida e múltipla entre Estado e Sociedade Civil e considera o neoliberalismo como um estilo de vida, muito além de um sistema político ou econômico, que opera com os dispositivos de segurança sobre as condutas da população (LEMOS et al., 2015c).

Destacamos a década de 1990 pela verdadeira explosão na criação de diversos conselhos municipais temáticos em todo o Brasil, que culminou com a obrigatoriedade da implantação e implementação dos Conselhos de Saúde, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), entre outros. A institucionalização dos Conselhos no Brasil, sua constituição e efetiva atuação possibilita a participação da sociedade em todos os níveis do processo das políticas públicas, envolvendo (1) construção de agenda; (2) formulação da política; (3) processo decisório; (4) implementação; (5) avaliação, passando a assumir uma parte do poder político de decisão, juntamente com os atores estatais do poder executivo.

Os anos de 2000 e os seguintes pareciam representar a consolidação da democracia, as múltiplas lutas pela cidadania e a implementação destes mecanismos de garantia de direitos. Seguindo esta linha de garantia de direitos, retomamos a discussão sobre uma das populações mais negligenciadas e violadas enquanto cidadãos: as crianças e adolescentes. Eles e suas famílias representam a parcela mais exposta às violações de direito por parte do Estado capitalista pela elite dominante – contrariando o que define a Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988) e suas leis complementares, tais como o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005).

A partir de 2016, com o golpe parlamentar que retirou a presidenta Dilma Roussef do cargo, o Brasil passou a enfrentar um intenso processo de retrocessos e de desmonte das políticas públicas, além de um desmantelamento dos direitos historicamente conquistados. O golpe de 2016 reafirmou a tendência de enfraquecimento dos espaços democráticos, a ascenção do capitalismo ultraneoliberal e da extrema direita. Aparentemente a democracia, atrapalharia o avanço das políticas neoliberais e o golpe pseudolegal no Brasil, colaborou para o desmantelamento das políticas públicas sociais e para a a restrição de direitos (JINKINGS; KIM; CLETO, 2016).

1.3.1. As políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na atualidade brasileira

> No Brasil, a proteção à criança e ao adolescente é garantida por lei, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém, a defesa de seus direitos se apoia em referenciais tradicionalmente criminalizadores das famílias, que, quando tomadas como violadoras dos direitos de seus filhos, frequentemente são julgadas como fora da ordem, habitando o território do erro, já que escapam dos modelos instituídos de ser mãe, pai ou família. A defesa dos chamados direitos das crianças e adolescentes possibilita a intervenção no cotidiano das famílias, por exemplo, com a retirada da guarda dos filhos, a vigilância de suas práticas e a indicação de destituição do poder familiar (NASCIMENTO, 2015, p. 282).

A sociedade de segurança pretende gerenciar a vida da população por meio de estratégias diversas, oferencendo-lhe Proteção Social, o que se pode verificar por meio de práticas discursivas e não discursivas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069 de 13 de Julho de 1990, emergiu com o objetivo de superar a Doutrina da Situação Irregular, plasmada nos antigos Códigos de Menores de 1927 e 1979 e por meio da Doutrina da Proteção Integral. O ECA, reitera as postulações da Constituição Federal no que diz respeito a questão da Proteção Integral às crianças e adolescentes.

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º, 1990; idem à BRASIL, Constituição

Federal, Artigo 227, 1988).

O caput do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 introduziu no Brasil o conteúdo e enfoque próprios da Doutrina da Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo para nossa sociedade as transformações obtidas na ordem internacional em favor da infância e da juventude. O ECA é um discurso jurídico que inclui perpectivas fundamentais das ciencias humanas, tanto pedagógicas quanto psi, bem como possui um viés desinstitucionalizador, ao promover a liberdade e a convivência familiar e comunitária, como aspectos componentes da Proteção Integral. Os estabelecimentos institucionais típicos implementados pelos Códigos de Menores se caracterizavam pela privação de liberdade, eram mais punitivos do que educativos e baseados na internação.

A partir do ECA, os orfanatos foram extintos no Brasil, substituídos pelos chamados "abrigos institucionais" criados para evitar que crianças e adolescentes que não tivessem família ficassem desprotegidas e vivendo na rua, depois renomeados de Serviços de Acolhimento Institucional. Além disso, o atendimento assistencial para as crianças e adolescentes pobres passou a ser desenvolvido por entidades privadas e públicas que funcionavam em regime aberto e na modalidade de contra turno escolar. Mas as diversas Medidas Socioeducativas e o SINASE conservaram as estratégias disciplinares de internação/aprisionamento com as medidas de semi-liberdade e de internação em estabelecimentos institucionais como a Fundação Casa, que pretendem ser mais pedagógicos do que punitivos. Já as medidas socioeducativas de LA e de PSC parecem mais típicas de estratégias de controle, operando em meio aberto no território.

A política nacional para crianças e adolescentes no Brasil é norteada por uma série de legislações e documentos oficiais voltados para esta população, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o principal deles na atualidade. O ECA costuma ser considerado um documento inovador e apresenta a noção de Proteção Integral, a partir da qual crianças e adolescentes são considerados legalmente como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. A Lei também reafirma a responsabilidade da família, sociedade e Estado na garantia de as condições para o pleno desenvolvimento destes sujeitos, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

Quanto à sua organização textual, a Parte I do ECA, refere-se aos Direitos Fundamentais: vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e

comunitária; educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e proteção no trabalho. Já a Parte II do documento, trata da prevenção (violência); da prevenção especial (informação, cultura, lazer, esportes, diversão e espetáculos); dos produtos e serviços e da autorização para viajar. A Parte Especial do Estatuto, versa sobre a Política de Atendimento (entidades de atendimento; da fiscalização das entidades); Das medidas de proteção (medidas específicas de proteção); Da prática do ato infracional (dos direitos individuais; das garantias processuais); Das medidas sócio-educativas (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação) e da Remissão; Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Conselho Tutelar (atribuições do Conselho, competência, escolha dos conselheiros, impedimentos); Acesso à justiça; Justiça da Infância e Juventude (Juiz, serviços auxiliares); Procedimentos (perda e suspensão do Poder Familiar, destituição de Tutela, apuração do ato infracional atribuído ao adolescente, Da Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017), Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento, Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente, Habilitação de Pretendentes à Adoção), Recursos; Ministério Público; Advogado; Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos; Crimes e Das Infrações Administrativas; Infrações Administrativas; Disposições Finais e Transitórias (BRASIL, 1990).

A família, a sociedade e o Estado foram legitimadas como instâncias de garantia dos direitos, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL 1988) e o ECA (BRASIL 1990). A família, entendida como uma instituição social e culturalmente constituída, seria responsável pela educação e guarda dos filhos. O Estado, por sua vez, deveria garantir condições mínimas para que a família exerça sua função protetiva. À sociedade cabe o papel de cobrar e exigir que o Estado cumpra suas responsabilidades, bem como de apoiar a família na legitimação dos direitos à crianças e adolescentes.

A noção de "sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento" (BRASIL, 1990), pressupõe uma série de relações interativas entre o ser biológico, o mundo físico, o outro social, as instituições e a cultura. Cabe mencionar que o emprego da palavra direito, e não mais necessidades, implica um novo olhar para a criança e o adolescente. Estes deixam de ser vistos como portadores de necessidades, de carências, de vulnerabilidades, para serem reconhecidos como sujeitos de direitos exigíveis com base nas leis. Neste sentido, Müller e Morelli (2001), apresentam a noção de criança e adolescente como objeto, ou em condição de

"não-ser":

> De uma forma didática os autores nos orientam a compreender o caminho percorrido desde a condição de não-ser da criança, no contexto da colonização que massacrou as civilizações que não fossem cristãs, adultas e ocidentais, até o atual momento, dito de transição paradigmática, em que as crianças e adolescentes ganham status de sujeitos de direitos constituindo-se enquanto cidadãos (MÜLLER; MORELLI, 2001, p. 2).

A condição de prioridade absoluta corresponde ao artigo 3º da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que trata do interesse superior da criança, o qual, em qualquer circunstância, deverá prevalecer. Além disso, atribui deveres à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público, e colocá-los como corresponsáveis pela formulação, implantação, implementação, monitoramento e fiscalização das políticas públicas para esta clientela peculiar. Esse processo é legitimado pelos pressupostos do ECA e materializaria por meio de um conjunto articulado de ações que garantam os Direitos Fundamentais assegurados legalmente: vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 7º a 69, 1990).

Os direitos à vida, saúde e alimentação elencam as normativas referentes à sobrevivência, ou seja, à subsistência da criança e do adolescente. Já os direitos à educação, cultura, lazer e esporte, bem como a profissionalização, são direitos que referem se ao desenvolvimento pessoal e social de nossa infância e juventude. O elenco de direitos como dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, diz respeito à integridade física, psicológica e moral das crianças e adolescentes. Por outro lado, o texto legal afirma que "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.", elencando as situações e circunstâncias nas quais a criança e o adolescente devem ser protegidos pela sociedade, comunidade e família (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 5º, 1990).

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu um novo caminho para a intervenção popular nas políticas públicas para esta clientela peculiar, traçando as diretrizes da política de atendimento: criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente (órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis), assegurando-se a participação popular paritária por meio de organizações

representativas, segundo leis federais estaduais e municipais. Iniciou-se a partir de 1990 uma nova fase caracterizada por uma política que ampliou quantitativa e qualitativamente a participação da sociedade na elaboração, deliberação, gestão e controle das políticas para a infância, o que é fundamental para a garantia de cumprimento da Lei.

O não emprego da expressão "menor", revela o compromisso ético e político de rejeição do caráter estigmatizante adquirido por esse termo no marco da vigência do Código de Menores (BRASIL, 1979) e da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (BRASIL, 1964). No entanto, vale salientar que a substituição da terminologia por si só, não garante que crianças e adolescentes sejam considerados efetivamente como cidadãos de direitos, nem mesmo que deixem de ser apenas um objeto de intervenção do estado para se tornarem sujeitos, no sentido mais literal da palavra. Entendemos ainda que, embora o ECA incorpore uma série de perspectivas dos direitos humanos às políticas sociais para a infância – o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e a substituição do termo "menor" por crianças e adolescentes, buscando promover uma descriminalização da infância e juventude pobres – podemos dizer que ainda perdura uma noção compensatória no que se refere às crianças e adolescentes pobres, ou seja, estes são compreendidos como carentes e/ou em *situação de risco* ou *vulnerabilidade*, de acordo com o novo jargão da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004). Com relação à estes novos termos, também cabe uma problematização, conforme definido por Janczura (2012, p. 301):

> As definições de risco e vulnerabilidade, afirmando que ambas só podem ser entendidas quando associadas a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas científicas que as desenvolveram para dar conta de seus objetos [...] é defendida a ideia de que são conceitos distintos, mas intrinsecamente relacionados, pois, enquanto risco se refere às condições fragilizadas da sociedade tecnológica contemporânea, vulnerabilidade identifica a condição dos indivíduos nessa sociedade.

A constituição das políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente baseia-se na premissa de que estes são pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos. O ECA, em teoria é uma Lei para todas as crianças e adolescentes do Brasil, e não apenas para aquelas que estariam em situação de risco ou vulnerabilidade. No entanto, percebe-se que muitas políticas sociais direcionadas para estes sujeitos, em sua concepção e operacionalização, são destinadas a uma clientela muito específica – crianças pobres, muitas vezes negras e periféricas.

> Nesse sentido, as crianças e, sobretudo, os adolescentes pertencentes às famílias pobres o operárias, vistos como estando em situação de abandono, de risco, de vulnerabilidade, concebidos como prisioneiros de um círculo vicioso de privação/depravação, e uma vez encarnando essa ingrata condição, justificaram a montagem de todo um aparato psicopedagógico, médico-social, corretivo e segregador, consubstanciado em alguns aspectos aquilo a que Michel Foucault chamou de biopolítica (GADELHA, 2015, p. 354).

A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento denota que crianças e adolescentes, não têm ainda a capacidade de garantir e lutar, sozinhos, pelos seus direitos. Por essa razão, necessitam de proteção especial e de garantias legais, de políticas públicas articuladas, além de dispositivos para normatizar ações e práticas de atendimento voltadas à promoção da cidadania.

> Para complementar essa caracterização, uma política pública também facilita amplos consensos sociais e promove o desenvolvimento do sistema institucional, tornando possível o controle cidadão e a responsabilidade pública dos governos de plantão. As políticas públicas são também instrumentos de governamentalidade democráticas para as sociedades, tanto em sua acepção mais limitada, referida às interações entre o Estado e o resto da sociedade, como no seu sentido mais amplo de levar à convivência cidadã (FREITAS; CARVALHO, 2003, p. 16).

A importância do investimento na garantia de direitos infanto-juvenis é tão relevante que até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em 1989 uma sessão especial sobre o tema, culminando com da promulgação Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Este documento recebeu assinaturas de inúmeros países – apenas a Somália e os Estados Unidos não ratificaram o documento – e veio explicitar a necessidade de proteção especial e a noção de proteção integral (ONU, 1989).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005, se constituem como as normativas legais mais efetivas ao atendimento à criança e ao adolescente, como prioridade absoluta. São considerados ainda, os postulados mais avançados do mundo no que se refere à formulação de políticas públicas. E não apenas por regulamentar sobre os direitos, mas também por prever instrumentos e equipamentos para sua realização, como os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Promotoria e Justiça da Infância e Juventude, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados de Referência de Assistência Social (CREAS).

Os órgãos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e formuladores de políticas

públicas, de acordo do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas vezes, em suas práticas, discursos e protocolos, ainda operam sob a lógica da tutela repressiva e da vigilância disciplinar. Tal consideração é reforçada por Lemos (2003) quando analisa o Conselho Tutelar:

> [...] é, por excelência, uma tecnologia de sujeição dos corpos, típica da sociedade Disciplinar e de Controle. Um dispositivo de vigilância e punição. Seu próprio nome expressa a que veio, e quando observamos suas atribuições e modos de funcionamento, podemos notar que ela consegue capturar e normalizar mais e com continuidade maior que o Poder Judiciário, pois, exerce um controle cotidiano das famílias e das crianças e dos adolescentes. É uma instituição para-judiciária que poderia ser designada como uma polícia, uma "polícia das famílias", dentre as várias outras que compõem o "setor social" (LEMOS, 2003, p. 126).

Pelas normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, a responsabilização pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes é tanto dos pais, quanto da sociedade e do Estado. Este último tem a obrigação legal de investir na proteção desse segmento da população, além de oferecer condições para que a família e a comunidade cuidem de suas crianças e adolescentes. Esta filosofia constitui-se como base das políticas públicas, e estas, como a tradução social e concreta da efetivação dos direitos. É por meio delas, que as normativas poderiam sair do papel, e as ações colocadas em prática, priorizando a criança e o adolescente.

Ao longo dos anos, desde sua promulgação o ECA, foi incorporando um conjunto de Leis Complementares, dentre as quais se destacam:

• Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentando a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional (BRASIL, 2012);

• Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, conhecida como Lei Menino Bernardo/Lei da Palmada que estabeleceu o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos (BRASIL, 2014);

• Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, relativa à Primeira Infância que implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2016);

• Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 que instituiu a Escuta Especializada que estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha

de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2017);

No adendo da Edição atualizada do ECA, foram incluídas as alterações dispostas pela Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019, que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência e a Lei nº 13.812/2019, de 16 de março de 2019 que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e exigiu autorização judicial para viagem de menores sem companhia dos responsáveis (BRASIL, 2019).

Segundo Lemos (2008), a chamada Proteção Integral destinada às crianças e adolescentes, especialmente no período de redemocratização do Brasil e mais ainda, em tempos de neoliberalismo, estaria revestida de mecanismos de normalização disciplinar e de controle. A partir de uma análise do Estatuto da Criança e do Adolescente, numa perspectiva foucaultiana, é possível interrrogar sua implementação, bem como as práticas direcionadas a estes sujeitos, diante da redução do papel do Estado, tal como preconizado pela política neoliberal.

De acordo com os dispositivos de análise foucaultianos e sobre as tecnologias de poder podemos representá-las de três modos: pelo poder soberano por meio do suplício dos corpos; pela produção de corpos dóceis e úteis por meio das estratégias disciplinares; e da gestão da população operacionalizadas por meio do biopoder, pretendemos pensar as práticas direcionadas à crianças e adolescentes neste campo atravessado e constituído por saberes, poderes e sujeitos historicamente inventados. Os dispositivos de poder, presentes tanto nas práticas sociais discursivas quanto nas não discursivas, produzem Proteção Social, segurança, e ao mesmo tempo controlam e normatizam os corpos destes sujeitos, empregando estratégias individualizantes e também coletivas.

A questão da cidadania e a implantação de políticas públicas, em todos os níveis, destinadas a garantia de direitos destes sujeitos, é outra prerrogativa do ECA, embora ainda não executada conforme o que preconiza o discurso oficial. Os operadores da lei: conselheiros tutelares, juízes e promotores, constantemente atendem famílias que apresentam dificuldades no que se refere aos cuidados e educação dos filhos, sendo muitas vezes consideradas como desestruturadas e negligentes. Como consequência disso, há um aumento da demanda assistencialista e dos trabalhadores sociais, para intervir junto a estas famílias, que não estariam cumprindo o papel de zelar pelas crianças e adolescentes conforme preconiza o ECA: “As práticas médico-psicológicas continuam referendando a necessidade de integrar as

populações intituladas como estando em situação de risco ou em estado de vulnerabilidade através de tecnologias disciplinares, de normalização biopolítica e de controle" (LEMOS, 2008, p. 101).

Para Lemos (2008), a judicialização da vida e dos conflitos sociais, ganha espaço neste cenário, quando emerge o Conselho Tutelar, órgão criado pelo ECA para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, além de atuar junto a um conjunto articulado de ações governamentais (União, Estados e Municípios), e não governamentais (instituições, ONGs, entidades, associações, igrejas).

O Conselho Tutelar é um órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes de acordo com o ECA a partir da aplicação das Medidas Específicas de Proteção (Artigo 131 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 84). As atribuições do Conselho Tutelar centram-se na aplicação das Medidas Específicas de Proteção às crianças e adolescentes (Artigo 101, I a VII do ECA), bem como das Medidas Pertinentes aos Pais e Responsáveis (Artigo 129 do ECA), dentre outras competências (BRASIL, 1990). As Medidas Específicas de Proteção devem ser aplicadas pelos Conselheiros Tutelares sempre que os direitos da criança ou adolescente forem ameaçados ou violados por ameaças, omissões e violações. Além disso, o Conselho Tutelar tem atribuições de atender os pais ou responsáveis. Para tanto, poderia aplicar diversas Medidas Aplicáveis aos pais ou responsáveis (artigo 129, incisos I a VII do ECA) (ANHUCCI, 2007; ANHUCCI, V. 2016; ASSIS, 2009; BRASIL, 1990, BRASIL, 2007; LEMOS, 2015; ROCHA, 2013; SILVA, 2008; SANTOS, 2015; SOUZA FILHO; SANTOS; DURIGUETTO, 2012).

Na mesma esfera de garantia de direitos, existem os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgão criado por determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 88 da Lei n° 8.069/90), devendo, obrigatoriamente, fazer parte do Poder Executivo. Estes Conselhos propõe novas relações entre governo e sociedade civil organizada, bem como a co-responsabilidade na construção de políticas públicas adequadas às reais necessidades de cada município em particular. Existem nas instâncias municipal, estadual e nacional – CONANDA (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente), CONDECA (Conselho Estadual da Criança e do Adolescente) e CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente) e sua implantação e funcionamento representa uma normativa no sistema de garantia de direito, além de constituir-se como um espaço para participação do cidadão na

definição das ações de atendimento às crianças e adolescentes (BENELLI, 2013a; BENELLI; COSTA-ROSA, 2012b).

Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) são formados, paritariamente, por conselheiros que representam Governo e Sociedade Civil. Esses dois grupos de conselheiros têm a responsabilidade de construir uma Política Municipal de Proteção Integral Para Crianças e Adolescentes, tarefa que requer debates, priorizações, deliberações, construção de consensos, decisões majoritárias, objetivando a garantia dos direitos da criança e do adolescente. São responsáveis também por gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um instrumento democrático de gestão política, a partir de uma somatória de esforços, que necessita da participação efetiva da sociedade para que funcione em toda sua potencialidade, além de ser um mecanismo de muita complexidade operacional, fatores estes que devem estimular e nortear o trabalho do Conselho de Direitos. Os Fundos são fiscalizados e controlados pelos respectivos Conselhos de Direitos e pelo Ministério Público. A Lei Federal 4.320/64 dispõe que o controle deve ser feito também pelo Tribunal de Contas ou seu órgão equivalente e ainda que a lei que criar o Fundo poderá determinar outras normas de controle e fiscalização. O importante é destinar recursos de acordo com as reais prioridades municipais e para ações consistentes e eficazes. Destinar e acompanhar a aplicação dos recursos. As principais atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao Fundo Municipal são: Elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo; Estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos; Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo; Avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balancete anual do Fundo; Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações ecessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do Fundo; Mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações e do Fundo e fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do Fundo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda (IR) valores doados aos Fundos. Pessoas físicas podem destinar 6% do seu imposto devido e pessoas jurídicas 1%. É um incentivo fiscal, ou seja, uma isenção de parcela do Imposto de Renda. Destiná-lo aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente é usar o dinheiro, que seria pago ao governo, para financiar ações em prol da infância. Os recursos do Fundo Municipal devem, obrigatoriamente, ser destinados ao atendimento das políticas, programas e ações voltados para a promoção e defesa dos direitos das crianças e dos

adolescentes, de acordo com as reais demandas e prioridades do município. A principal diretriz a ser observada, fundamenta-se na destinação dos recursos do Fundo para programas e projetos que atendam crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social: em situação de rua, drogadição, vítimas de abuso sexual, físico e psicológico; Programas e projetos que acompanhem medidas socioeducativas destinadas a reinserir adolescentes autores de ato infracional, que promovam a erradicação do trabalho infantil, a profissionalização de jovens, a orientação e o apoio sócio-familiar; Incentivo à guarda e adoção de crianças e adolescentes; Estudos e diagnósticos; Qualificação de membros dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares; Divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente (SILVA, 2008).

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) também foi criado para garantir a materialização dos direitos da criança e do adolescente estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Este sistema apóia-se em três eixos, a saber: Promoção de Direitos, Defesa de Direitos e Controle Social. O eixo que se refere a Promoção compreende o atendimento prioritário às necessidades básicas da infância e adolescência e é formado pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo conjunto de entidades públicas e privadas responsáveis pela formulação e efetivação de políticas públicas de proteção social (saúde, educação, habitação, lazer e assistência social) e de atendimento (concepção, elaboração e sistematização de metodologias de acompanhamento sócio-educativo). O eixo da Defesa, encontram-se as instâncias públicas (Órgãos de Segurança Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública) e aos mecanismos jurídicos de proteção legal (Conselhos Tutelares e Centros de Defesa da Criança e do Adolescente) para o restabelecimento das condições sociais, econômicas e culturais das crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. Em outras palavras, trata-se da responsabilização jurídica da Família, do Estado e da Sociedade pela omissão, não-atendimento, atendimento irregular ou violação de seus direitos individuais ou coletivos. Quanto ao eixo do Controle Social, responsável pelo cumprimento dos preceitos legais e o controle externo não-institucional das ações governamentais e não-governamentais, trata-se do espaço da mobilização social e da articulação da sociedade civil em Conselhos e Fóruns de Direitos da Criança e do Adolescente e demais fóruns e instâncias semelhantes (redes, frentes, pactos etc.), incluindo os espaços de discussão e de capacitação dos atores sociais (SILVA, 2008).

Tanto o SGD quanto o CT e o CMDCA podem ser pensados como novos dispositivos da Sociedade de Segurança, possibilitando a gestão e administração das crianças e

adolescentes que compõem parte da população pobre. Todos eles funcionam de modo centrífugo, procurando fazer uma cobertura capilar e microfísica da cidade e dos seus diversos territórios por meio de numerosos atores institucionais que execem funções variadas.

A gestão das políticas públicas acontece de forma dinâmica, evidenciada pela articulação entre os eixos de Promoção de Direitos, Defesa e Controle Social. As instituições e estabelecimentos que compõem os diferentes eixos acabam incorporando ações e responsabilidades em todos os níveis, não funcionando de forma estanque e cristalizada, mas articulando-se como rede. A estratégia do trabalho social em formato de rede também parece ser uma interessante inovação produzida pela Sociedade de Segurança (BENELLI, 2016a; BENELLI; COSTA-ROSA, 2010; BENELLI; FERRI; FERREIRA Jr., 2015).

Segundo Silva (2008), o processo de articulação da rede de atenção implica no fortalecimento das diferentes instâncias envolvidas com a área social e na avaliação constante da atuação de cada segmento.

> O conceito de atendimento em rede, bem como a instauração de um trabalho verdadeiramente integrado, será consolidado a partir o fortalecimento da política de atendimento a criança e ao adolescente e da consolidação da Doutrina da Proteção Integral. Para tanto, depende de investimentos nos processos democráticos de participação, articulação e mobilização social, que perpassa o fortalecimento da atuação dos conselhos, bem como a legitimação de suas práticas (SILVA, 2008, p. 84).

Todas estas instâncias legais propostas pelo ECA trazem um discurso fundamentado pela Doutrina da Proteção Integral, pela concepção de sujeito de direitos e pela promoção da cidadania. O período que precede a promulgação do ECA foi marcado pela filantropia e tutela dos chamados perigosos e desadaptados.

Com a emergência do ECA, observamos uma transição discursiva de menor à criança e adolescente, de delinquente à adolescente em conflito com a lei: “O ECA é uma expressão da potência subjetiva do Estado de Direito, e como toda lei, uma formação discursiva, que, na concepção de Foucault, agrega uma diversidade de demandas submetendo-as a regras estreitas” (SCHEINVAR, 2015, p.104).

O ECA traz em si, formações discursivas e enunciados próprios, atravessados por saberes, fazeres e subjetividades singulares.

> Entender que é uma lei, conhecer a proposta do ECA é um exercício de busca nas enunciações contidas nos procedimentos; é um exercício de busca de regularidades – uma tarefa arqueológica, como propõe Foucault – que

> contribui para localizar as formações discursivas. Desnaturalizar por meio de um procedimento arqueológico, historicizar as enunciações e entender os campos de possibilidades atravessados por saberes, por relações de poder ancoradas em subjetividades circulantes, é uma forma de desestabilizar os códigos, que enquadram o ser criança, o ser adolescente, o direito, entre tantas outras enunciações do ECA (SCHEINVAR, 2015, p.106).

As políticas públicas para crianças e adolescentes, em um contexto democrático e neoliberal, fundamentadas pelo discurso da proteção, apresentam resquícios do poder soberano, bem como inclui aspectos da disciplina e da biopolítica, da gestão de riscos e controle. Isso seria indicado, conforme aponta Lemos (2008), pela consolidação e pelo fortalecimento dos aparelhos normalizadores, pelo arrefecimento da rede jurídico penal e pela invenção de estratégias de administração de riscos, efeitos da ampliação do SGD e dos mecanismos de prevenção e de Proteção Integal. Podemos dizer que, de um modo predominante o ECA e o SGD estariam pautados pela perspectiva da Sociedade de Segurança, uma vez que as ações de controle dos corpos de crianças e adolescentes são realizadas de forma difusa no tecido social, sendo devidamente aparelhadas por instâncias regulatórias e juridicamente instituídas.

1.3.2. A Política Nacional de Assistência Social e o atendimento assistencial da criança e do adolescente

> O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005) está sendo construído por equipes multiprofissionais compostas por trabalhadores do Serviço Social, psicólogos, pedagogos e também por diversos outros profissionais. Essas equipes desenvolvem atendimentos e intervenções com indivíduos e famílias considerados em "situação pessoal e social de vulnerabilidade", sobretudo por causa da pobreza. O objeto de trabalho desses profissionais consiste em manejar os problemas sociais em suas múltiplas manifestações na coletividade social. Há múltiplos componentes psicossociais envolvidos nessa problemática, o que exige abordagens também complexas, criativas e inovadoras (BENELLI, 2016c, p. 24.)

No Brasil, o modelo de gestão utilizado para organizar operacionalizar as ações sociais é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005), de responsabilidade do então chamado Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) e faz parte do Sistema de Seguridade Social pautado nas prerrogativas da Constitutição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). O SUAS é um sistema público com gestão participativa que articula os

governos municipais, estaduais e federal, executando e financiando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004).

A partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2004) teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

Com as numerosas transformações realizadas na legislação nacional ao longo do tempo, e na forma de gerenciamento das políticas públicas, especialmente na área da Assistência Social na contemporaneidade, podemos salientar a emergência de um aparato legal e institucional para atendimento desta demandas sociais. O trabalho assistencial, antes realizado por entidades filantrópicas, socioassistenciais e/ou ONGs, passou a ser coordenado pelo Poder Público. Embora em alguns municípios, algumas entidades ainda resistem e funcionam, a maioria delas em parceria com os governos locais, em regime de convênios, conforme aponta a presente pesquisa.

O início dos anos 2000, representam um momento de transição no qual as entidades assistenciais tiveram que se adaptar à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), baseada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) (BRASIL, 2005, 2012), com normas que delimitavam a atuação na área social, sendo financiadas ou co-financiadas, de acordo com as determinações normativas (BIANCHI, 2011). O campo da Assistência Social passou por mudanças significativas, uma vez que as práticas direcionadas às pessoas pobres e consideradas mais necessitadas e/ou carentes, apresentavam marcas emblemáticas da caridade, do assistencialismo e da filantropia. Uma das principais mudanças deste cenário foi que a população atendida começou a ser identificada por níveis de vulnerabilidade.

Este processo foi consolidado por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)[4], que passa o organizar a área da Assistência Social em todo o Brasil, com o objetivo de garantir a Proteção Social aos cidadãos, apoiando a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas vulnerabilidades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

A Proteção Social, em sua proposta de prevenção de riscos e perigos e atuação junto à

[4] Texto extraído do site do Ministério da Cidadania: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/assistencia-social/ Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

populações em situação consideradas de vulverabilidade, pode ser considerada como categoria discursiva que mistura técnicas e táticas da Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 2014) e da Sociedade de Segurança (FOUCAULT, 2008).

Existe um aparato legal e normativo pautado nas egislações Nacionais que subsidiam as ações do SUAS, são:

- ✓ Constituição Federal (1988)
- ✓ Estatutos da Criança e Adolescente (1990)
- ✓ Estatuto do Idoso (2003)
- ✓ LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (1993)
- ✓ NOB Suas - Norma Operacional Básica (2005; 2012)

Os mecanismos de gestão e controle social que regulamentam a execução das atividades e fornecem parâmetros para elaboração, implantação e monitoramento das ações sociais do SUAS são a Conferências e os Conselhos, e existem em nível Municipal, Estadual e Nacional.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de Assistência Social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

No SUAS também há a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. O SUAS também vincula e inclui as entidades e as organizações assistenciais privadas, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e concedendo certificação a entidades beneficentes.

Coordenado pelo Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Nesse modelo de gestão, as ações e a aplicação de recursos do SUAS são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social, que desempenham um importante trabalho de controle social.

O SUAS, organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de Proteção Social. A primeira é a Proteção Social Básica (PSB), destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial (PSE), destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.

A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. Trata-se de uma unidade pública municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social. O CRAS oferece os seguintes serviços, a saber:

O CRAS parece ser um estabelecimento típico da Sociedade de Segurança, possibilitando a gestão e administração de segmentos da população pobre. Ele está presente no território e funciona de modo centrípeto, procurando fazer uma cobertura capilar e microfísica do território por meio de sua equipe técnica e dos seus serviços, programas e projetos. Já não se trata mais de internar nem de privar de liberdade, mas de monitorar a vida de indivíduos e de famílias no seu próprio ambiente social e comunitário, no espaço aberto do território existencial e cotidiano. Os técnicos circulam pelas ruas, pelas casas, inseridos nos espaços de convivência social e comunitária da população pobre.

- Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF): ofertado necessariamente no CRAS, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): de caráter preventivo e proativo, realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Destina-se a crianças, adolescentes, idosos em situação de vulnerabilidade.
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, para pessoas com deficiência e idosas: Tem a finalidade de prevenir os agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais.
- Serviço de Proteção e segurança alimentar.

Para crianças e adolescentes, o serviço que o CRAS oferece é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, normalmente com a atividades realizadas em grupos, direcionadas à situações de prevenção da violência, drogas e também, voltadas à construção de um projeto de vida para estes sujeitos.

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para ser incluído nas ações da PSE, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas socioeducativas à adolescentes que tenham cometido atos infracionais.

Diferentemente da PSB que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos direcionados à situações de violações de direitos e violências sofridas por integrantes dos grupos familiares.

As atividades da PSE são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o SGD, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo,

articulando-se como o Complexo Tutelar tal como caracterizado por Donzelot (1980). Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.

A PSE desenvolve os seguintes serviços, a saber:

- Proteção Social Especial – Média Complexidade: Atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado, tais como:
    - Serviço de proteção e atendimento especializado à famílias e indivíduos;
    - Serviço especializado para pessoas em situação de rua;
    - Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
    - Serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas em meio-aberto de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida.
- Proteção Social Especial – Alta complexidade: Garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário, tais como:
    - Atendimento Integral Institucional;
    - Casa Lar;
    - República;
    - Casa de Passagem;
    - Família Substituta;
    - Família Acolhedora;
    - Acolhimento Institucional;
    - Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada).

A PSE é desenvolvida nos Centros de Referência especializado de Assistência Social (CREAS). O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), integrante

do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Tem como objetivos: fortalecer as redes sociais de apoio da família; Contribuir no combater a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; Fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

A população atendida são crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, vivência de trabalho infantil e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir de autonomia e bem-estar.

O CREAS oferta acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida. O atendimento é prestado no CREAS, ou pelo deslocamento de equipes em territórios e domicílios, e os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, com os demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

Para crianças e adolescentes, os serviços oferecidos pelo CREAS normalmente são: execução das Medidas socioeducativas em meio-aberto: Prestação de Serviços à comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA); Colocação em Família Substituta ou Família Acolhedora e Acolhimento Institucional. Os casos atendidos pelo CREAS são aqueles onde já houve rompimento de vínculos ou situação de violência ou violação de direitos, já instaurada.

Os serviços socioassistenciais na contemporaneidade são desenvolvidos pelos CRAS, CREAS e pelas entidades socioassistenciais, sejam elas públicas ou privadas, desde que estas estejam devidamente certificadas, cadastradas nos Conselhos Municipais ou mantenham convênios com o SUAS. Cada município, de acordo com a sua realidade local, estabelece as diretrizes de funcionamento dos serviços, equipamentos e dinâmica de atendimento à população, considerada em situação de vulnerabilidade, devendo respeitar critérios de ética e

responsabilidade.

Tanto por suas características, quanto por suas estratégias e dinâmicas de funcionamento podemos considerar que os estabelecimentos da Assistência Social tais como o CRAS, o CREAS e as demais entidades assistenciais públicas e privadas parecem figuras institucionais que emergiram já nos moldes da Sociedade de Segurança. Um analisador importante centra-se na questão da construção destes equipamentos e sua permeabilidade no tecido social. Observamos que a maioria deles está instalado exatamente nos territórios considerados de maior risco e perigo, ou com maior grau de vulnerabilidade social. Desta forma, políticas públicas voltadas à proteção social e proteção integral, incidem sobre estes territórios e sobre estes sujeitos, considerados em situação de vulnerabilidade.

1.3.3. Entidades Assistenciais Socioeducativas

> A descoberta da infância começa sem dúvida, no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 1981, p. 65).

Segundo Ariès (1981), a invenção da infância como uma figura social específica emergiu entre os séculos XIII e XVII, primeiramente considerada como uma fase da vida. Em sua pesquisa, especialmente fundamentada no estudo da iconografia e das artes, o autor narra como as crianças eram representadas: como um pequeno adulto e também como anjos.

A emergência do conceito e do sentimento de infância, foi associado à compreensão da noção do que realmente seria uma criança, não apenas uma fase da vida, não um adulto em miniatura e nem mesmo um pequeno anjo, mas um ser em formação. Trata-se do que chamamos atualmente de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, com base nas ciências humanas psicológicas e pedagógicas.

A infância, enquanto objeto de intervenção e o aparecimento de instituições que se desdobraram em estabelecimentos para seu atendimento, estão ligados ao sentimento de infância. Conforme Ariès (1981), a primeira instituição de atendimento à infância teria sido a escola, que inicialmente foi marcada pelo modelo disciplinar em regime de internato e pelo caráter religioso.

Segundo Ariès (1981), que fez um retorte histórico a partir do século XIII, os colégios, neste período eram mantidos por doadores e ligados a instituições religiosas, eram como

asilos para estudantes pobres, posteriormente se tormam institutos de ensino, no século XIV. No século XV, a população escolar começou a ser dividida conforme a estrutura de classe escolar, mas apenas no século XIX foram separadas em função da idade. A família cumpria o papel de transmissão de vida enquanto que o cuidado e a aprendizagem tradicional passaram a ser papel da escola.

Estas instituições/estabelecimentos de atendimento à infância apresentavam características próprias, fundamentadas na disciplina e por uma forma de anatomia política sobre estes corpos infantis:

> A 'invenção' dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturam a organização militar (FOUCAULT, 2014, p.136).

Silva (2019), apresenta uma análise da obra Oliver Twist, de Charles Dickens, que retrata o período do início do século XIX. Ele abordou a história das crianças inglesas, órfãs e indigentes que eram internadas nos asilos de mendicância e casas de trabalho, descrevendo a crueldade e violência sofrida pelas populações pobres, especialmente as crianças pobres e abandonadas. Sua obra expõe problemas tais como a injustiça social, a delinquência e a criminalidade que se avolumavam na Inglaterra na época marcada pela Revolução Industrial. Os problemas sociopolíticos e as transformações sociais produziram um aumento da pobreza, da mendicância e dos processos de institucionalização de crianças consideradas abandonadas. Charles Dickens analisa as práticas disciplinares presentes nos estabelecimentos filantrópicos, asilos e casas de trabalho (*Workhouses*). O autor narra os sofrimentos que um órfão, Oliver Twist, vivenciou durante a internação em um asilo para mendigos e como era o tratamento dado às crianças nestes estabelecimentos assistenciais, marcado pela disciplina, crueldade e rigidez. O aumento da indigência e miserabilidade de enjeitados e abandonados se tornou uma questão social, causa de preocupação pelas autoridades públicas, no século XIX.

> Foi no século XIX que a situação do aumento da indigência, miserabilidade e das crianças enjeitadas e abandonadas estava sendo compreendida como uma questão social pelas autoridades públicas da época. Por isso, o número de asilos de mendicidade e casas de trabalho aumentou na Inglaterra. Essas

> instituições sociais assemelhavam-se a depósitos de seres humanos, verdadeiros presídios (bastilhas). Os internados viviam piores do que os criminosos dentro das prisões (SILVA, 2019, p. 14).

Em outro estudo, Silva (2020), apresentou uma análise da situação da delinquência infantil na cidade de São Paulo, tendo como recorte temporal o período compreendido entre a Abolição da Escravidão em 1888, passando pela República Velha, até 1927 quando houve a promulgação do Código de Menores de Mello Matos, a primeira legislação para infância no Brasil. Este momento histórico foi marcado pelo desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, com o aumento acentuado no número de imigrantes, acentuando a problemática social, a miséria, o surgimento de cortiços e também da delinquência infanto juvenil e a resposta estatal, caracterizada pela institucionalização destes sujeitos. Para tanto, apresentou as condições sociais vivenciadas pelas crianças em situação de marginalização e criminalidade na cidade de São Paulo, relacionando-as com as transformações sociais e urbanísticas, os cortiços, o trabalho infantil, a informalidade e a atuação da polícia e Justiça. Analisou também o papel do Estado Republicano e das instituições de controle social que passaram a se ocupar com a infância marginalizada, atravessados pelos discursos da medicina social e do direito criminal ou criminologia.

> As principais preocupações da sociedade com relação à ociosidade infantil, especialmente pelo fato de essas crianças estarem afastadas da escola e do aprendizado de um ofício pela falta de incentivo dos pais, vivendo no ambiente das ruas, ficando sujeitas aos perigos da delinquência e da criminalidade. Com a ausência das mães, porque essas trabalhavam fora de casa, os filhos eram deixados aos cuidados de terceiros ou ficavam sozinhos, sendo também mais um sinal de desarticulação da estrutura familiar (SILVA, 2020, p. 39).

Finalmente, Silva (2020, p. 14) problematizou a instrumentalização do Estado, a partir de um estudo de caso de um Instituto Disciplinar de atendimento à crianças e adolescentes, com características semelhantes ao Panóptico, uma referência ao presídio ideal que permite a vigilância constante, projetado por Jeremy Bentham em 1785 e analisado por Foucault (2014) para tratar da Sociedade Disciplinar. A obra é referenciada pelas ferramentas teóricas e metodológicas de Michel Foucault e também por autores tais como Michelle Perrot, Philippe Ariès, Jacques Donzelot, Maria Luíza Marcílio, Irene Rizzini e Mary Del Priori:

> A vida das crianças consideradas ociosas e delinquentes também foi afetada por essas regulamentações, pois visavam especialmente e retirá-las do convívio das ruas e encaixá-las numa ocupação útil. (...) Nas primeiras

> décadas do século XX, houve uma verdadeira cruzada das instituições políticas, médicas e jurídicas para a conversão desses menores abandonados e delinquentes em "homens de bem".

Concentramos nossa discussão em torno dos estabelecimentos assistenciais não escolares direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes no contra-turno escolar, modelo atual da maioria das entidades assistenciais, que surgiram ao longo do século XX, dotadas de caráter caritativo, assistencial e filantrópico. O atendimento direcionado à infância e adolescência no Brasil é marcado pela presença de instituições/estabelecimentos, muitas vezes chamadas de entidades assistenciais, socioassistenciais ou socioeducativas.

As primeiras práticas de institucionalização de crianças, presentes no Brasil (BENELLI, 2016b), remontam ao século XIX e tinham um caráter religioso e sua estratégia principal consistia em práticas de internação de crianças abandonadas. De modo geral, Merisse (1996, p. 47) afirma que "o atendimento à infância brasileira pode ser estudado por meio de uma série de fases: uma fase *filantrópica* inicial, seguida por outra de caráter marcadamente *higiênico-sanitária*; uma terceira fase de orientação *assistencial* e, finalmente, uma fase centrada na dimensão *educacional* que perduraria até a atualidade".

Ao longo do tempo, surgiram entidades, de caráter leigo ou religioso, como os orfanatos e educandários, com o objetivo de cuidar das crianças e retirá-las das ruas. (BENELLI, 2014a). A partir dos anos 80, muitas entidades surgiram visando o atendimento assistencial desta clientela, com caráter um pouco mais aberto. Estas entidades, costumam funcionar durante o dia e não abrindo aos finais de semana, em regime distinto ao da internação, oferecendo atividades para as crianças e adolescentes no contra-turno escolar. Seus objetivos e justificativas mais usuais consistem em ocupar o tempo das crianças e adolescentes considerados em situação de risco pessoal e social ou em situação de vulnerabilidade, de forma que estes não fiquem nas ruas ou sozinhos em casa, e por outro lado, ofertam uma série de atividade de lazer, esportes, artesanato, apoio pedagógico e psicossocial. A chamada educação social e o tratamento institucional, aparelhada por técnicas e procedimentos pedagógicos e psicológicos visariam proteger, socializar, promover, mas também vigiar, adaptar as crianças e adolescentes, na direção da normalização dos comportamentos, incidindo diretamente sobre o controle dos corpos destes sujeitos.

O perfil dos sujeitos atendidos nestes estabelecimentos assistenciais, de certa forma foi produzido em um momento social e histórico, enquanto efeitos de verdade e de saber/poder, e parece ter sido desenhado e recortado como delinquentes, infratores, em situação de risco

social e pessoal ou em situação de vulnerabilidade, de acordo com suas condutas e avaliados com base em padrões de normalidade.

Para compreender a emergência das diversas entidades assistenciais contemporâneas, retomamos Foucault e suas análises sobre a Sociedade Disciplinar, que teria sido marcada por instituições fechadas, completas e austeras, por meio das quais a liberdade individual era cerceada por muros, paredes e cercas de isolamento, além de mecanismos e técnicas de vigilância e correção. Um exemplo disso seriam as atuais unidades semiliberdade e de internação da Fundação CASA para adolescentes em conflito com a lei. As entidades assistenciais que funcionam em meio aberto, como as de contra turno escolar, apresentam uma estrutura mais orientada pela Sociedade de Controle, uma vez que as pessoas, incluindo crianças e adolescentes estão livres e para circular pelo território, podendo participar das atividades institucionais desenvolvidas por entidades assistenciais privadas ou públicas, tais como o CRAS e o CREAS. No entanto, ainda conservam táticas disciplinares, uma vez que as condutas dos sujeitos atendidos, seriam suavemente modeladas e normatizadas pelos serviços, programas e projetos desenvolvidos no cotidiano institucional, mesmo sem utilização da privação de liberdade/internação.

> Além da presença das instituições totalitárias e disciplinares clássicas, temos o florescimento de inúmeras instituições mais abertas, nas quais os indivíduos permanecem uma boa parte do seu dia, mas que já não funcionam em regime de internato. É possível que muitos dos estabelecimentos assistenciais se enquadrem na categoria de instituições que funcionam apenas durante o dia, recebendo eventualmente uma turma de usuários pela manhã e outra no período vespertino, alternando com a escola a tarefa de se ocupar com as crianças e adolescentes tidos como "pessoas em situação pessoal e social de risco". As instituições assistenciais se tornaram mais abertas e flexíveis, abandonando a estratégia do confinamento permanente (BENELLI, 2016b, p. 22).

Segundo Benelli (2014a), existiria um plano transdisciplinar, formado por equipes multidisciplinares com profissionais da Educação, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Saúde, Justiça e Segurança Pública que atuam no atendimento à crianças e adolescentes, considerados em situação de risco pessoal e social ou em situação de vulnerabilidade, em diversos estabelecimentos. Os saberes e fazeres são engendrados nestas práticas socioeducativas contemporâneas. O eufemismo discursivo "situação de risco", seria apenas uma forma mais amena de nomear os sujeitos atendidos nestes estabelecimentos, que são na verdade os pobres, oprimidos, excluídos, os negros e periféricos.

Segundo Benelli (2016a), o discurso sobre risco social e vulnerabilidade podem ser considerados como analisadores das formas de normalização presentes nas políticas públicas sociais direcionadas à crianças e adolescentes e suas famílias. Estes analisadores trazem consigo o ranço da política das necessidades, incidindo sobre a infância pobre, considerada como abandonada ou delinquente e potencialmente perigosa ou desajustada, necessitando então de proteção, tratamento e reeducação. Na década de 80, crianças e adolescentes passam a ser considerados como cidadãos, pelas normativas legais tais como a Constituição Federal e o ECA, momento marcado por uma mudança de termos como delinquência e marginalidade para risco e vulnerabilidade, o que denota uma transição discursiva de temáticas normalizadoras próprias da Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 2014) para tecnologias da Sociedade de Controle (DELEUZE, 1992) e Segurança (FOUCAULT, 2008) pautadas na gestão da população. No entanto, o analisador criança e adolescente em situação de risco ou vulnerabilidade, presente no discurso oficial do ECA e demais legislações para a infância, parecem reeditar a política da situação irregular, expressa pelo antigo Código de Menores (BRASIL, 1979).

A noção de criança e adolescente em situação de risco, pode ser considerada como um acontecimento histórico, social e político que emerge como modo de defesa social e de prevenção, no cenário das políticas públicas sociais. A partir da lógica da sociedade de controle e segurança, a gestão dos riscos implica no governo das condutas e nas estratégias de normalização de crianças e adolescentes considerados em situação de vulnerabilidade, operando tanto nos espaços, quanto nos territórios permeados por estes sujeitos (LEMOS; SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2014).

Para Constantino e Guimarães (2002), as entidades, especialmente as Organizações não governamentais (ONGs), passaram por diferentes momentos e assumiram vários papéis, de acordo com a reconstituição histórica que evidenciou a relevância de suas práticas. Na América Latina, no final da década de 50, já existiam instituições/estabelecimentos de natureza político-social, em sua maioria, criadas por grupos religiosos ou militantes.

Este processo foi marcado reorganização da sociedade civil, a partir da proposição de novas formas de organização coletiva, de promoção da cidadania e de controle social. O movimento pela cidadania foi revitalizado nos anos 80, como a redemocratização do país e o surgimento das primeiras ONGs que se vieram minimizar e suprir a ausência do Estado, como alternativas às políticas públicas sociais que eram raras. O chamado Terceiro Setor se apresentou como uma alternativa para a sociedade civil quanto ao manejo das demandas

sociais e se constitui enquanto um instrumento de gestão empresarial dos problemas sociais aos quais responde com práticas assistenciais.

> O reconhecimento de sua importância e, como consequência disso, a assimilação do próprio setor resultaram no risco de as ONGs serem percebidas como extensão do próprio Estado, por elas assumirem tarefas tipicamente do governo, num tempo em que este, sob estatuto neoliberal, vem promovendo a redução dos direitos sociais e, ao mesmo tempo, a descentralização das suas principais políticas na área social (CONSTANTINO; GUIMARÃES, 2002, p. 137).

Bianchi (2011) aponta que, com a crise econômica dos anos 90, o governo reduziu os investimentos, especialmente na área social, com o objetivo de reestruturar as políticas públicas neste âmbito, em um processo de precarização da área social. Nesta década, várias entidades filantrópicas são criadas e as já existentes passam a dar suporte às demandas do setor. No final dos anos 90, a iniciativa privada começou a financiar algumas entidades filantrópicas ou ONGs, por meio de programas de responsabilidade social empresarial. Até então, apenas organziações internacionais eram chamadas de ONGs, mas diante deste cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a criar documentos para subsidiar e orientar o trabalho destas instituições assistenciais. Estas entidades classificam-se como Terceiro Setor e atualmente também podem ser denominadas como Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), caracterizam-se por serem autogovernadas, possuírem estatuto próprio, diretoria e por não terem fins lucrativos. No entanto, para seu funcionamento, se veem sempre necessitadas de recursos financeiros, o que as leva a estabelecer parcerias público privadas e convênios junto às várias esferas de governo e com as empresas privada, para que possam prestar atendimento direcionado às populações consideradas em situação de risco e vulnerabilidade.

O campo institucional que integra esses estabelecimentos assistenciais foi se modificando ao longo do tempo, tanto nos planos discursivos quanto práticos. A promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) e a criação do SUAS (BRASIL, 2005) reconfiguraram a Assistência Social como política pública. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) representou transformações na política nacional para crianças e adolescentes, com a criação de diversos dispositivos, tais como o Conselho Tutelar e Conselhos Municipais, enquanto práticas que visam ao gerenciamento das populações consideradas como estando em situação de risco. Trata-se de um importante processo de reordenamento institucional direcionado à oferta de Proteção Social e à garantia

da Proteção Integral e promoção da cidadania para crianças e adolescentes, particularmente para os mais pobres. As entidades assistenciais teriam como efeitos a dimensão do cuidado em liberdade e da socialização por meio da psicologia e da pedagogia, e assim impactam no comportamento dos sujeitos com táticas de controle e normalização (BENELLI, 2014a).

1.4. A atuação dos Psicólogos nas Políticas Públicas sociais

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, passou a ser regulamentada no Brasil a partir da Lei n° 4.119, de 27 de agosto de 1962. Em 1971, foi criado o Conselho Federal de Psicologia (CFP), pela Lei n° 5.766 e regulamentado em 1977, pelo Decreto n° 79.822. A profissão nasceu com o status elitizado, para atender demandas clínicas, especialmente em consultórios particulares e com atendimento individualizado, visando atender a classe média e a elite.

Aos poucos, o campo de atuação do psicólogo passa a se expandir para outras áreas, tal como investigado por Yamamoto (2007), Yamamoto e Oliveira (2010) e por Benelli (2020). A partir de então, a Psicologia começou a se engajar com outras profissões e a se inserir no campo das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e saúde dos sujeitos, colocando à disposição da um grupo maior de pessoas, os seus saberes, técnicas e estudos.

A partir de um ponto de vista crítico, a atuação do psicólogo no campo das políticas públicas se tornou um elemento importante na contemporaneidade, inicialmente com o objetivo de ajustamento e normatização dos indivíduos, e também por seu compromisso e implicação ética, norteados pelo anseio de uma transformação social.

> Diante disso, influenciada pelas concepções higienistas que estabelecia padrões de normalidade, a psicologia era instada a avaliar condições mentais por meio de testes psicológicos e observações clínicas, com objetivos de se desenvolver técnicas de mensuração e verificação da capacidade mental para criar tecnologias de regulação e normalização de comportamentos (FERRAZA, 2016, p. 10).

De acordo com Brigagão et al. (2011, p. 199), "os psicólogos têm se aproximado do campo das políticas públicas por meio das ações desenvolvidas no cotidiano profissional, em diversas áreas, e têm construído diferentes modos de reinvenção da prática a partir da interpretação das políticas". Entende-se por política pública a ação intencional, que tenha

objetivos claros, com impactos no curto prazo, mesmo sendo uma ação a longo prazo e que envolva processos decisórios nas ações de implementação, execução e avaliação.

Segundo Ferraza (2016), os psicólogos começaram a atuar nas políticas públicas em um momento de enfrentamento das questões de violações de Direitos Humanos, diante das péssimas condições de vida da sociedade brasileira com relação à vida, saúde, educação, trabalho, habitação. O período do regime ditatorial, em meados da década de 70, foi marcado pela emergência dos Movimentos Sociais no Brasil, e neste contexto de lutas, surgiu o movimento da Reforma Sanitária brasileira, preconizando o Direito Universal à saúde, o reconhecimento de que o processo saúde-doença é composto por determinantes históricos e sociais e também se constitui um campo de saber baseado no respeito à dignidade humana, chamado de interdisciplinar. Tais concepções foram incorporadas pela Psicologia, enquanto ciência e profissão, especialmente pelo caráter psicossocial presente nas propostas e projetos da Reforma Sanitária. Então a atuação do psicólogo no campo das políticas públicas passou a se distanciar do modelo clássico da clínica tradicional que era individualizado e elitizado. O profissional da psicologia que atua ou pretende atuar junto às políticas públicas deve estar disposto a ocupar outros espaços e também estar orientado pelas demandas da sociedade contemporânea, sendo que novas demandas incluem novos desafios e estes também possuem seus perigos (FOUCAULT, 2014; GOFFMAN, 1987; BENELLI, 2015). Os perigos da internação institucional e da privação de liberdade estão bem mapeados, sendo que nos interessa discutir os perigos dos novos cuidados assistenciais realizados nos territórios nos quais as pessoas circulam com liberdade.

Segundo Benelli (2014a), a psicologia, pedagogia e serviço social, constituem o campo multidisciplinar no atendimento a população nas diferentes instituições, entidades, equipamentos e políticas públicas. A psicologia, ciência que estuda as estruturas, a mente humana, os comportamentos, as relações interpessoais, as patologias da mente humana, se abre também para o estudo do comportamento social do ser humano, desta forma a Psicologia Social ocupa-se das relações entre indivídio e sociedade.

O psicólogo é convocado para atuar fora do consultório tradicional, junto às políticas públicas, inicialmente nas áreas de saúde e educação. Na saúde, inicialmente nos hospitais psiquiátricos, junto à Saúde Mental, e posteriormente com o advento do SUS, ocupando postos de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Ambulatórios de Saúde Mental e mais recentemente nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nas clínicas ou casas de recuperação para dependentes químicos ou comunidades terapêuticas. Na educação, em

escolas, exercendo a função ou especialidade de psicopedagogos, ou até mesmo alocados nas próprias Secretarias Municipais de Educação e Diretorias de Ensino, servindo de suporte e atendimento às escolas.

No campo das políticas públicas sociais, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, assim como os psicólogos, ganharam espaço e lócus de atuação, diante do advento das Normativas Internacionais e Nacionais, no que se refere à garantia de direitos dos cidadãos e da instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com seus estabelecimentos específicos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que atualmente estão instalados em grande parte do País (BRASIL, 2004).

Com a emergência do SUAS, o profissional da Psicologia também foi convocado a assumir postos de trabalho no campo social, visto a abertura de vagas e concursos na área, nas Secretarias Municipais de Assistência Social e seus estabelecimentos e serviços como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro do Idoso, Lar Dia, Casa de Acolhida, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Medidas Socioeducativas, entre outros. Os psicólogos passaram a vislumbrar, na área social, junto às políticas públicas, um importante campo de atuação. Atualmente, muitos psicólogos atuam nas organizações e estabelecimentos sociais compondo as equipes de atendimento à população (BENELLI, 2020b).

No Sistema Judiciário, também se abriu um campo de trabalho enquanto Psicologia Jurídica ou Psicologia Judiciária, no chamado Setor Técnico das Comarcas, principalmente após a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). O Poder Judiciário tem recorrido cada vez mais à Psicologia Jurídica e também ao serviço social, para contextualizar e subjetivar situações que auxiliam o juiz durante o processo e no momento de estabelecer uma sentença. O psicólogo então, passou a atuar especialmente junto às Varas de Família e da Infância e Juventude, atendendo as crianças e famílias em casos de guarda, tutela, adoção, casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, violência, entre outros. A atuação dos psicólogos no Sistema Judiciário articula-se às políticas públicas sociais, visto que estes profissionais lidam com problemas nos quais normalmente há rompimento do tecido social, bem como dos vínculos afetivos e familiares.

Na Segurança Pública, a atuação do psicólogo também é bastante expressiva, compondo as equipes multidisciplinares das penitenciárias, unidades de Semiliberdade e Internação para adolescentes em conflito com a lei. Os psicólogos atuam também como

técnicos orientadores na aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto: PSC e LA, trabalho que atualmente está na competência dos CREAS. Mas em muitos municípios onde estes estabelecimentos não estão instalados, o serviço ainda é desenvolvido por entidades socioeducativas, organizações não governamentais (ONGs) ou instituições parceiras. Num dos municípios pesquisados, apesar de haver um CREAS instalado, o serviço ainda continua sendo desenvolvido por uma entidade assistencial privada de orientação religiosa.

O profissional psicólogo também atua no segmento jurídico, utilizando-se de instrumentais reguladores dos corpos dos sujeitos atendidos. O poder de punir não é diferente do poder de educar e em nossa sociedade o professor, o médico, o educador, o assistente social, o psicólogo, muitas vezes assumem a função de juiz, ajustando comportamentos e condutas, nos chamados "dispositivos de normalização" (FOUCAULT, 2014). Neste interim, o trabalho psicossocial, com o viés educativo e terapêutico, também produz vigilância e controle das populações: "As instituições sociais, constituem agências de controle da conduta humana, pois prescrevem regras que podem consistentemente conduzir as relações sociais entre os seres humanos" (BENELLI, 2014a, p. 66).

Quanto à formação, muitos psicólogos que foram formados na década de 80 e 90 do século XX, que não apresentavam o desejo em atuar na famosa Psicologia Clínica, e que demonstravam um perfil voltado para a área social, muitas vezes, encontravam dificuldades em obter um posto de trabalho profissional como psicólogo. Até mesmo a formação acadêmica, os cursos de graduação apresentavam em seu rol de disciplinas, essencialmente noções de fundamentos da psicologia, epistemologia, psicologia clínica contemplando diversas abordagens teóricas, porém havia lacunas quanto a disciplinas voltadas para as questões sociais. Poderia se encontrar disciplinas como Psicologia Social, Psicologia Institucional e Psicologia Comunitária, mas as opções ainda eram restritas. Os postos de trabalho comumente estavam centralizados em alguns estabelecimenros assistenciais de caráter filantrópico como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Hospitais Psiquiátricos, também mantidos por grupos religiosos, entre outros.

> Apenas recentemente o Brasil passou a rumar para uma modernização da assistência a crianças pobre s suas famílias. O maior indicativo disso poderia ser verificado no atual processo de institucionalização estatal da política de Assistência Social e na implementação de seus estabelecimentos institucionais, programas, projetos, serviços e benefícios, nos quais os psicólogos estão incluídos (BENELLI, 2016b, p.737).

Oliveira e Amorim (2012), relatam que a inserção dos psicólogos nas políticas públicas estava ligada ao aumento das oportunidades de emprego nas instituições públicas e em locais onde o foco da intervenção estava ligado às questões sociais. A intervenção dos psicólogos nestes espaços deveria levar em conta determinantes tais como as condições estruturais e sociais, bem como o capitalismo, uma vez que a profissão historicamente esteve voltada para a manutenção da burguesia. Ao buscar se inserir nas políticas sociais, passou a enfrentar desafios éticos, políticos e sociais e um reordenamento teórico-técnico para poder atuar junto a populações em condição de pobreza e vulnerabilidade.

Para Benelli (2016a), a Assistência Social passou a se apresentar como um campo de atuação dos psicólogos que se pautavam pelo compromisso e implicação ética com a transformação social, buscando superar a produção de ajustamento, de adaptação social e de normatização do indivíduo, se alinhando com os interesses dos pobres, oprimidos, explorados e socialmente excluídos. A atuação dos psicólogos passou a ser realizada em instituições que fazem dispositivos e estabelecimentos sociais diversos e passou a ser permeada por uma prática mais crítica e transformadora. A politização dos saberes teórico-técnicos da psicologia orientando para o engajamento e transformação social reflete uma atuação avisada, politicamente informada e situada no vasto campo das políticas públicas, particularmente no âmbito da Assistência Social.

> Estas instituições, mesmo com muitos problemas de gestão, funcionamento, e estrutura, muitos vezes, configuram-se como os únicos espaços de escuta para esta população. Ademais, podemos inferir que os profissionais da Psicologia têm um perfil mais disponível à escuta, bem como à sistematização da problemática expressa na da fala dos sujeitos (SILVA, 2008, p. 88).

Estes espaços institucionais, tais como as áreas da Sáude, da Educação, da Assistência Social, etc., foram se constituindo como equipamentos que visariam a garantia de direitos, onde o sujeito deveria ser considerado um cidadão. No entanto, as práticas dos profissionais que atuam nestas instâncias ainda trazem resquícios da antiga política das necessidades, do controle, da normatização dos corpos e da modulação dos comportamentos.

> Mais importante que a lei, na manutenção da ordem social, é o poder da norma. Assim, no conceito foucaultiano, a norma é a maior responsável pela criação dos padrões de comportamento social, pois se estende por todo o corpo social através de um novo saber que se expressa no surgimento das ciências-humanas, tais como a psiquiatria, a psicologia, a sociologia, a pedagogia, entre outras. Os indivíduos passam a ser controlados durante toda

> a sua existência por saberes que determinam o que é certo e o que é errado. Como se sabe, a ordem da lei tenta obstruir o comportamento indesejável se impondo pela repressão, pela negação e por um poder essencialmente punitivo e coercitivo (SALIBA, 2006, p. 27-28).

Segundo Benelli (2016a), o percurso histórico sobre o processo de institucionalização da Assistência Social no Brasil, passa por uma modernização da assistência a crianças pobres e suas famílias, por meio da implementação de equipamentos e estabelecimentos institucionais específicos, programas, projetos, serviços e benefícios. Espera-se que profissionais, especialmente os psicólogos que atuam nesta área pautem sua atuação por uma abordagem institucional crítica e analítica. É importante analisar as possibilidades e limites da psicologia enquanto área de saber e seus modos de fazer, suas intervenções e intercessões, os saberes disciplinares e suas ações políticas que incidem na realidade social. A Assistência social como campo de atuação e pesquisa também compreende a discussão sobre as políticas públicas e os direitos das crianças e adolescentes. A atuação destes profissionais pode se dar em entidades e estabelecimentos assistenciais que tenham como público, a infância, adolescência, famílias, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e comunidades (BENELLI, 2020a).

De acordo com Lobo e Franco (2018), depois de passar pela fase da assistência caritativa, no século XVII com o trabalho das Irmandades de Misericórdia junto aos desvalidos, órfãos e expostos e pela fase da assistência pública no final do século XIX e início do século XX, direcionada aos menores e abandonados, o Brasil estaria em um momento de modernização nos processos de atenção às crianças e adolescentes. Esta seria uma época marcada por uma investida do Estado por meio da assistência, formando o que Donzelot (1980) chama de "o social", que conta com a presença maciça de trabalhadores técnicos especialistas: médicos, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, educadores, etc.

Donzelot (1980), conceitua "o social" como um setor que se ocuparia dos problemas sociais, no qual emergiram instituições específicas bem como seus estabelecimentos, configurando um domínio híbrido entre o público e o privado, contando com profissionais qualificados, os chamados "trabalhadores sociais". O autor retoma Foucaut e a discussão sobre a biopolítica para analisar a articulação entre a psicologia e a política, implicadas nas chamadas tecnologias políticas de investimento sobre o corpo, a vida e a existência dos indivíduos. A polícia também teria emergido, objetivando regular as populações por meio do

Estado, incidindo principalmente, sobre a família, mas também sobre as crianças. Esta intervenção teria como objeto duas categorias de crianças: os menores abandonados e os chamados perigosos. As crianças burguesas, no entanto, ficavam sob a responsabilidade das serviçais e recebiam cuidados quanto a sua criação, educação e saúde. A família moderna caracterizada por Donzelot seria centrada na educação, porém a família popular, teria sido cercada por diversas estratégias de vigilância quanto as suas condutas. A infância passa a ter sua liberdade protegida e enquanto a criança burguesa estava imersa na preocupação e cuidados que os adultos tinham quanto ao seu desenvolvimento, sendo discretamente vigiada, a criança pobre teve sua liberdade limitada e maior vigilância de seus atos (DONZELOT, 1980). Neste ínterim as práticas assistencialistas, caritativas e filantrópicas emergeriam, visando manejar estas mazelas sociais, mas ainda conservando a noção de moralidade.

> De modo geral a filantropia se distingue da caridade, na escolha de seus objetivos, por essa preocupação de pragmatismo. Em vez de dom, conselho, pois este não custa nada. Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens pois, a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros. A caridade desconhece esse investimento pois só pode arder ao fogo de uma extremada miséria, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece, o sentimento de engrandecimento do doador (DONZELOT, 1980, p. 59).

A emergência da filantropia no século XIX, conforme descrito por Donzelot (1980), tem como principal alvo de intervenção as crianças, que estariam distribuídas e classificadas pelas seguintes categorias: infância em perigo, abandonada, ameaçada e crianças perigosas, delinquentes, ameaçadoras, perigosas. As práticas de assistenciais direcionadas a estas crianças estavam orientadas pelos planos da moralidade e da normalidade, visando moldar seus comportamentos e normalizar suas condutas.

Os procedimentos direcionados à crianças e adolescentes, no contemporâneo brasileiro, a partir de 1990, estão sendo realizados em nome da Proteção Social, da Proteção Integral e dos direitos humanos, que deveriam ser assegurados a tais sujeitos por meio do princípio da prioridade absoluta. No entanto, há que se problematizar como estas supostamente novas práticas de cuidado, de atenção assistencial, de inclusão e de proteção também permitem promover tutela, disciplina, controle e gestão dos riscos na atualidade, além de ainda, em alguns casos, conservarem práticas discursivas pautadas pela caridade, pelo assistencialismo e pela filantropia (BENELLI, 2014b, 2016b).

Cada profissional, com sua formação pessoal e acadêmica, apresenta uma postura

diante da clientela atendida (BENELLI, 2014b). Além disso, a gestão das políticas públicas sociais em cada localidade apresenta diferentes dinâmicas. Em alguns municípios, ainda constatamos a presença institucionalizada dos Fundos de Solidariedade, normalmente presididos pela Primeira Dama, pautados pelo paradigma do clientelismo assistencialista e baseado no princípio das necessidades do sujeito (BENELLI. 2014). Por outro lado, temos a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e o Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2005), tentando se legitimar e reafirmar o princípio da garantia dos direitos fundamentais e cidadania. Contudo, a atuação dos profissionais, por sua vez, pode acabar ficando comprometida quanto ao intuído de se fortalecer o paradigma do sujeito de direitos de cidadania, dada a pregnância e força com que os paradigmas da caridade, da filantropia e do clientelismo assistencialista ainda atravessam o cotidiano institucional (BENELLI, 2013b, 2014b).

Mayer e Lion (2012), coordenadoras de uma série especial de comunicação popular do Conselho Regional de Psicologia São Paulo (CRP SP), apresentam um conjunto de informações e instruções referentes à Psicologia e sua interface com os direitos das crianças e dos adolescentes. Primeiramente tentam desconstruir a ideia de que a Psicologia é "coisa de doido", afirmando que a Psicologia é uma ciência e que tem como objetivo o desenvolvimento dos sujeitos, a partir da escuta qualificada. Tentam desembrulhar o "mito de que a psicologia só existe no consultório, visto que atualmente os psicólogos atuam em variadas áreas como saúde, saúde mental, educação, esporte, infância e juventude, direitos humanos, entre outras.

Este cenário de transformação social, no plano institucional e político inclui novos saberes e práticas, dispositivos e equipamentos, discursos, poderes e novos atores sociais, especialmente os psicólogos, que foram convocados para trabalhar na área das políticas públicas sociais a partir da encomenda de atuar em grupos e realizar ações com os sujeitos e suas famílias, especialmente por terem conhecimentos sobre o comportamento humano, relações sociais e vínculos.

Conforme apontam Mayer e Lion (2012), os profissionais da Psicologia participaram de várias lutas pelos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, trabalhando junto com outros profissionais, outras áreas do conhecimento, além de integrantes de movimentos sociais, pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Foi um percurso longo e contínuo, de engajamento a fim de explicitar a responsabilidade do Estado, da sociedade e da família, pelas crianças e adolescentes do país.

O grande desafio dos profissionais que atuam na área social, especialmente nas políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes, está na consolidação de práticas, saberes e fazeres que superem as figuras da tutela soberana legalista, repressiva e punitiva, da internação disciplinar normalizadora e do controle a céu aberto da população no território, buscando um equacionamento do problema social. Para Saliba (2006, p. 32), "Filantropos, educadores, economistas, médicos, psicólogos e assistentes sociais, entre outros, atuaram por uma sintonia do saber dominante a fim de justificar e legitimar uma nova moral social".

O ECA e o SUAS representam planos jurídicos e também fazem dispositivos instituicionais, configuram um arquipélago institucional, tal como o Complexo Tutelar (DONZELOT, 1980). Os sujeitos e suas famílias são sitiadas por trabalhadores sociais de vários segmentos de políticas públicas, como a Assistência Social, seus equipamentos e os profissionais "do social": psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais; profissionais da Saúde, especialmente a Estratégia de Saúde da Família; conselheiros tutelares, etc. Neste sentido, a modalidade de atuação dessas instituições/estabelecimentos apresenta características da Sociedade de Controle e de Segurança, pela forma de controle que desenvolve sobre as pessoas nos bairros, nos territórios, para além dos muros dos estabelecimentos.

O discurso oficial apresentado nas Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007), por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Politicas Públicas (CREPOP),

> a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. As políticas públicas são um conjunto de ações coletivas geridas e implementadas pelo Estado, que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteando-se pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade e tendendo a dialogar com o sujeito cidadão. Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos (CREPOP, 2007, p. 17).

Desta forma, o escopo de atuação deste profissional estaria muito mais orientado para a promoção de garantia de direitos e para a produção de cidadania:

> As atividades desenvolvidas no CRAS estão voltadas para o alívio imediato da pobreza, para a ruptura com o ciclo intergeracional da pobreza e o desenvolvimento das famílias. Os psicólogos no CRAS devem promover e fortalecer vínculos sócio-afetivos, de forma que as atividades de atendimento

> gerem progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia na perspectiva da cidadania. Atuar numa perspectiva emancipatória, em um país marcado por desigualdades sociais, e construir uma rede de proteção social é um grande desafio. Temos o compromisso de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade, defender o processo democrático e favorecer a emancipação social. Para isso, é importante compreender a demanda e suas condições históricas, culturais, sociais e políticas de produção, a partir do conhecimento das peculiaridades das comunidades e do território (inserção comunitária) e do seu impacto na vida dos sujeitos (CREPOP, 2007, p. 19).

Com relação a tais constatações, as Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 27-29), apontam algumas diretrizes para a atuação do psicólogo nos serviços, benefícios e programas do CRAS:

> Desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social desenvolvido pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta), considerando que o objetivo da intervenção em cada uma diferese, assim como o momento em que ele ocorre na família, em seus membros ou indivíduos; facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários, de modo a fortalecer atividades e positividades já existentes nas interações dos moradores, nos arranjos familiares e na atuação dos grupos, propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos e colaborativos entre os atores envolvidos; fomentar espaços de interação dialógica que integrem vivências, leitura crítica da realidade e ação criativa e transformadora, a fim de que as pessoas reconheçam-se e se movimentem na condição de co-construtoras de si e dos seus contextos social, comunitário e familiar; compreender e acompanhar os movimentos de construção subjetiva de pessoas, grupos comunitários e famílias, atentando para a articulação desses processos com as vivências e as práticas sociais existentes na tessitura sócio-comunitária e familiar; colaborar com a construção de processos de mediação, organização, mobilização social e participação dialógica que impliquem na efetivação de direitos sociais e na melhoria das condições de vida presentes no território de abrangência do CRAS; no atendimento, desenvolver as ações de acolhida, entrevistas, orientações, referenciamento e contra-referenciamento, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais dentro e fora do território de abrangência do CRAS, proteção pró-ativa, atividades socioeducativas e de convívio, facilitação de grupos, estimulando processos contextualizados, auto-gestionados, práxicos e valorizadores das alteridades; por meio das ações, promover o desenvolvimento de habilidades, potencialidades e aquisições, articulação e fortalecimento das redes de proteção social, mediante assessoria a instituições e grupos comunitários; desenvolver o trabalho social articulado aos demais trabalhos da rede de proteção social, tendo em vista os direitos a serem assegurados ou resgatados e a completude da atenção em rede; participar da implementação, elaboração e execução dos projetos de trabalho; contribuir na elaboração, socialização, execução, no acompanhamento e na avaliação do plano de trabalho de seu setor de

> atuação, garantindo a integralidade das ações; contribuir na educação permanente dos profissionais da Assistência Social; fomentar a existência de espaços de formação permanente, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas; no exercício profissional, o psicólogo deve pautar-se em referenciais teóricos, técnicos e éticos. Para tanto, é fundamental manter-se informado e atualizado em nível teórico/técnico, acompanhando as resoluções que norteiam o exercício; na ação profissional, é fundamental a atenção acerca do significado social da profissão e da direção da intervenção da Psicologia na sociedade, apontando para novos dispositivos que rompam com o privativo da clínica mas não com a formação da Psicologia, que traz, em sua essência, referenciais teórico-técnicos de valorização do outro, aspectos de intervenção e escuta comprometida com o processo de superação e de promoção da pessoa; os serviços de Psicologia podem ser realizados em organizações de caráter público ou privado, em diferentes áreas da atividade profissional, sem prejuízo da qualidade teórica, técnica e ética, mantendo-se atenção à qualidade e ao caráter do serviço prestado, as condições para o exercício profissional e posicionando-se, o psicólogo, enquanto profissional, de forma ética e crítica, em consonância com o Código de Ética Profissional do psicólogo.

Benelli (2012) apresenta uma discussão crítica quanto a atuação dos psicológos no campo social. O autor adota uma perspectiva institucional crítica e problematizadora, que abrange a Psicologia, com seus fazeres e saberes e a política públida da Assistência Social, enquanto campo de atuação, sempre pautado por estudos, pesquisas e reflexões, além de se subsidiar por instrumentais teóricos relevantes. A partir disso, adota a concepção de modalidade psicossocial, que seria a interface entre a Psicologia e a Assistência Social. Neste caso, uma psicologia para além da clínica, voltada a uma perspectiva multidisciplinar e transdisciplinar, que rompa com a psicologização da existência social.

Alguns operadores técnicos são muito utilizados no campo da Assistência Social (BENELLI, 2012), fundamentados por abordagens psicossociais, como elementos que instrumentalizam o trabalho dos profissionais, especialmente da psicologia, a saber: a acolhida inicial, pautada na entrevista inicial e no reconhecimento das demandas específicas do caso; o atendimento, relacionado à prática de atender os sujeitos nos diversos espaços de escuta; o atendimento psicossocial, especializado, permeado pela acolhida, acompanhamento e monitoramento dos casos; o encaminhamento, quanto o profissional orienta e direciona o sujeito a procurar serviços especializados; o trabalho em rede, a articulação de várias instâncias sociais.

No campo socioassistencial, Benelli (2020b) apresenta algumas hipóteses baseadas em figuras diversas do trabalhador social, elaboradas a partir de algumas categorias de análise, com características e singularidades próprias: *Hipótese da ignorância*: eles não sabem o que

estão fazendo, mas é o que podem fazer com o seu desconhecimento e alienação – trabalhadores ateóricos, com uma formação incipiente, em certo ponto amadores, baseados no senso comum; *Hipótese da consicência*: eles pensam que sabem o que estão fazendo, mas desconhecem o que estão produzindo: tutelador, adestrador, disciplinador, seguindo a lógica da Sociedade Disciplinar proposta por Foucault (2014), tradicional e pragmático; *Hipótese do cinismo:* eles sabem muito bem o que fazem, o que isso produz, e mesmo assim o fazem: controladores, seguindo as tecnologias da Sociedade de Segurança (FOUCAULT, 2008), alinham a arrogância com a astúcia com práticas de controle e vigilância, visando a administração dos riscos; *Hipótese da responsabilidade ética singular:* eles sabem quais são os limites e possibilidades de sua práxis, sendo informados, avisados e precavidos: caracterizada por discursos e práticas promotoras de uma singularidade subjetiva, visando a produção da cidadania, com uma formação crítica e teoricamente fundamentada. Destaca-se que as figuras, não se tratam de um profissional em si, nem se caracterizam como críticas pessoais ou individuais, mas como formas de atuação permeadas por múltiplas inscrições, saberes e fazeres.

O cenário brasileiro, a partir de 2016 inclui um grande processo de desmonte das políticas públicas, especialmente na área social. Podemos observar o desmantelamento de serviços, o corte de verbas e de repasses financeiros por parte do governo federal, colaborando para a diminuição das atividades desenvolvidas nas organizações e nos estabelecimentos assistenciais, culminando na sua precarização e, por conseguinte, agravando as situações de pobreza e extrema pobreza devido ao corte de benefícios sociais, por exemplo.

A atuação dos profissionais da Psicologia poderia estar pautada pela postura ética, crítica, responsável e devidamemente comprometida com a defesa de direitos e com o fortalecimento dos espaços de participação democrática, a partir de um processo implicação e compromisso social, visando repensar as consequências do processo de desmonte das políticas públicas. Para além disso, é urgente que possamos refletir sobre "o que estamos produzindo com nossas práticas"? (COIMBRA, 1996, p. 3). A atuação das psicólogas e psicólogos junto às políticas públicas sociais, nos diversos equipamentos, entidades e instâncias institucionais, estariam reproduzindo e validando estratégias de ajustamento, controle, normatização e moralização ou buscando ocupar as brechas instituintes, como forma de inserção mais implicada à partir de linhas de fuga e produção de subjetividades?

CAPÍTULO 2

PROBLEMATIZANDO A LITERATURA E PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

> No Estatuto, afirma-se a Doutrina de Proteção Integral à infância, a partir de recomendações de organismos internacionais, baseada na Pedagogia e na Gestão dos Riscos, que substituiria o modo assistencialista-repressivo, proposto pelo antigo Código de Menores. Porém, percebemos que existe, ainda, no Brasil, uma mistura de várias concepções de infância e de assistência social. Tanto que, ainda é muito comum as instituições militares oferecerem programas dirigidos aos adolescentes, com objetivos de prevenir crimes e outros desvios de comportamentos que comprometam a bandeira da "ordem e do progresso" (LEMOS, 2003, p. 143).

Neste capítulo, apresentamos algumas pesquisas que analisam e problematizam a gestão das políticas públicas para crianças e adolescentes e sua interface com a Educação, Conselho Tutelar, entidades assistenciais e a infância enquanto prática discursiva. Essa bibliografia crítica nos auxilia na construção de uma grade analítica teórica, técnica, política e ética para a discussão sobre a situação das entidades assistenciais no território pesquisado.

Lemos (2003), em sua dissertação de mestrado, analisou as práticas de conselheiros tutelares e sua atuação junto aos casos de violência doméstica. À partir de uma perspectiva foucautiana, abordou as relações de saber-poder presentes no cotidiano do Conselho Tutelar e os efeitos que estas práticas produzem no campo social. No texto, discute a modernidade, problematizando o presente por meio de dispositivos disciplinares, controle e pela governamentalidade. Analisa as instituições de proteção, práticas e a forma de promover a atenção à crianças, adolescentes e famílias na modernidade e a produção da infância enquanto objeto histórico. O Conselho Tutelar foi tomado como uma instância de governo e sujeição dos corpos infanto juvenis, especialmente das mais pobres, consideradas em situação de risco pessoal e social. Na pesquisa, foram consultados os registros dos prontuários de atendimento do órgão, com especial atenção a estes documentos, a sua escrita, à descrição dos casos, e a forma como as crianças e famílias atendidas eram controladas e classificadas de acordo com suas demandas e condutas. De acordo com as análises, ações de normalização e moralização permeiam as práticas dos conselheiros, que em suas intervenções atribuíam uma visão psicologizante à violência e além de imprimirem uma visão policialesca, também culpabilizavam as famílias pelas situações vividas, desconsiderando os problemas estruturais que estão no cerne do processo de produção social da violência. Como conclusão,

problematiza a gestão das políticas para a infância brasileira a partir da perspectiva da produção da cidadania e as práticas de normalização e normatização dos corpos.

Em sua pesquisa de Doutorado, Lemos (2007) desenvolveu uma análise genealógica foucaultiana baseada nas categorias: Sociedade de Soberania, Sociedade Disciplinar, Sociedade de Normalização e Relações de Poder. A autora iniciou a pesquisa fazendo um recorte sobre a sociedade contemporânea e reconfiguração de forças marcadas pelo neoliberalismo e pelas formas de governo dos corpos. Posteriormente, descreveu as práticas dirigidas à infância e a construção da política de assistência direcionada à esta clientela. Analisou as práticas discursivas em nível nacional, baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente, com ênfase na doutrina da Proteção Integral e na noção de sujeito de direitos. Em nível local, referenciada pelas prerrogativas dos relatórios municipiais e internacionais referentes a projetos direcionados à crianças e adolescentes, também análisou documentos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Como conclusões, a autora caracteriza um modelo de assistência à crianças e adolescentes de caráter híbrido, baseado numa ética racional, utilitarista e desenvolvimentista, com objetivo de atuar na gestão de riscos com técnicas e estratégias. Os dispositivos de gestão dos corpos, controle e tutela são regulados pelo Estado, assessorado por instituições internacionais e operacionalizado por instâncias públicas, privadas e filantrópicas.

Saliba (2006), em sua tese de doutorado analisou as estratégias utilizadas na execução das medidas socioeducativas, junto à adolescentes em conflito com a lei, problematizando as práticas direcionadas à estes sujeitos, que se dizem educativas, mas que na verdade, estariam permeadas pela lógica da vigilância. O autor pesquisou as instituições/estabelecimentos que realizavam o atendimento socioeducativo em parceria com a antiga FEBEM, atual Fundação CASA, que se serviriam das práticas de reeducação para consolidar ações controladoras. As estratégias de vigilância e controle social, nestes espaços institucionais estariam constituídas por práticas de educação, reeducação e socioeducação e cidadania. A pesquisa referenciada pelos conceitos de controle social, panoptismo, disciplina, biopoder e sociedade de controle e foi baseada no exame dos documentos, prontuários e processos dos adolescentes atendidos. Também contou com análise das entrevistas realizadas com a equipe técnica da instituição, formada por pedagogos, psicólogos e educadores, a fim de identificar os efeitos de suas práticas junto aos adolescentes e, por fim, uma identificação das consequências que a parceria estabelecida entre as instituições socioeducativas teria produzido na vida dos jovens atendidos. Como conclusão, o autor aponta que a normalização, vigilância e controle dos

corpos são estratégias que aparecem diluídas pelo discurso pautado na educação.

Rodrigues (2010), descreveu em sua dissertação de mestrado, o conceito de infância que foi construído no interior de enunciados científicos, médicos, científicos, pedagógicos e psicológicos, ao longo do tempo, nos diferentes contextos e extratos históricos: na *polis*, na Idada Média, no Renascimento, na Idade Moderna e na atualidade. Utiliza-se de autores como Gilles Deleuze, Félix Guatarri para analisar a questão da transversalidade e Michel Foucault, a partir dos mecanismos disciplinares e dos processos de subjetivação que tomam o corpo da criança como objetos de tutela e controle. O autor apresenta uma reflexão sobre a forma como a infância é olhada, esquadrinhada e transformada, como seus corpos transformam-se em objetos de disciplinarização e subjetivação e como se constitui o que se reconhece como infância na modernidade, por meio do que chama de mapas-paisagens, instrumento de análise das práticas contemporâneas e imersão nos territórios de análise.

Segundo Resende (2015), a infância enquanto uma invenção da modernidade, como categoria histórica inserida nos espaços sociais contemporâneos, tem sido amplamente administrada e governada, em sua existência e em seu corpo que são, a todo tempo, envolvidos por saberes, práticas, fragilidades, vulnerabilidades e atravessados por práticas discursivas e não discursivas e mecanismos de poder. A infância tem sido objeto de intervenção, tanto no plano da produção de conhecimento, quanto nas políticas públicas sociais, na Educação, na Saúde, na Assistência Social, por meio das normativas legais, etc.

Na obra de Foucault não existiria uma teoria da infância, propriamente dita (RESENDE, 2015). No entanto, Foucault oferece elementos para a compreensão sobre as formas de gerenciamento da infância, sua construção histórico cultural, sempre em movimento, em expansão, interrogando as táticas de punição e de castigo, de disciplina e de normalização, de regulação e de controle, de cura e de educação. Trata-se da genealogia de uma maquinaria institucional, que governa e conduz a criança de acordo com normativas de conduta. Problematizar a infância, partindo dos conceitos foucaultianos, inclui compreender que não há um desenvolvimento natural e cronológico do homem, mas transformações e atualizações historicamente construídas, a partir de novas formas de existencialização, novas experiências, acontecimentos e singularidades.

O conceito de nosopolítica pode ajudar a compreender as formas de governo dos corpos, baseada na classificação dos sujeitos:

> A nosopolítica é a arte de governar os homens pela classificação, uma vez que, em nossa sociedade, foi introduzida irremediavelmente as diferenciações

> entre os indivíduos para efeitos classificatórios. Apenas assim foi possível emergir governos múltiplos em intenções as mais variadas possíveis (CARVALHO, 2015, p. 26).

Veiga-Neto (2015), discute alguns focos temáticos em torno da questão da infância: o problema da transversalidade, o foco da educação e o foco do governar. Quanto à transversalidade, afirma que o trabalho com Foucault é sempre transversal, atravessado, oblíquo e entrecruzado e deve se pautar por outros modos de pensar e por diferentes campos do saber. O foco da educação se expressa pela valorização dos estudos sobre o governo dos corpos e na condução dos sujeitos e o foco do governar está ligado ao poder disciplinar, normalizador, ao biopoder e às práticas de governo, das ações pelas quais as condutas se conduzem. O autor também discute especificamente sobre o governo da infância, a forma com que a sociedade a conduz e para onde estas formas de governamento a estariam direcionando: "Assim podemos dizer que governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anatomopolítica sobre os corpos infantis" (VEIGA-NETO, 2015, p. 55).

Benelli (2014a, 2016b) desenvolveu uma pesquisa por meio da qual visou a estudar as condições das entidades de Assistência Social voltadas ao atendimento da infância e da adolescência consideradas em "situação pessoal e social de risco" numa cidade de um município do interior do Estado de São Paulo, utilizando o instrumental da análise institucional (AI): Lourau e Lapassade, Baremblitt, Costa-Rosa e Foucault, dentre outros. Benelli foi membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal de Assistência Social do município no qual produziu sua investigação. Tratava-se de ocupar um lugar estratégico importante para conhecer os modos de funcionamento das políticas públicas para crianças e adolescentes. Inicialmente Benelli realizou uma análise documental nos arquivos desses Conselhos, relativa às entidades assistenciais que atendiam crianças e adolescentes, tais como OGs, ONGs e outros estabelecimentos assistenciais e filantrópicos. Numa etapa posterior do seu trabalho de pesquisa, procurou conhecer alguns desses estabelecimentos assistenciais e, por meio de visitas de observação participante buscou estudar seus modos de funcionamento. Desse modo, procurou compreender a estrutura, o modo de funcionamento, a efetividade, os principais problemas e desafios que enfrentam tais entidades assistenciais.

A análise dos planos de trabalho das entidades realizada por Benelli (2014a) indica que no universo da Assistência Social, a constelação criança/adolescente orbita em torno do

astro-rei “socioeducativo”. Todas as atividades desenvolvidas nas entidades parecem recobertas por esse significante-mestre que conota dimensões protetoras e preventivas, pedagógicas e terapêuticas, educativas e correcionais, de vigilância e de repressão, promovendo controle e normalização. Suas investigações permitem entender como a atenção, o cuidado e a proteção social ofertadas à criança e ao adolescente foram se transformando ao longo do tempo, assumindo diversas figuras institucionais que Benelli (2014a) denominou de a) paradigma da caridade cristã; b) paradigma da promoção humana; c) paradigma filantrópico e higienista no qual se configuraram as estratégias disciplinares e correcionais para lidar com o indivíduo delinquente ou potencialmente perigoso; d) paradigma do clientelismo assistencialista do poder público; e) paradigma da Assistência Social como política pública pautado na noção de Proteção Social no qual se considera esses indivíduos como estando em “situação pessoal e social de risco” ou em “situação de vulnerabilidade social”; f) o paradigma denominado de Sujeito Cidadão de Direitos no qual predomina a concepção de que os indivíduos seriam cidadãos sujeitos de direitos.

Benelli (2014a) considerou que o Paradigma Filantrópico seria hegemônico e predominante nos diversos estabelecimentos assistenciais que pesquisou. Ao Paradigma Filantrópico no campo da Assistência Social, corresponderia uma entidade assistencial socioeducativa que ainda se organizaria a partir de uma Lógica Menorista que se articularia num discurso filantrópico criminalizante das classes populares, baseando-se na noção jurídica da “situação irregular” e desenvolvendo práticas preventivas repressivas, correcionais e moralizadoras. Como contraponto, o autor afirmou que ao Paradigma Socioassistencial no campo da Assistência Social corresponderia uma entidade assistencial socioeducativa que se organizaria a partir da Lógica dos Direitos de Cidadania, que se articularia num discurso crítico, dialético e politizado, baseando-se na noção jurídica da “Proteção Integral” e desenvolvendo práticas institucionais educativas populares e emancipadoras.

Benelli (2014a) concluiu sua pesquisa afirmando que algo da ordem do paradigma denominado de Sujeito Cidadão de Direitos seria ausente ou quando muito, absolutamente incipiente na realidade das entidades assistenciais que pesquisou e que tais práticas ainda estariam por serem construídas. De acordo com o autor, no ano de 2010, duas décadas depois de promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, a cidadania integral para eles ainda era um projeto a ser conquistado.

Na sua pesquisa intitulada “Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas” Benelli (2020a) buscou estudar criticamente a interface entre a Psicologia e

a Assistência Social no âmbito das políticas públicas, por meio de uma revisão da literatura pertinente quanto aos temas políticos, clínicos e éticos. Utilizando o instrumental da Análise Institucional (AI), problematizou a Assistência Social como instituição, procurando explicitar as relações que ela estabelece com a Psicologia enquanto saber/poder e fazer no campo social, problematizando também a Psicologia Clínica e discutindo as práticas dos psicólogos nesse âmbito institucional.

Para tanto, o autor realizou uma ampla análise dos documentos oficiais relativos à instituição da Assistência Social como política pública, que consistem nas publicações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), bem como nos documentos normativos e nos relatórios dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia e de Serviço Social acerca do tema. Em bancos digitais de dissertações e teses da UNESP, da USP e da UNICAMP buscou dados sobre as modalidades de inserção dos psicólogos na Assistência Social. Também utilizou o site do *Scielo* para buscar por artigos científicos relacionados com o assunto.

Sua intenção consistia em compreender como estavam se articulando as relações entre a Psicologia e a Assistência Social, quanto às dimensões políticas clínicas e éticas, procurando detectar quais seriam os aspectos positivos dessa relação, seus impasses e desafios para a prática profissional dos psicólogos.

Benelli (2020a) construiu um amplo conjunto de textos a partir da reflexão sobre o material colecionado, lido e organizado. Nos diversos capítulos da obra publicada, o autor foi tratando de diversos temas que compõem a interface da Psicologia com a Assistência Social, englobando os temas da clínica, da ética e da política. Os capítulos foram escritos de tal modo que se sustentam sozinhos, mas também se suplementam, sendo que em cada um deles foram abordados ângulos suplementares do objeto de investigação, sem a pretensão de ser exaustivos.

Benelli (2020a) concluiu que os impasses da Psicologia Clínica e os da Assistência Social seriam homólogos: as aporias da sociedade disciplinar e a complexidade que representa a instalação contemporânea da sociedade de segurança, sob a égide do biopoder e da biopolítica. O autor considerou que talvez as próprias possibilidades nomeadas como "emancipadoras", quanto à interface entre a Psicologia e a Assistência Social no campo das políticas públicas, ainda poderiam ser capturadas pelos processos de intensificação do controle e do gereenciamento dos riscos na atualidade. Considerou que seria preciso pensar

em possibilidades transdisciplinares que pudessem subverter tanto os aspectos disciplinares quanto os de segurança que colonizam tanto a Psicologia quanto a Assistência Social.

Benelli (2020c, p. 184), em outra pesquisa desenvolvida, intitulada "O atendimento assistencial à criança e ao adolescente: situação, impasses e possibilidades" considera que

> "o termo 'socioeducação' tem sido muito recorrente nos discursos oficiais das políticas públicas para a infância e a adolescência, sobretudo no âmbito da Assistência Social. Aparentemente, ele tem sido utilizado para caracterizar um novo conjunto de ideias e práticas pedagógicas, psicológicas e assistenciais que estariam alicerçadas no ECA (BRASIL, 1990) e que, por sua vez, seriam empregadas no atendimento 'socioassistencial' oferecido ao público infantojuvenil por diversas entidades assistenciais. A partir de uma análise crítica dos textos oficiais da política nacional para crianças e adolescentes e da Assistência Social, de documentos e de bibliografia, impressos e/ou disponíveis na Internet, postulamos a hipótese de que haveria duas modalidades de 'socioeducação': 1) a modalidade Medida Protetiva Social (MPS), que ser seria destinada ao público infanto-juvenil que vivencia – de acordo com o discurso oficial – situações de 'risco e vulnerabilidades sociais'. Sua finalidade seria proteger socialmente, garantir os direitos e buscar promover a cidadania dos usuários por meio dos estabelecimentos institucionais publicos e privados de Assistência Social, atuando como mediação na busca da superação das condições adversas que restringem as possibilidades do indivíduo e provocam estigma, exclusão e sofrimento; 2) a modalidade das Medidas Socioeducativas (MSE) que podem ser aplicadas pela autoridade judicial ao adolescente que comete ato infracional, tal como formalizada no Sistema Nacional de Serviço Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2006, 2012). O SINASE busca articular em todo o território nacional, por meio dos Governos Estaduais e Municipais, do Sistema de Justiça, das políticas setoriais básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) a execução das MSE de meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), que seriam realizadas pelos CREAS. Já a restrição de liberdade, incluindo a semi-liberdade (SL) e a internação (I), seriam de responsabilidade do Sistema de Justiça e Segurança.

Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004), o termo "socioeducativo" ocorre duas vezes: "Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos", na p. 34 e "núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades", na p. 38. No SUAS (BRASIL, 2005), as ocorrências também são duas e muito similares a essas. No documento sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2009), há 4 ocorrências, referindo-se a "materiais socioeducativos". Na Tipificação (BRASIL, 2009), ocorre 6 vezes, referindo-se a serviços institucionais e a materiais formativos. No CREAS (BRASIL, 2011), ocorre 4 vezes, referindo-se a materiais e também ao SINASE. No ECA

(BRASIL, 1999/2015), aparece 86 vezes, no SINASE (BRASIL, 2006), ocorre 240 vezes e no texto da lei federal (BRASIL, 2012), ocorre 82 vezes.

Benelli (2014a), localizando-se estrategicamente no campo da Análise Institucional, utilizou uma série suplementar de autores e de perspectivas téoricas, técnicas, éticas e políticas para realizar sua investigação sobre as entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes. Trabalhou com a noção de paradigma, constructo que poderia ser localizado no campo do pensamento dialético para mapear a dinâmica institucional do campo composto pela intersecção entre a Política Nacional para Crianças e Adolescentes e a Assistência Social, identificando figuras institucionais paradigmáticas diversas.

Por outro lado, o conceito de dispositivo seria próprio do campo da genealogia foucaultiana e seria distinto do conceito de paradigma. Mesmo não sendo idênticos, poderiam ser homólogos e, quando utilizados numa perspectiva institucionalista – evitando ecletismos ligeiros –, permitem operar em planos analíticos diversos, permitindo captar diferentes nuances de campos institucionais como os da Saúde, da Educação, da Assistência Social, da Política Nacional para Crianças e Adolescentes.

> Um dispositivo é "[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos" (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Também seguindo a perspectiva de Benelli (2014a), consideramos que a Política Nacional para Crianças e Adolescentes e a Assistência Social, como instituições, produzem dispositivos, no sentido de que se encarnam, se concretizam numa dada formação social e histórica, por meio de diversos aparatos, incluindo organizações, estabelecimentos, personagens institucionais variados, práticas discursivas e não discursivas bem como efeitos éticos.

As pesquisas apresentadas incluem problematizações sobre a gestão das políticas públicas para crianças e adolescentes, bem como sobre a forma com que os corpos destes sujeitos têm sido governados em diferentes momentos sociais, com ênfase na sociedade contemporânea. O cenário que se apresenta, são instâncias de atendimento à infância e adolescência permeadas por estratégias de dominação, governo e controle dos corpos, revestidas por práticas de educação e proteção.

CAPÍTULO 3

PESQUISANDO A SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA

> Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova "microfísica" do poder (FOUCAULT, 2014, p.136).

3.1. Desenhando uma investigação

Nosso objetivo nesta pesquisa consistiu em problematizar a situação das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes, especialmente na região conhecida como Vale do Paranapanema, interior do Estado de São Paulo. Nossas análises acerca do funcionamento dos estabelecimentos assistenciais públicos e privados presentes neste território podem incluir elementos que permitam a compreensão de outras instâncias regionais do Brasil, uma vez que trabalhamos com a documentação oficial composta pela legislação nacional, bem como com uma bibliografia variada sobre o tema, que nos dá notícias sobre a situação dessa política no país.

A questão das políticas públicas para crianças e adolescentes na região de abrangência do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP)[5], pode ser considerada um importante objeto de estudo. A relevância científica do tema norteia-se especialmente pela capilaridade da pesquisa que tem abrangência de 24 (vinte e quatro) municípios, impactando aproximadamente 400 (quatrocentos) mil habitantes. Por hipótese, um grande número de habitantes do território do Vale do Paranapaema deve ser constituído por crianças e adolescentes, inclusive caracterizados por uma situação de pobreza e tudo o que decorre disso.

A relevância acadêmica também é notória, visto a escassez de pesquisas de âmbito regional, focalizadas sobre esta temática. Encontramos apenas algumas pesquisas sobre algum município em particular, ou somente alguma entidade assistencial privada, ou equipamento público.

---

[5] O Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP) congrega 24 (vinte e quatro) municípios do interior de São Paulo, sendo eles: Assis, Borá, Cândido Mota, Campos Novos Paulista, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, João Ramalho, Lutécia, Maracaí, Nantes, Ocauçu, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Santa Cruz do Rio Pardo, Quatá, Rancharia, Taciba e Tarumã (totalizando aproximadamente 400.000 habitantes).

Um desses trabalhos consiste na minha própria dissertação de mestrado (SILVA, 2008), teve como objetivo analisar duas importantes instâncias sociais de garantia de direitos: o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Conselho Tutelar. Estudando estes espaços enquanto mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças a adolescentes, foi possível identificar que eles se apresentam como órgãos responsáveis pela articulação de toda a demanda para a população infanto juvenil no município, tendo um caráter de controle e gestão destes corpos, e atuando também na implantação e fiscalização das políticas públicas sociais direcionadas a esta clientela. Estes Conselhos atuavam junto à Rede de Atendimento de crianças e adolescentes, realizando um trabalho intersetorial junto às escolas, aos equipamentos de Saúde, Assistência Social, e até mesmo Ministério Público e Poder Judiciário. Atualmente, podemos compreender outras facetas desses conselhos, que se mostram enquanto dispositivos típicos da Sociedade de Segurança, dada sua dinâmica centrífuga e da intenção de cobertura territorial por meio do trabalho social em rede.

Outro trabalho é a pesquisa de mestrado do Psicólogo José Roberto Oliveira Santos (2008), com o tema: "O adolescente em conflito com a lei na cidade de Assis/SP", desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Psicologia e Sociedade – Mestrado, pela UNESP/Assis. Ele apresentou o trabalho e o funcionamento de uma instituição assistencial privada do município, responsável pela execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) e descreveu os dados quantitativos e qualitativos dos atendimentos realizados. O autor relatou que, historicamente, no Brasil, as crianças e adolescentes foram vítimas da falta, ou descontinuidade, de políticas públicas que pudessem garantir seu desenvolvimento integral. Por outro lado, o agravamento deste quadro estaria centrado no envolvimento de crianças e adolescentes com as várias formas de violência, principalmente com a prática de atos infracionais (SANTOS, 2008).

Santos (2008) também apresentou uma discussão sobre a legislação referente à infância e adolescência no Brasil, incluindo os Códigos de Menores de 1927 e 1979, a implantação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), chegando até a Constituição Federal de 1988 e, finalmente, em 1990, com a promulgação o Estatuto da Criança e Adolescência (ECA). O principal diferencial do ECA em relação as outras leis consistiria na concepção de que a família, a sociedade e o Estado são responsáveis pela promoção dos direitos das crianças e adolescentes, pela criação de instrumentos fundamentais

para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, e pela concepção de criança e adolescente como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e dignos de prioridade absoluta na gestão das políticas públicas, em todos os níveis. A pesquisa foi realizada na cidade de Assis-SP, onde a situação do adolescente em conflito com lei tem sido atendida, em parte, por meio de um convênio entre a Sociedade Filantrópica Nosso Lar, uma entidade assistencial privada, e a Fundação CASA (antiga FEBEM), onde são desenvolvidas as Medidas Sócio-educativas de LA e de PSC. O objetivo da pesquisa de Santos (2008) foi o de identificar o adolescente em conflito com a Lei, a partir da utilização de técnicas e estratégias da pesquisa quantitativa e algumas inferências descritivas sobre o fenômeno analisado. Os resultados apontaram para um crescimento no número de adolescentes que se envolveram com atos infracionais na época, com predominância do sexo masculino (90%), tendo como principais categorias o furto e as drogas, como elemento desencadeador (porte, uso e tráfico). No caso de adolescentes do sexo feminino, constatou-se um perfil mais voltado para a violência física, caracterizada principalmente pela lesão corporal e violências verbais (difamação, injúria, ameaça). Também foram constatados problemas importantes, tais como defasagem escolar e subemprego; reincidência, tipos de ato infracional, locais de ocorrência, entre outras.Tal pesquisa é importante, pois evidenciava as lacunas existentes nas políticas públicas estruturantes como Educação e Saúde e explicitava que a carência de investimentos nestas políticas públicas sociais, tem impulsionado o aumento da infracionalidade e da violência na adolescência (SANTOS, 2008).

Importantes publicações também foram desenvolvidas na região, tais como as coletâneas coordenadas pela Rede Ciranda de Assis, um projeto desenvolvido por uma entidade assistencial de orientação religiosa espírita. A Rede Ciranda da Criança e do Adolescente de Assis foi um projeto financiado pela Fundação Telefônica que visava promover a articulação das entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes da cidade de Assis na modalidade de trabalho social em rede. Xavier (2011) no livro intitulado "Retratos da infância e juventude: práticas sociais e abordagens teóricas no município de Assis/SP" apresentou as práticas desenvolvidas por estabelecimentos assistenciais do município tendo como público alvo crianças e adolescentes e também relatos de pesquisas desenvolvidas por estudiosos da área. Xavier (2012), na obra intitulada "Rede Ciranda: desenhando novos caminhos para o trabalho social com crianças e adolescentes" discorreu sobre novas ações, práticas e metodologias de atendimento direcionadas à população infanto juvenil no município, a partir de relatos de experiências exitosas de profissionais e instituições

integrantes da Rede.

Contribuindo para esse debate, a relevância social da pesquisa que realizamos pauta-se pela produção de um levantamento de documentos e análises que permitiriam aos Gestores Municipais, Conselhos Municipais e Coordenadores de entidades assistenciais, problematizar os modos atuais de funcionamento das políticas públicas para crianças e adolescentes no território do Vale do Paranapanema.

Com esta pesquisa, problematizando o funcionamento destes dispositivos sociais e institucionais, esperamos poder apresentar as atribuições e delinear as competências de cada um, compreender suas singularidades e seu modo de funcionamento, além de fornecer uma melhor compreensão das práticas que vem sendo engendradas nos espaços institucionais de atenção e de garantia dos direitos e produção de cidadania para crianças e adolescentes.

Não se trata propriamente de estudar como se deu o processo histórico de implantação da Política Nacional da Criança e do Adolescente, no território do Vale do Paranapanema. Não tínhamos condições adequadas para fazer isso. O que quisemos fazer foi um certo mapeamento da situação atual dessa política no território. Isso poderá nos dar uma perspectiva sobre o processo de implantação da Política Nacional da Criança e do Adolescente nessa região do Estado de São Paulo. Queremos responder a algumas perguntas, com esta investigação: há muitos estabelecimentos assistenciais públicos e privados que estão atendendo a crianças e adolescentes no território do Vale do Paranapanema? Quantos eles são? Como eles funcionam, desde uma perspectiva genealógica e paradigmática? Nossa hipótese é de que as políticas públicas sociais, por meio dos estabelecimentos públicos e, por outro lado, as diversas iniciativas assistenciais privadas, estariam implementando a política para crianças e adolescentes no território de abrangência do Vale do Paranapanema.

3.2. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é uma problematização sobre o estado atual das políticas públicas sociais de atendimento à infância e adolescência no território do Vale do Paranapanema, referenciada por alguns conceitos presentes na perspectiva teórica de Michel Foucault. Investigamos as práticas discursivas e não discursivas que estão sendo engendradas nas diferentes instâncias de atendimento assistencial para crianças e adolescentes.

Nossos objetivos específicos são:

1. Buscar nos apropriarmos dos conceitos-ferramentas da perspectiva foucaultiana, como norteador teórico-conceitual da pesquisa;

2. Realizar uma investigação acerca do estado atual das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na região de abrangência do Vale do Paranapanema;
3. Problematizar a situação atual destas políticas por meio de uma análise de documentos (Planos Municipais de Assistência Social)[6] produzidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e por seus Estabelecimentos (Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Casas de Acolhida) e também das entidades assistenciais privadas;
4. Levantar quantas são e caracterizar brevemente as diversas entidades assistenciais públicas e privadas existentes e atuantes no território do Vale do Paranapanema;
5. Por razões de exequibilidade da investigação, analisar os Planos de Trabalho de um conjunto composto por 04 (quatro) entidades assistenciais privadas representativas, presentes no território do CIVAP, que atendem a crianças e a adolescentes, considerados em situação de risco e vulnerabilidade;
6. Investigar também quais os paradigmas institucionais que estariam norteando as práticas discursivas e não discursivas, presentes nos estabelecimentos públicos e privados que executam as políticas públicas para criança e adolescente na região.

[6] O município deve construir o Plano de Ação anual para o desenvolvimento da Assistência Social no seu território. Há uma planilha eletrônica que deve ser preenchida pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social juntamente com o Conselho Municipal de Assistência Social. É por meio desse instrumento que o Governo Federal repassa recursos para cofinanciar os serviços de Assistência Social no município. O Governo Federal cofinancia os estabelecimentos públicos e também alguns privados de Assistência Social por meio do chamado "Plano de Ação para o Cofinanciamento do Governo Federal - Sistema Único de Assistência Social" (PMAS – SUASweb). O SUASweb (http://aplicacoes.mds.gov.br/suasweb) é um sistema que faz parte da Rede SUAS, que é um conjunto de sistemas/aplicativos para implementação da PNAS. No SUASweb, há áreas para o registro de algumas das ações dos Conselhos de Assistência Social no controle social da Política de Assistência Social. Esse sistema possibilita a transparência e a visibilidade de informações quanto ao Plano de Ação (planejamento anual das ações locais com recursos federais); Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira (prestação de contas); consulta a dados financeiros (contas correntes, saldos e repasses); e consulta a base cadastral dos beneficiários do BPC. O acesso a essa ferramenta é restrito. A partir da atualização de dados da composição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no CadSUAS, as novas senhas são enviadas pela Rede SUAS por *e-mail* aos presidentes eleitos pelos Conselhos. Desse modo, os conselheiros podem visualizar e ter acesso às informações cadastradas, mas não podem alterá-las. O cofinanciamento estadual para a execução de serviços de Assistência Social no município, realizado por meio do PMASweb, segue um modelo semelhante. O PMASweb é o sistema da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo (SEDS) por meio do qual anualmente os municípios informam dados da gestão, recursos financeiros, rede executora, diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação – e ao qual todo cidadão e cidadã pode ter acesso por meio de uma senha.

3.3. Técnicas de investigação

Com base na perspectiva foucaultiana, como norteador teórico-conceitual da pesquisa, nossa hipótese é de que o discurso da Proteção Integral e da legitimação de direitos de crianças e adolescentes, presente na literatura, composta por bibliografia e por documentos, estaria revestido de estratégias de moralização, vigilância, controle e normalização dos sujeitos.

> [...] O método consiste, então, para Foucault, em compreender que as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não se concebe (VEYNE, 1995, p. 60).

Para obter as informações que precisamos levantar, trabalhamos com a Análise Documental, ou Análise de Fontes Documentais, enquanto técnica de investigação. Para tanto, utilizamos como fontes primárias a documentação oficial, legislações e relatórios referentes às políticas públicas sociais para a infância e juventude no Brasil. Os documentos de primeira mão que foram analisados consistiram nos Planos Municipais de Assistência Social e nos Planos de Trabalho das entidades assistenciais, instrumentais que ainda não haviam passado por nenhum tratamento analítico, antes desta pequisa. Já os documentos de segunda mão, são aqueles que já passaram por algum tipo de análise, tais como a legislação nacional, por exemplo, sobre a política nacional para crianças e adolescentes e sobre a Assistência Social. Como fontes secundárias, apresentamos a revisão da bibliografia, a partir da contribuição de autores relevantes que discutiram sobre o tema (GIL, 2008).

Segundo Lemos et al. (2015a, p. 461-462)

> uma partilha metodológica é colocada como pressuposto na descrição e na análise de documentos, na formação de arquivos, constituídos de acontecimentos que deixaram restos e marcas, vestígios no tempo e no espaço. [...] A pesquisa documental histórica auxilia na problematização de práticas sociais, da desnaturalização das mesmas e da ruptura com as cristalizações.

A pesquisa desenvolvida com base em arquivos ou documentos implica uma postura crítica e política do pesquisador, uma vez que este analisa documentos oficiais que aparentemente apresentam uma descrição oficial, positiva e linear dos fatos. Desta forma, a Análise Documental é mais que uma técnica e pode ser considerada uma metodologia (LEMOS et al. , 2015a).

> Na psicologia, também não ocorre uma análise das fontes de formação da subjetividade de forma descolada da preocupação analítica com as práticas sociais que fabricam as existências, inclusive, do próprio pesquisador em psicologia que estuda os documentos. Portanto, na análise histórico-documental, vale observar os alertas indicados ao longo desse artigo, visando assinalar as precauções importantes para a realização de um estudo com fontes documentais (LEMOS et al. , 2015a, p. 467).

Segundo Le Goff (1992, p. 545) "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que detinham o poder".

O documento não é inocente, nem neutro, mas define um processo histórico e social e reflete as marcas de uma época e de uma sociedade que o produziu. No entanto, seu significado merece ser analisado e desmistificado, a fim de que o mesmo não seja considerado apenas como algo fixo, rígido e produtor de verdades (LE GOFF, 1992).

Consideramos a técnica da Análise Documental uma ferramenta metodológica apropriada para a presente pesquisa, visto que nosso objeto de estudo – estado atual das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na região de abrangência do Vale do Paranapanema (CIVAP) – foi apreendido, basicamente, por meio de documentos formais e escritos (Planos Municipais de Assistência Social produzidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social; Planos de Trabalho das entidades assistenciais e documentação oficial do governo brasileiro referente ao tema), marcados por práticas discursivas e por diversos atravessamentos políticos, sociais e institucionais.

Para a realização deste trabalho, nos inspiramos em alguns conceitos de Michel Foucault e também nos paradigmas institucionais típicos, conceituados por Benelli e Costa-Rosa (2012a).

Benelli e Costa-Rosa (2012a), apresentaram alguns paradigmas institucionais específicos, que delineiam a Assistência Social como campo de práticas e também como campo discursivo, a saber:

a) *Paradigma da Caridade*: configura as práticas sociais presentes no discurso dos grupos religiosos no qua o objeto são os pobres, denominados pedintes, carentes e assistidos e o trabalho se baseia no fazer ao bem ao próximo por amor a Deus;

b) *Paradigma da Promoção Humana*: baseado na solidariedade com os pobres e abandonados, passando a incorporar o tema dos direitos humanos;

c) *Paradigma da Filantropia*: visa assistir, reformar, corrigir e regenerar os pobres, os menores delinquentes e vagabundos vistos como potencialmente perigosos, evitando que

virem futuros criminosos;

d) *Paradigma do Clientelismo Assistencialista do poder público*: normalmente incitado por ocupantes de cargo de governo, caracterizado por campanhas de caráter assistencialista (agasalho, sopão, por exemplo) desenvolvidas pelos Fundos de Solidariedade, normalmente geridos pela Primeira Dama do município, procurando gerar uma boa imagem dos governantes por meio da preocupação com os mais pobres, de forma assistencial, fundamentada nas necessidades do sujeito e não nos direitos;

e) Paradigma da *Política pública como Política de Estado*: caracterizada pela implantação das políticas públicas de acordo com a legislação específica e pelo discurso oficial;

f) *Paradigma do Sujeito Cidadão*: perspectiva que procura considerar de modo consequente, crianças, adolescentes e adultos como sujeitos de direitos e cidadãos que passam a tomar parte nas discussões junto às políticas públicas sociais, ao participarem de instâncias de controle social.

De um ponto de vista genealógico, podemos considerar que os paradigmas da Caridade, da Promoção Humana e da Filantropia apresentariam aspectos mais disciplinares, ainda com acentos da soberania tuteladora. Já os paradigmas do Clientelismo Assistencialista do poder público, da Política pública como Política de Estado Paradigma do Sujeito Cidadão incluem matizes diversos da Sociedade Disciplinar e da Sociedade de Segurança.

Trabalhamos com o conceito de Problematização como a "elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos", uma análise das atitudes e esquemas de comportamentos, um trabalho do pensamento (FOUCAULT, 2004, p. 228).

> A problematização (...) é um conjunto de práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro ou do falso e o constitui como objeto do pensamento (seja sob a forma de reflexão, do conhecimento científico, da análise política etc.) (FOUCAULT, 2004, p. 242).

A partir de uma análise referenciada por tais operadores conceituais, acreditamos ser possível problematizar os saberes e os fazeres presentes na área social de atendimento institucional a infância e adolescência no território do Vale do Paranapanema. A partir deste lugar téorico-metodológico procuramos investigar como as práticas discursivas e não discursivas, vêm sendo engendradas nestes espaços institucionais, por meio das ressonâncias que captamos nos documentos e na bibliografia pertinente ao campo das políticas públicas

sociais.

3.4. Construindo um arquivo de documentos e de bibliografia

Para realizar nossa investigação, buscamos acessar a documentação oficial referente às políticas públicas sociais para a infância e juventude, bem como a bibliografia referente ao tema. Além disso, acessamos informações em bancos de dados digitais para caracterização do território do Vale do Paranapanema, para mensurar os indicadores: extensão territorial, população estimada, densidade demográfica, escolarização de crianças e adolescentes de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), taxa de mortalidade infantil, e Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Pesquisamos também informações referentes à estruturação da Rede Socioassistencial dos Municípios: existência de estabelecimentos tais como o CRAS e o CREAS, o CMDCA, o Conselho Tutelar, a Casa de Acolhida e as entidades assistenciais privadas.

Com relação ao CIVAP, realizamos o encaminhamento do um Ofício de Solicitação de autorização da pesquisa nos arquivos do consórcio (ANEXO I) e coletamos a Declaração de Instituição e Infraestrutura para o uso de arquivos do CIVAP (ANEXO V) e o Termo de Autorização para a o uso de Arquivos do CIVAP para realização da Pesquisa Documental (ANEXO VI), devidamente assinados pela Diretora Executiva do órgão.

O arquivo de documentos para análise foi composto por documentos oficiais, Planos Municipais de Assistência Social (PMAS)[7] e Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais (PTEA). Para tanto, encaminhamos por *e-mail*, um Ofício de Solicitação de acesso aos Planos Municipais de Assistência Social (ANEXO II) endereçado aos(às) Secretários(as) Municipais de Assistência Social e Ofício de Solicitação de acesso aos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais (ANEXO III), endereçados aos Coordenadores e/ou Presidentes das respectivas entidades, além de uma Carta de Apresentação da Pesquisa (ANEXO IV).

Também realizamos contato com a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), e obtivemos autorização para acessar e visualizar os

[7] Há orientações específicas do Governo Federal para que os municipios formulem um Plano Municipal de Assistência Social. "A política pública de Assistencial Social, em sua trajetória histórica, careceu de procedimentos sistemáticos de planejamento da gestão pública. Com a LOAS a exigência de elaboração de Planos foi condição, junto com a criação de Conselhos e Fundos, para que municípios, estados e o Distrito Federal pudessem receber repasses de recursos federais. Esses Planos foram elaborados anualmente e apresentados e aprovados nos Conselhos de Assistência Social. Inaugurou-se assim a incorporação do planejamento na política de assistência social, apesar das dificuldades políticas e técnicas para sua elaboração e de uma compreensão restrita de sua importância e significados" (BRASIL 2008, p. 15).

Planos Municipais de Assistência Social da região de abrangência estudada.

Como estratégia para a obtenção do material para análise, optamos pela solicitação dos Planos Municipais de Assistência Social e dos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais, por acreditar que estes documentos poderiam conter as informações necessárias que nos permitiriam conhecer o estado atual das políticas públicas para crianças e adolescentes na região. Devido à grande dimensão territorial do Vale do Paranapanema e a ausência de financiamento para realizar uma pesquisa de campo presencial, os muitos deslocamentos e o tempo que isso implicaria, solicitamos por meio de contato telefônico e também por e-mail, que as 24 Secretarias Municipais de Assistência Social, fazendo os esclarecimentos necessários, nos enviassem os Planos Municipais.

Consideramos como entraves diversos para a realização dessa investigação, a amplitude do território, a distância, o problema do deslocamento e a falta de recursos para que pudéssemos ter a possibilidade de realizar visitas a todos os municípios. Como agravante, durante a pesquisa, passamos por grandes dificuldades, especialmente quanto aos recursos financeiros para podermos nos dedicar à realização da pesquisa, tais como a falta de Bolsa e a situação de desemprego que nos acompanharam durante dois anos e meio. Apenas no final do ano de 2019 fomos contemplados com a Bolsa da CAPES, o que nos permitiu prosseguirmos com o trabalho de investigação com um mínimo de condições.

Como recebemos apenas 04 (quatro) Planos Municipais de Assistência Social (PMAS) dos municípios, nos vimos obrigados a alterar nossas estratégias e, visando a exequibilidade da pesquisa, optamos por incluir a análise dos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais (PTEA). Assim teríamos como tornar mais rica a apresentação dos documentos diversos e uma possibilidade de fazer análises mais pertinentes.

Depois de mapear as entidades assistenciais existentes no território delimitado, selecionamos 04 (quatro) delas para serem analisadas com mais detalhe. Os critérios de seleção foram os seguintes: que aceitassem sua inclusão na pesquisa, que estivessem localizadas em municípios considerados estratégicos. Outro importante critério para escolha, foi de que essas entidades assistenciais realizassem ações socioeducativas[8] para crianças e

[8] De Acordo com Benelli e Costa-Rosa (2011, p. 539), no seu artigo intitulado "Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais", o termo "socioeducação" tem sido muito recorrente nos discursos oficiais das políticas públicas para a infância e a adolescência. Benelli e Costa-Rosa consideram que "[...] no universo da Assistência Social, a constelação criança/adolescente orbita em torno do astro-rei 'socioeducativo'. Todas as atividades desenvolvidas nas entidades parecem recobertas por esse significante-mestre, que conota dimensões pedagógicas e terapêuticas, educativas e corretivas, de vigilância e de prevenção, promovendo controle e normalização". Relata ainda que "Em uma comunicação pessoal, uma assistente social explicou que o "socioeducativo" seria a união do "pedagógico" e do "terapêutico", expressando, com essa definição, mais do

adolescentes no contra turno escolar e que seu trabalho não se reduzisse à aplicação de Medidas Socioeducativas em regime aberto para adolescentes em conflito com a lei.

Também realizamos visitas para conhecermos as instalações dessas 04 (quatro) entidades selecionadas, além de apresentar os objetivos do estudo para os Coordenadores, mediante carta de apresentação da pesquisa, visando obter seu aceite para inclusão na pesquisa por meio de um ofício de autorização devidamente assinado.

3.5. Estabelecimentos institucionais que atendem a crianças e adolescentes pesquisados

No que se refere aos estabelecimentos institucionais que atendem crianças e adolescentes, foram contatados 24 (vinte e quatro) Secretários de Assistência Social dos municípios de abrangência do CIVAP, a fim de solicitar os Planos Municipais de Assistência Social, bem como os 04 (quatro) Coordenadores das Entidades Assistenciais, para os quais solicitamos os Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais.

Com relação à dimensão ética, informamos que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Unesp-Assis, conforme resolução CNS 196/96 que trata das pesquisas com seres humanos. No entanto, recebemos a resposta de que, por se tratar de uma pesquisa basicamente documental, não se fazia necessário o acompanhamento do Comitê de Ética. Apesar disso, todos os Termos e Ofícios que encaminhamos estão em nossa guarda, devidamente assinados e arquivados.

---

que imaginava. Ela confirmou com seu *insight* uma suspeita levantada diante desse termo tão comum nas entidades assistenciais, mas que sempre pareceu bastante enigmático e merecedor de análise e reflexão. Haveria uma certa ambiguidade no termo, que oscila entre componentes jurídicos, educacionais, socializadores, assistenciais e protetivos (BENELLI; COSTA-ROSA, 2011, p. 553).

CAPÍTULO 4

PROBLEMATIZANDO O ARQUIVO DOCUMENTAL CONSTRUÍDO SOBRE A REDE SOCIOASSISTENCIAL DO VALE DO PARANAPANEMA

> As pessoas sabem aquilo que elas fazem; frequentemente sabem por que fazem o que fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem (FOUCAULT, 1995, p. 206).

Neste capítulo, apresentamos as análises da documentação levantada, referenciada por meio do que chamamos de *Enunciados Analíticos.* Em relação aos documentos obtidos, especialmente no que se refere aos Planos de Trabalho das entidades assistenciais privadas e dos Planos Municipais de Assistência Social produzidos pelas Secretarias Municipais de Assitência Social, temos que considerar a forma de captação deste material, bem como os resultados obtidos. Apresentamos também o Território de abrangência pesquisado, as características e singularidades do mesmo, bem como a Rede Socioassitencial da região de abrangência do Vale do Paranapanema, com seus estabelecimentos públicos e suas entidades privadas de atendimento à crianças e adolescentes.

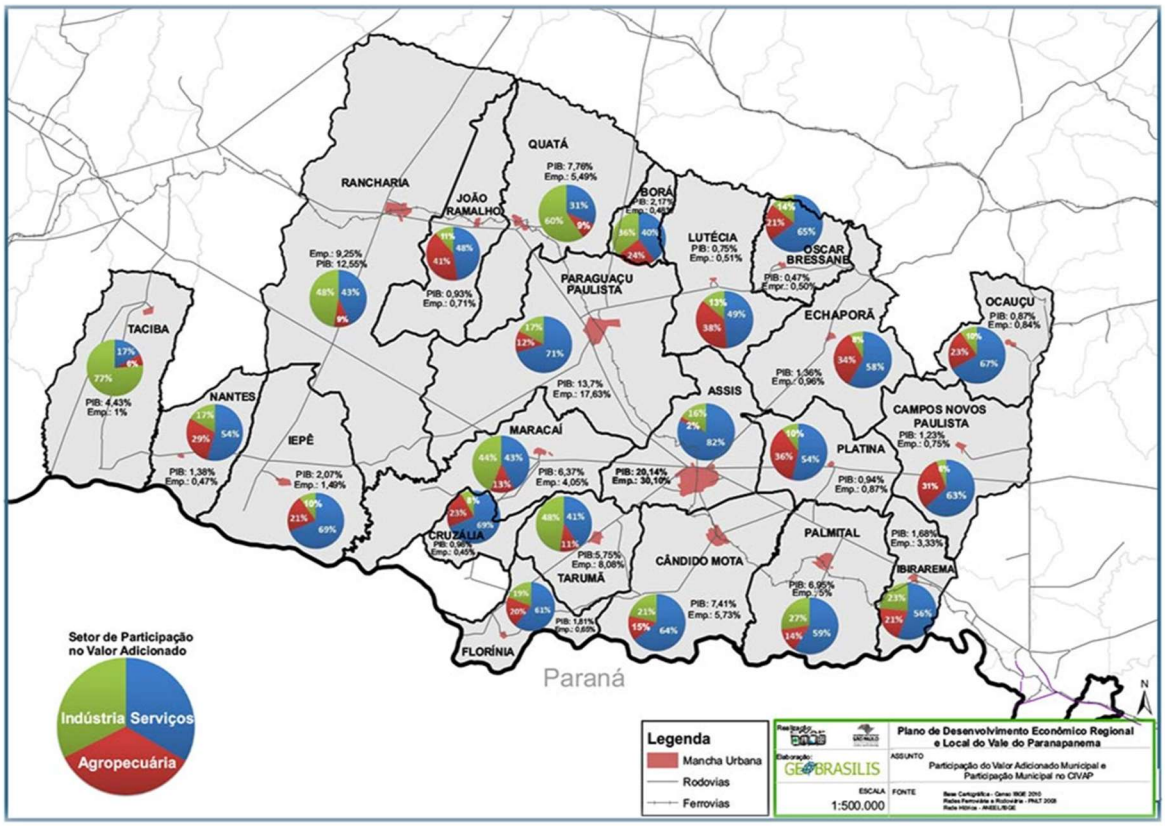
4.1. O Território do Vale do Paranapanema e seus municípios

O território pesquisado refere-se à área de abrangência do Vale do Paranapanema e congrega 24 (vinte e quatro) municípios do interior de São Paulo, sendo eles: Assis, Borá, Cândido Mota, Campos Novos Paulista, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, João Ramalho, Lutécia, Maracaí, Nantes, Ocauçu, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista , Platina, Santa Cruz do Rio Pardo, Quatá, Rancharia, Taciba e Tarumã.

A região denominada Vale do Paranapanema localizada no interior do Estado de São Paulo totaliza aproximadamente 400.000 (quatrocentos mil) habitantes, de acordo com as informações obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As principais vocações da região concentram-se no setor agropecuário, notadamente a agricultura, como destaque econômico, com as culturas da cana-de-açúcar, milho e soja como grandes expoentes. Os setores de serviços e indústria, incluindo comércio e administração pública, também apresentam números bastante expressivos, demonstrando crescimento da economia da região como um todo entre 2000 e 2010.Tanto a região do CIVAP, quanto o Estado de São Paulo e o Brasil, apresentaram médias de crescimento importantes, sendo que a

região do Vale do Paranapanema, apresentou um crescimento médio de 12,72%, praticamente o mesmo apresentado pelo Brasil (12,35%) e acima da média apresentada pelo Estado de São Paulo (11,40%) (GEO BRASILIS, 2013).

Mapa 1. Mapa dos Municípios de abrangência, com informações sobre o Valor Adicionado municipal e Participação municipal no CIVAP



Fonte: GEO BRASILIS, 2013.

Na presente pesquisa consideramos território de abrangência, o Vale do Paranapanema, região localizada no Centro Oeste Paulista, composta por municípios articulados politicamente pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema, que apresenta características singulares. O Vale do Paranapanema consiste no território sócio espacial e geográfico, e o CIVAP enquanto consórcio público, representa a instância regional de organização político administrativa e de articulação de políticas públicas intersetoriais.

Os termos território, intersetorialidade e articulação em rede apresentam ressonâncias genealógicas foucaultianas. Foucault (1979), em Microfísica do Poder, no texto "Sobre a Geografia", apresenta a noção de território:

> Pois bem, vejamos o que são essas metáforas geográficas. Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder (FOUCAULT, 1979, p. 157).

Desta forma, faz-se necessário analisar o território, para além de suas dimensões geográficas, mas também problematizar quais são as linhas de poder que se entrecruzam nas diversas relaçõs de governança, gestão e implantação de políticas públicas, no campo social.

> Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território (FOUCAULT, 1979, p. 158).

Também é importante analisamos quais os efeitos que estas articulações produzem sobre as populações destes territórios específicos:

> Mas entendemos que o espaço é o resultado e a condição da totalidade das relações sociais. Para tanto, é preciso observar, conhecer e viver este "espaço social", que ultrapassa o espaço físico. O espaço deve ser analisado, se quisermos privilegiar a subjetividade de seus ocupantes, como algo estruturado socialmente, onde são trocados (em direção à preservação ou à mudança) objetos, ideias, intenções e afetos. (BRAVO; EWALD; GONÇALVES, p. 768, 2008)

Segundo Castro (1984), de acordo com a situação de pobreza e fome, o Brasil pode ser mapeado e dividido em 05 (cinco) áreas alimentares, a saber: 1. Amazônica: área de fome endêmica; 2. Nordeste açucareiro e 3. Sertão Nordestino: áreas de epidemias de fome; 4. Centro Oeste e 5. Extremo Sul: áreas de subnutrição. Diante desta indicação, o território estudado, que encontra-se no Centro Oeste do Estado de São Paulo - região considerada de subnutrição - apresenta um cenário de maior desenvolvimento social e econômico, desta forma, as deficiências alimentares e nutricionais se apresentam de forma mais discreta e menos generalizada.

4.1.1. O Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP)

O Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP)[9] caracteriza-se como uma instância de articulação e gestão de políticas públicas intersetoriais, presente na região como um pólo organizacional, centralizador de diferentes serviços e demandas. De acordo com o discurso oficial, tendo sido fundado em 1985, o CIVAP representa 24 (vinte e quatro) Municípios que atuam conjuntamente em projetos e ações, buscando promover uma maior eficácia em assuntos regionais sustentáveis e de integração dos municípios, na busca de soluções globalizadas e na participação de forças vivas da sociedade regional, estadual e federal. Tem como lema "Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso!"

Segundo o CIVAP, os governos municipais teriam sob sua incumbência problemas cuja solução, muitas vezes, exigem soluções que extrapolam o alcance da capacidade de ação individual do Município, em termos de investimentos, recursos humanos e financeiros para custeio e atuação política. Além disto, grande parte destas soluções exigem ações conjuntas, pois dizem respeito a problemas que afetam, simultaneamente, mais de um município. E mesmo sendo possível ao Município atuar isoladamente, mostra-se muito mais econômico a busca de parcerias, com os demais municípios, possibilitando soluções que satisfaçam todas as partes, com um desembolso menor e melhores resultados finais. Os Governos Estadual e Federal, tradicionais canais de solicitação de recursos utilizados pelos Municípios, apresentam, em geral, baixa capacidade de intervenção. Deixar simplesmente que estes Governos assumam ou realizem atividades de âmbito local ou regional e que poderiam ser realizados pelos Municípios, pode significar uma renúncia à autonomia municipal, retirando dos cidadãos a possibilidade de intervir diretamente nas ações públicas que lhes dizem respeito.

Segundo Carneiro e Brito (2019), os Consórcios Públicos são importantes iniciativas e indicam, em nível municipal e regional, como as políticas públicas podem ser formuladas e implementadas de maneira mais efetiva, de acordo com as necessidades e demandas da vida cotidiana e das comunidades.

> Na medida em que se apoiam sobre os Municípios de uma mesma região, os Consórcios Intermunicipais se apresentam como uma das expressões mais claras do fortalecimento da Federação após a promulgação da Constituição

[9] Para explicar ao leitor em que consiste o CIVAP, utilizamos um texto institucional que pode ser localizado no site oficial do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP), www.civap.com.br. Mantivemos o tom do discurso institucional oficial que ressalta as funções positivas desse equipamento político.

> Federal de 1988, ao lado de outros avanços institucionais. A liberdade político-administrativa para associar-se com outros municípios e os benefícios econômicos da cooperação no plano horizontal foram viabilizadas, do ponto de vista normativo, com o advento da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005. Desde então, os Consórcios voltados à gestão de políticas públicas de alcance regional passaram a se desenvolver com maior segurança jurídica (CARNEIRO; BRITO, 2019, p. 7).

Brito (2019), procurou relacionar a figura jurídica dos consórcios com importantes conceitos que podem servir como modelos de análise de políticas públicas, bem como de novos arranjos institucionais, a saber: coordenação, colaboração, relações interorganizacionais e a nova governança pública.

> Os consórcios intermunicipais são a colaboração unificada em uma estrutura organizacional clara. São um instrumento de coordenação, potencial resposta ao desequilíbrio do pacto federativo, em que a desigualdade de porte e autonomia entre diferentes municípios pode representar uma dependência eterna do Estado e da União. Consórcios são uma boa representação da nova Governança Pública, em que redes de diferentes atores sociais e organizações (secretarias municipais, autarquias municipais ou prefeituras como um todo) passam a cooperar em nível horizontal, em uma dinâmica interorganizacional nova, em que a confiança em níveis interpessoais também faz diferença (BRITO, 2019, p. 20).

Neste sentido, o CIVAP considera que, estabelecendo parcerias entre as várias prefeituras, Governos Estadual e Federal, aumentaria a capacidade regional de solucionar problemas comuns, sem lhes retirar a autonomia, assumindo desta forma o compromisso de garantir os recursos adequados para a promoção do crescimento socioeconômico e a melhoria contínua da qualidade de vida da população do Vale do Paranapanema. A ação conjunta de municípios para resolver problemas comuns ampliaria a capacidade de atendimento aos cidadãos e o poder de diálogo das Prefeituras junto dos Governos Estadual e Federal.

O CIVAP, teria ainda oportunizado a realização de diversos projetos e ações regionais, relacionados às áreas de Meio Ambiente, Obras, Gestão, Planejamento, Agricultura, Educação e outros, sendo eles: “Projeto Eco ValeVerde”, “Patrulha Asfáltica”, “Escola de Governo”, “Proben-RCC” e “Representante Caixa”. Além de cuidar da realização desses Projetos, o CIVAP teria atuado ainda na realização de Planos, como os “Planos de Gestão Municipal de Resíduos Sólidos para os Municípios Consorciados” e o “Plano de Desenvolvimento Local e Regional dos Municípios do Vale do Paranapanema”, sendo que este último teria sido realizado em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

Para pensarmos a situação da política para crianças e adolescentes desenvolvida no território do Vale do Paranapanema, a partir da documentação colecionada, encontramos em Baremblitt (1992, p. 26-27), em sua clássica obra Compêndio de Análise Institucional, alguns elementos conceituais para que possamos operar com as noções de sociedade, instituição, organização, instituição e equipamento:

> Em um plano formal, uma sociedade não é mais que isso: um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens. Agora, entendidas assim, as instituições são entidades abstratas, por mais que possam estar registradas em escritos ou conservadas em tradições. Para vigorar, para cumprir sua função de regulação da vida humana, as instituições têm de realizar-se, têm de "materializar-se". E em que elas se materializam? Em dispositivos concretos que são as organizações. As organizações, então, são formas materiais muito variadas que compreendem desde um grande complexo organizacional [...]. Ou seja, as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que concretizam as opções que as instituições distribuem e enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social senão através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivo, não teriam direção se não estivessem informadas como estão, pelas instituições. Por sua vez, uma organização (que, como insisti, costuma ser um complexo grande, vultoso) está composta de unidades menores. Estas são de naturezas muito diversas e é difícil enunciá-las todas. Mas, pelo menos, há algumas que são muito características, como, por exemplo, os estabelecimentos. Estabelecimentos seriam as escolas, um convento, uma fábrica, uma loja, um banco, um quartel. Há diversos tipos de estabelecimentos, de características muito diferentes. Mas é um conjunto de estabelecimentos o que integra uma organização. Os estabelecimentos, em geral, incluem dispositivos técnicos cujos exemplos mais básicos são a maquinaria, as instalações, arquivos, aparelhos. Isso recebe o nome de equipamento. O equipamento pode ter uma realidade material que coincide com o estabelecimento, ou seja, as máquinas de um estabelecimento – ou pode ter uma realidade muito mais ampla, de maneira que forme um grande sistema de máquinas, um grande equipamento.

Neste sentido, para fins da presente pesquisa, consideramos como Sociedade: o território brasileiro representado pela legislação e documentação oficial sobre a política nacional para crianças e adolescentes e de Assistência Social, incluindo o território de abrangência do Vale do Paranapanema, considerando os marcadores das políticas públicas regionais; a Instituição incluiria a Assistência Social, enquanto área e campo de análise; as organizações seriam as Secretarias Municipais de Assistência Social; os Estabelecimentos ou Equipamentos incluiriam os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e as entidades assistenciais públicas e privadas.

Benelli (2020a, p. 12) considera que:

> A Análise Institucional (AI), como uma perspectiva de original de investigação permite desvelar e desdobrar aspectos da locução rica e polissêmica *Assistência Social*: como formação social, ela aparece como uma política pública; enquanto conceito, pode ser pensada como uma instituição complexa (LOURAU, 1995), e também pode ser considerada como uma "área de conhecimento", pois possui um conjunto de documentos, de leis, de textos e de normativas consistentes e específicas, configurando uma área discursiva e prática dotada de singularidade.

4.1.2. Rede Socioassistencial: instituições e entidades de atendimento a crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema

Norteamos nossa análise sobre as políticas públicas sociais para crianças e adolescentes desenvolvidas no território de abrangência do Vale do Paranapanema e procuramos traçar um panorama de como a região está organizada com relação à Rede Socioassistencial, por meio de instituições, entidades e instâncias que visariam promover a garantia de direitos.

Quanto aos dados relativos a extensão territorial, a população estimada, a densidade demográfica, a escolarização de crianças e adolescentes de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a mortalidade infantil, e Produto Interno Bruto (PIB) per capita, coletamos os seguintes dados de fontes oficiais, tais como o CadSUAS o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[10].

Como metodologia de busca por documentos com as informações que nos interessavam levantar, inicialmente entramos em contato por telefone com todas as 24 Prefeituras localizadas no Vale do Paranapanema, visando investigar quantas e quais entidades estariam presentes em cada um dos municípios, tanto as públicas quanto as privadas que atendiam crianças e adolescentes. Como notamos que algumas informações estavam incipientes, procuramos por mais detalhes nos *sites* de cada uma das Prefeituras Municipais, visando checar o que havia sido informado via telefone. No entanto, verificamos que a maioria dos *sites* oficiais, também não apresentavam as informações que nos interessavam de forma consolidada. Buscamos então, por meio de contatos de profissionais que atuavam nos municípios incluídos nessa investigação, no intuito de refinar as informações de que

[10] Informações coletadas nos sites do CadSUAS: https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarConsultaExterna.html e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) . Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

precisávamos.

A partir do material obtido, conseguimos elaborar algumas tabelas com informações sobre quantas e quais seriam as entidades privadas que atendiam crianças e adolescentes presentes nos municípios, mas ainda faltavam informações sobre: nome completo da entidade, data de fundação, orientação, projetos desenvolvidos e nível de proteção social. Para completar estes quadros, pesquisamos nos *sites* e redes sociais de cada uma das entidades, procurando informações referentes às características de cada uma delas e quanto ao seu escopo de atuação na área social.

Procuramos organizar e sistematizar algumas informações sobre a existência de entidades e equipamentos públicos, em cada um dos municípios de abrangência da pesquisa. Apresentamos esse conjunto de informações para cada um dos 24 municipios incluídos na investigação.

O município de Assis conta com uma área territorial de 460,609 km² [2018], a população estimada era de 104.386 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 206,70 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 98,9% [2010], o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,805 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 7,69 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 27.921,64 [2016].

Com relação à Rede Socioassistencial, o município de Assis possui 04 (quatro) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar, 01 (uma) Casa de Acolhida. Possui 19 (dezenove) entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes.

Tabela 1. Entidades assistenciais privadas de Assis que atendem a crianças e adolescentes[11]

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social

[11] Agradecemos ao Prof. Dr. Silvio José Benelli, por ter nos disponibilizado essas informações sistematizadas sobre as entidades públicas e privadas que atendem a crianças e a adolescentes em Assis, SP, obtidas por meio de pesquisa realizada por ele no período de 01/02/2018 a 31/01/2019, financiada pela FAPESP (Processo 2017/22541-4) (BENELLI. 2020b).

01	**Associação Beneficente de Assis**	Fundação: 03/10/1949 Modificação do projeto institucional: 01/12/1991	Organização da Sociedade Civil Religiosa Espírita	Projeto SIM ao Deficiente (SIM), Habilitação, Reabilitação e Inclusão Social	PSE Média complexidade
02	**Associação de Amigos Deficientes Visuais de Assis e Região** (AADVAR)	Fundação: 03/11/2007	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Projeto: Mostrar Caminhos - apoio social para deficientes visuais	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências, idosas e suas famílias.
03	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis** (APAE)	Fundação: 18/03/1969	Organização da Sociedade Civil Clubes de Serviço - Rotary	Projeto: Escola de Educação Especial Rotary para pessoas com deficiência	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências
04	**Associação de Pais e Amigos para Apoio e Talento** (ASPAT) (Educacional) Fundação: 29/06/2011 Projeto: Centro para o Desenvolvimento de Dotação e Talento (CEDET)	Fundação: 29/06/2011	Organização da Sociedade Civil Educacional SME	Projeto: Centro para o Desenvolvimento de Dotação e Talento (CEDET)	PSB
05	**Associação de Recuperação Florestal do Médio Paranapanema** (Flora Vale)	Fundação: 08/11/1993 Projeto Broto Verde: 01/05/1994	Organização da Sociedade Civil Filantropia empresarial	Projeto: Broto Verde na Escola – educação ambiental	PSB
06	**Associação Filantrópica Alvorada** (AFA) Projeto Eureca: atividades socioeducativas e SCFV	Fundação: 24/01/2001	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Projeto Eureca: atividades socioeducativas e SCFV	PSB

07	**Associação Filantrópica Nosso Lar** Projeto: Jovens em Ação (Execução de MSE: LA e PSC); Integ@Assis (SCFV), Assistência Familiar	Fundação: 25/12/1949	Organização da Sociedade Civil Religiosa Espírita	Projeto: Jovens em Ação (Execução de MSE: LA e PSC); Integ@Assis (SCFV), Assistência Familiar	PSB PSE
08	**Serviço Especial de Reabilitação "Dr. Rubens de Araújo Tucunduva"** (SER))	Fundação: 02/06/1992	Organização da Sociedade Civil Religiosa Espírita	Projeto: Habilitação, Reabilitação e Inclusão Social	PSE
09	**Casa da Criança "Dom Antonio José dos Santos"**	Fundação: orfanato masculino: 15/05/1951 Modificação do projeto institucional: 1994	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Projetos: Creche (Educação Infantil); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	PSB
10	**Casa da Menina "São Francisco de Assis"** (Católica)	Fundação: 10/04/1962 – creche e orfanato feminino	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Projetos: Creche (Educação Infantil); Projeto Protagonista (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)	PSB
11	**Comunidade Kolping de Santa Cecília**	Fundação: 07/07/1976	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Projeto: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	PSB
12	**Comunidade Braços Aberto Brasil**	Fundação: 12/07/2006	Organização da Sociedade Civil Religiosa Evangélica	Projeto: atividades socioeducativas	PSB
13	**Fundação Futuro**	Fundação: 25/08/1999	Organização da Sociedade Civil Clubes de Serviço Rotary	Projetos: Legião Mirim (orientação e formação para o mercado de trabalho); Serviço de Convivência e	PSB

				Fortalecimento de Vínculos	
14	**Associação Amigos do Projeto Guri** (AAPG) –	Data de Fundação: 25/03/1997 São Paulo. Início das atividades em Assis: 01/02/2011	Organização Social de Cultura Filantropia empresarial	Projeto: Aprendizagem coletiva de música, cursos de educação musical	PSB
15	**Projeto Renovo Descobrindo Talentos**	Fundação: 08/10/2010	Organização da Sociedade Civil Religiosa Evangélica	Projeto: ensino de dança clássica	PSB
16	**Circuito de Interação de Redes Sociais** (CIRCUS)	Fundação: 02/12/2001	Organização da Sociedade Civil Cultura	Projeto: Ações Culturais e Artísticas	PSB
17	**Centro de Integração Empresa Escola** (CIEE)	20/02/1964 SãoPaulo Início das atividades em Assis: 09/11/2012	Organização da Sociedade Civil Filantropia empresarial	Projeto: Programa Aprendiz Legal (orientação e formação para o mercado de trabalho)	PSB
18	**Rede de Assistência Socioeducacional Cristã** (RASC)	Fundação: 30/03/1992 Bauru Início das atividades em Assis: 08/08/2013	Organização da Sociedade Civil Religiosa Evangélica	Projeto: Programa Educando para a vida – Setor Bancário e administrativo (orientação e formação para o mercado de trabalho)	PSB
19	**Círculo dos Amigos dos Pobres do Pão de Santo Antônio** (CAPSA) (Católica)	Fundação: 05/06/1968	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Projeto: Apoio social para famílias	PSB

O município de Borá conta com uma área territorial de 118,951 km² [2018], a população estimada era de 837 pessoas, sendo o segundo menor município do Brasil em número de habitantes [2019], a densidade demográfica era de 6,80 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 94,6% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,746 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 0 (zero) óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 100.029,91 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Borá possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Cândido Mota conta com uma área territorial de 5695,811 km² km² [2018], a população estimada era de 31.280 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 50,12 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 98,2 % [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,747 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 14,84 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 29.350,05 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Cândido Mota possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e possui 01 (uma) Casa de Acolhida. Possui 08 (oito) entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes.

Tabela 2. Entidades assistenciais privadas de Cândido Mota que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE) De Cândido mota** **http://www.apaecandidomota.org.br/**	Fundação: 20 de abril de 1992 Instalada em 02 de fevereiro de 1998	Organização da Sociedade Civil Filantrópica Clubes de Serviço	Atendimento gratuito a crianças, adolescentes e adultos (a partir do nascimento, sem limite de idade), portadores	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências

				de deficiências ou com atraso no desenvolvimento	
02	**Associação Metodista de Ação social – AMAS** **https://www.facebook.com/amascandidomota/**	Fundação: 01 de abril de 2001	Organização da Sociedade Civil Religiosa Evangélica Metodista	Atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo-lhes oportunidades para o seu fortalecimento pessoal, familiar e social.	PSB
03	**Casa Da Criança Nossa Senhora Das Dores** **http://casadacriancacm.org.br/**	Fundação: 1 de agosto de 1964	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Atendimento à crianças em sistema de creche e educação infantil	PSB
04	**Centro Vocacional da Criança e do Adolescente de Cândido Mota – Frei Paulino** **http://www.cvfreipaulino.org.br/**	Fundação: 15 de julho de 1971	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Atendimento à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de atendimentos especializados e oficinas	PSB
05	**Creche Menino Jesus** **http://crechemeninojesuscm.org.br/**	Fundação: 14 de maio de 1961	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Atendimento à crianças em sistema de creche e educação infantil	PSB
06	**ICA – Instituto da Criança e do Adolescente** **http://icacm.org.br/** **https://www.facebook.com/ica.org2020**	Fundação: 27 de setembro de 1974	Organização da Sociedade Civil	Promoção da assistência social e educação	PSB PSE (medidas socioeducativas)

07	**Associação de Amigos da Criança e do Adolescente de Cândido Mota – PROJAC http://projac.org.br/**	Fundação: 04 de agosto de 2010	Organização da Sociedade Civil Área de esportes	Promover a prática esportiva educacional, o desenvolvimento físico, psicológico e social, de crianças e adolescentes com idade de 06 a 16 anos.	PSB (esporte)
08	**Clube Atlético Estrela - Escolinha de futebol** **https://www.facebook.com/pages/category/Local-Service/Clube-Atl%C3%A9tico-Estrela-285490301660898/ https://historiadofutebol.com/blog/?p=38182**	Fundação: 26 de maio de 1980	Organização da Sociedade Civil Área de esportes	Promove treinos de futebol para crianças e adolescentes.	PSB (esporte)

O município de Campos Novos Paulista conta com uma área territorial de 484,199 km² [2018], a população estimada era de 4.965 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 9,38 hab/km² [2010],o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,9% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,706 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 25,97 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 28.307,64 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Campos Novos Paulista possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Cruzália conta com uma área territorial de 149,330 km² [2018], a população estimada era de 2.073 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 15,26 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,8% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,774 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 43,44 óbitos por mil nascidos vivos [2015], o PIB per

capita era de R$ 31.800,10 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Cruzália possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Echaporã conta com uma área territorial de 515,258 km² [2018], a população estimada era de 6.102 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 12,26 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 98,8% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,745 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 24,69 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 20.518,61 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Echaporã possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Florínea conta com uma área territorial de 22,886 km² [2018], a população estimada era de 2.676 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 12,54 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 96,6% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,713 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 25,00 óbitos por mil nascidos vivos [2015], o PIB per capita era de R$ 43.838,84 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Florínea possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Ibirarema conta com uma área territorial de 228,230 km² [2018], a população estimada era de 7.753 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 29,45 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,4% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,708 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 29,85 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per

capita era de R$ 47.003,22 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Ibirarema possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Possui 01 (uma) entidade assistencial privada que atende a crianças e adolescentes.

Tabela 3. Entidades assistenciais privadas de Ibirarema que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**A Associação Comunitária em prol das crianças e adolescentes de Ibirarema "Águia Jovem"**	Fundação: 17 de março de 2003	Organização da Sociedade Civil Área de esportes	Programas voltados ao atendimento de crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, em situação de vulnerabilidade social, através de atendimento sócio-educativo.	PSB

O município de Iepê conta com uma área territorial de 594,974 km² [2018], a população estimada era de 8.159 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 12,81 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,9 % [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,736 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 19,42 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 30.175,51 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Iepê possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida . Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de João Ramalho conta com uma área territorial de 414,452 km² [2018], a população estimada era de 4.523 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 99,9 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 99,4% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,741 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 16,13 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per

capita era de R$ 35.767,38 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de João Ramalho possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Lutécia conta com uma área territorial de 475,226 km² [2018], a população estimada era de 2.649 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 5,71 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 93,7% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,720 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 23,26 óbitos por mil nascidos vivos [2014], o PIB per capita era de R$ 32.273,06 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Lutécia possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Maracaí conta com uma área territorial de 533,498 km² [2018], a população estimada era de 14.002 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 24,97 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 98,3% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,771 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 18,87 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 36.926,11[2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Maracaí possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Nantes conta com uma área territorial de 286,647 km² [2018], a população estimada era de 3.141 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 9,46 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 98,7% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,714 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 20,41 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per

capita era de R$ 31.673,75[2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Nantes possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Ocauçu conta com uma área territorial de 301,036 km² [2018], a população estimada era de 4.286 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 13,86 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,7% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,717 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 14,08 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 22.459,31[2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Ocauçu possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Oscar Bressane conta com uma área territorial de 222,139 km² [2018], a população estimada era de 2.603 pessoas [2019], a densidade demografia era de 11,46 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 96,7% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,749 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 43,48 óbitos por mil nascidos vivos [2016], o PIB per capita era de R$ 32.076,14 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Oscar Bressane possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Palmital conta com uma área territorial de 548,407 km² [2018], a população estimada era de 22.221 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 38,67 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,2% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,746 [2010],

o índice de mortalidade infantil era de 19,16 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 27.670,81[2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Palmital possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Possui 05 (cinco) entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes.

Tabela 4. Entidades assistenciais privadas e públicas de Palmital que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**Associação Palmitalense do Bem Estar do Menor (APABEM)**	Fundação: 28 de julho de 1998	Organização da Sociedade Civil	Capacitação e formação de adolescentes para o mercado de trabalho	PSB
02	**Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE) de Palmital** **http://www.apaepalmitalsp.org.br/**	Fundação: 07 de maio de 1984	Organização da Sociedade Civil Filantrópica Clubes de serviço Rotary	Atendimento à crianças e adolescentes com deficiência em parceria com o Rotary	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências
03	**Instituto Bola e Cidadania** **http://www.institutobolaecidadania.org.br/**	Fundação: 2000	Organização da Sociedade Civil Filantropia empresarial	Atua na área esportiva e psicopedagógica desenvolvendo trabalhos de formação física e motora e pedagógica para crianças e adolescentes de 07 a 15 anos.	PSB
04	**Projeto Gota Verde** **Club Feminino para proteção à infância**	Fundação: 16 de dezembro de 1970	Organização da Sociedade Civil Área ambiental	Atende crianças de 5 a 10 anos no contraturno escolar. Fornece alimentação e atividades voltadas a defesa	PSB

	https://www.facebook.com/gotaverdeprojeto/			do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável	
05	**Associação Comunitária em prol das crianças e adolescentes (ACTA) - Tobias de Aguiar** **https://www.facebook.com/acta.ass.comun.tobiasdeaguiar/**	Fundação: 03 de novembro de 2005	Organização da Sociedade Civil Assistencial	Atendimento à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade	PSB

O município de Paraguaçu Paulista conta com uma área territorial de 1.001,492 km² [2018], a população estimada era de a45.703 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 42,22 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 99,4% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,762 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 13,49 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 26,291,19[2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Paraguaçu Paulista possui 03 (três) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Possui 04 (quatro) entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes.

Tabela 5. Entidades assistenciais privadas de Paraguaçu Paulista que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**Associação Luizas de Marillac**	Fundação: 04 de setembro de 1968	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Atendimento de crianças/adolescentes (em contra turno escolar) – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	PSB

02	**Associação de proteção à criança e ao adolescente de Paraguaçu Paulista - "Casa lar - cel. Juventino Pereira"** **http://casalarparaguacu.org.br/**	Fundação: 10 de dezembro de 1958	Organização da Sociedade Civil	Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes e Preparação e Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho	PSE Acolhimento Institucional
03	**Associação de pais e amigos dos excepcionais de Paraguaçu Paulista (APAE)** **http://www.apaeparaguacupaulista.org.br/**	Fundação: 27 de agosto de 1975	Organização da Sociedade Civil Filantrópica Clubes de serviço Rotary	Atendimento à crianças, adolescentes e idosos com deficiência em parceria com o Rotary	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências
04	**Casa Abrigo - Associação comunitária integrada de Paraguaçu Paulista (ACIPP)** **https://www.facebook.com/acippcasaabrigo/**	Fundação: Associação, desde 1977 Casa Abrigo, desde 1993	Organização da Sociedade Civil	Acolhimento Institucional com o objetivo principal de proporcionar a nossas crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, Proteção Integral e garantia dos direitos estabelecidos no ECA	PSE Serviço de proteção social especial de alta complexidade mediante acolhimento institucional para crianças e adolescentes

O município de Pedrinhas Paulista conta com uma área territorial de 152,309 km² [2018], a população estimada era de 3.093 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 12,28 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,3% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,774 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 37,04 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 33.024,83[2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Pedrinhas Paulista possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Possui 01 (uma) entidade assistencial privada que atende a crianças e adolescentes.

Tabela 6. Entidades assistenciais privadas de Pedrinhas Paulista que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**Associação Assistencial Maternidade e Infância – São Domingos Sávio**	Fundação: 24 de setembro de 2005	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Atendimento educacional, de crianças de 0 a 5 anos, na fase de berçário, até a segunda etapa pré-escolar.	PSB Educação Infantil

O município de Platina conta com uma área territorial de 327,480 km² [2018], a população estimada era dea 3.550 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 9,77 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 98,5% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,719 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 21,74 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 22.182,07 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Platina possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Possui 01 (uma) entidade assistencial privada que atende a crianças e adolescentes.

Tabela 7. Entidades assistenciais privadas de Platina que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**Associação de Assistência ao Menor de Platina AMPLA)**	Fundação: 09 de outubro de 1979	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica Educacional Assistencial	Atendimento à crianças de 0 a 5 anos em Educação Infantil e a adolescentes em projeto socioeducativo no contra turno escolar	PSB Educação Infantil

O município de Quatá conta com uma área territorial de 651,341 km² [2018], a população estimada era de 14.109 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 16,68 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 98,7% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,738 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 6,71 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 32.791,62 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Quatá possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Possui 03 (três) entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes.

Tabela 8. Entidades assistenciais privadas de Quatá que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**Lar Espirita Assistencial Irmã Scheila - (LEAIS)**	Fundação: 05 de outubro de 1977	Organização da Sociedade Civil Religiosa Espírita	Prestação de serviços de acolhimento a crianças e adolescentes, na modalidade abrigo de proteção especial de alta complexidade	PSE Acolhimento Institucional
02	**Centro Comunitário Padre Alfeu Picardi**	Fundação: 09 de novembro de 1983	Organização da Sociedade Civil Religiosa Católica	Atendimento à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	PSB
03	**Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE) de Quatá** **http://www.apaeq**	Fundação: 28 de junho de 1997	Organização da Sociedade Civil Filantrópica Clubes de	Atendimento à crianças e adolescentes com deficiência	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências

	uata.org.br/		Serviço Rotary		

O município de Rancharia conta com uma área territorial de 1.587,498 km² [2018], a população estimada era de 29.707 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 18,14 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 97,5% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,751 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 22,96 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 38.668,19 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Rancharia possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Possui 05 (cinco) entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes.

Tabela 9. Entidades assistenciais privadas de Rancharia que atendem a crianças e adolescentes

Nº	**ENTIDADE ASSISTENCIAL**	**Data de fundação**	**Orientação**	**Projeto desenvolvido**	**Nível de Proteção Social**
01	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Rancharia**	Fundação: 28 de setembro de 1984	Organização da Sociedade Civil Filantrópica Clubes de serviço Rotary	Atendimento especializado à crianças, adolescentes com deficiência em parceria com o Rotary	Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiências
02	**Associação de Proteção à Criança e Adolescente de Rancharia (APROCAR)**	Fundação: 09 de março de 2001	Organização da Sociedade Civil	Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes conforme o ECA	PSE Acolhimento Institucional

03	**APRATA - Associação Pró-Rancharienses de Apoio ao Trabalho do Adolescente** **Antiga Casa dos Pedrinhos Orfanato masculino** **http://www.aprata.com.br/**	Fundação: 03 de novembro de 2005	Organização da Sociedade Civil Filantrópica Clubes de Serviço Rotary Club	Ações socioeducativas, através de cursos profissionalizantes para Jovem Aprendiz, atende cerca de 300 adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	PSB
04	**Creche Berçário Espirita de Rancharia 'Amélia Teixeira Lins" https://www.facebook.com/CrecheAmeliaLins/**	Fundação: 06 de outubro de 1971	Organização da Sociedade Civil Religiosa Espírita	Atende crianças do Berçário até a 2ª Etapa da Educação Infantil	PSB Educação Infantil
05	**Lar Francisco Franco** **Antiga Casa das Meninas Orfanato feminino**	Fundação: 15 de outubro de 1970	Organização da Sociedade Civil Religiosa Espírita	Atendimento cerca de 400 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade	PSB

O município de Santa Cruz do Rio Pardo conta com uma área territorial de 1.114,747 km² [2018], a população estimada era de 47.673 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 39,44 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 era de anos 96,3% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,762 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 9,04 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 42.021,86 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Santa Cruz do Rio Pardo possui 02 (dois) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Possui 05 (cinco) entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes.

Tabela 10. Entidades assistenciais privadas de Santa Cruz do Rio Pardo que atendem a crianças e adolescentes

Nº	ENTIDADE ASSISTENCIAL	Data de fundação	Orientação	Projeto desenvolvido	Nível de Proteção Social
01	**Associação Companhia da Ginga Esporte, Lazer e Cultura (**ACOGELC)	Fundação: 15 de maio de 2007	Organização da Sociedade Civil Esportiva	Projetos de esporte cultura e lazer para crianças e adolescentes	PSB
02	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Santa Cruz do Rio Pardo** **http://www.apaesantacruzdoriopardo.org.br/**	Fundação: 13 de fevereiro de 1974	Organização da Sociedade Civil Filantrópica Clubes de serviço Rotary	Atendimento à crianças, adolescentes com deficiência em parceria com o Rotary	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências
03	**Associação dos Deficientes Físicos Santa Cruzense (ADEFIS)** **https://www.facebook.com/adefis.santacruz**	Fundação: 11 de novembro de 1991	Organização da Sociedade Civil	Atendimento à crianças, adolescentes com deficiência física	Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiências
04	**Educandário O Lar da Criança** **https://www.facebook.com/pages/Educandario-O-Lar-da-Crianca/1123212321056130**	Fundação: 06 de agosto de 1971	Organização da Sociedade Civil	Acolhimento de Crianças e Adolescentes desamparadas em regime de internato	PSE Acolhimento Institucional
05	**Lar da Criança Fermino Magnani** **https://www.facebook.com/pages/Lar-da-Crian%C3%A7a-Fermino-Magnani/1112122**	Fundação: 01 de março de 1970	Organização da Sociedade Civil	Atendimento à crianças de 0 a 5 anos, em sistema de creche e educação infantil	PSB Educação Infantil

	48963868 **https://www.debatenews.com.br/2019/06/16/creche-fermino-magnani-funciona-ha-quase-60-anos/**				

O município de Taciba conta com uma área territorial de 607,267 km² [2018], a população estimada era de 6.285 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 9,41 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 99,3% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,723 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 12,35 óbitos por mil nascidos vivos [2016], o PIB per capita era de R$ 21.170,25 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Taciba possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e não possui Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

O município de Tarumã conta com uma área territorial de 302,913 km² [2018], a população estimada era de 15.000 pessoas [2019], a densidade demográfica era de 42,50 hab/km² [2010], o nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos era de 99% [2010], o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,753 [2010], o índice de mortalidade infantil era de 15,35 óbitos por mil nascidos vivos [2017], o PIB per capita era de R$ 78.512,45 [2016].

Com relação à Rede socioassistencial, o município de Tarumã possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 01 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 (um) Conselho Tutelar e 01 (uma) Casa de Acolhida. Não possui nenhuma entidade assistencial privada que atenda a crianças e adolescentes.

As informações referentes ao território pesquisado demonstam a configuração da região no campo das políticas políticas públicas sociais destinadas à crianças e adolescentes e indica o estado atual da presença/ausência de estabelecimentos e entidades assistenciais. Além disso, busca apresentar o perfil dos municípios que compõem a área de abrangência do estudo, trazendo informações relevantes para compreensão da dinâmica territorial,

considerando-se aspectos de desenvolvimento humano e social.

Na Tabela 11, apresentamos as informações sistematizadas, referentes aos índices de desenvolvimento social, humano, nível de escolarização e mortalidade infantil no território pesquisado:

Tabela 11: Informações sobre os índices de desenvolvimento dos municípios do território do Vale do Paranapanema

Índices de desenvolvimento dos municípios do território do Vale do Paranapanema				
Municípios	**Produto interno bruto (PIB) per capita**	**Nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14**	**Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)**	**Índice de mortalidade infantil**
Assis	R$ 27.921,64	98,9%	0,805	7,69
Borá	R$ 100.029,91	94,6%	0,746	0
Candido Mota	R$ 29.350,05	98,2%	0,747	14,84
Campos Novos Paulista	R$ 28.307,64	97,9%	0,706	25,97
Cruzália	R$ 31.800,10	97,8%	0,774	43,44
Echaporã	R$ 20.518,61	98,8%	0,745	24,69
Florínea	R$ 43.838,84	96,6%	0,713	25,00
Ibirarema	R$ 43.003,22	97,4%	0,708	29,85
Iepê	R$ 30.175,51	97,9%	0,736	19,42
João Ramalho	R$ 35.767,38	99,4%	0,741	16,13
Lutécia	R$ 32.273,06	93,7%	0,720	23,26
Maracaí	R$ 36.916,11	98,3%	0,771	18,87
Nantes	R$ 31.673,75	98,7%	0,714	20,41
Ocauçu	R$ 22.459,31	97,7%	0,717	14,08
Oscar Bressane	R$ 32.076,14	96,7%	0,749	43,48
Palmital	R$ 27.670,81	97,2%	0,746	16,16
Paraguaçu	R$ 26.291,19	99,4%	0,762	13,49
Pedrinhas Paulista	R$ 33.024,83	97,3%	0,77	37,04
Platina	R$ 22.182,07	98,5%	0,719	21,74
Quatá	R$ 32.791,62	98,7%	0,738	6,71
Rancharia	R$ 38.668,19	97,5%	0,751	22,96
Santa Cruz do Rio Pardo	R$ 42.021,86	96,3%	0,762	9,04
Taciba	R$ 21.170,25	99,3%	0,723	12,35
Tarumã	R$ 78.512,45	99%	0,753	15,35
Estado de São Paulo	R$ 50.264,71	96%	0,783	10,9
Brasil	R$ 35.172,00	97,2%	0,762	12,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Produto Interno Bruto (PIB) per capita (2016); Nível de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos (2010); Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) (2010); Índice de mortalidade infantil (2017)

Comparando as informações dos 24 (vinte e quatro) municípios que integram o território do Vale do Paranapanema, conforme a Tabela 11, percebemos que apresentam índices semelhantes aos indicadores do Estado de São Paulo quanto dos nacionais. Com relação ao Produto interno Bruto (PIB) per capita, índice que mensura o valor médio agregado por habitante com relação a um conjunto de setores da economia, considerando os preços praticados no mercado, além de bens e serviços produzidos, a média do PIB dos municípios da região está entre as médias estadual e nacional, sendo o valor de R$ 50.264,00, no Estado de São Paulo e no Brasil, o valor de de R$ 35,172,00. Apenas os municípios de Borá (R$ 100.029,91) e Tarumã (R$ 78.512,45) contam com um PIB superior às médias do Estado e Brasil e o município de Echaporã (R$ 20.518,61) tem o menor PIB da região. Se compararmos com as médias estadual e nacional, a região não se caracteriza como sendo de extrema pobreza, conforme os dados estatísticos disponíveis.

Referente aos níveis de escolarização de crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos na região, oscilam entre 93,7% (Lutécia) e 99,4% (Paraguaçu Paulista e João Ramalho), ficando na média dos níveis do Estado de São Paulo (96%) e do Brasil (97,2%). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Estado de São Paulo apresenta 0,783, o Brasil 0,762 e a região do Vale do Paranapanema está entre 0,706 (Campos Novos Paulista) e 0,805 (Assis). No que se refere ao índice de mortalidade infantil, na região existe uma diferença significativa entre os municípios , onde o menor índice é de Borá (0) e o maior de Oscar Bressane (43,48), sabendo-se que em São Paulo é de 10,9 e no Brasil de 12,8 óbitos por mil nascidos vivos.

4.1.3. Analisando e discutindo as informações levantadas sobre Rede Socioassistencial composta por equipamentos e entidades na região do Vale do Paranapanema

Fazendo uma análise geral das informações obtidas quanto aos equipamentos e entidades que integram a Rede Socioassistencial regional, observamos que todos os municípios possuem Conselhos Tutelares e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); apenas 07 (sete), dentre os 24 (vinte e quatro) municípios possuem Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e somente 11 (onze) possuem Casa de Acolhida instalada e em funcionamento e apenas 10 (dez) destes municípios possuem entidades assistenciais privadas que atendem a crianças e adolescentes, perfazendo ao todo 52 (cinquenta e duas) entidades assistenciais privadas na região, além dos estabelecimentos e equipamentos públicos.

Na Tabela 12 apresentamos as informações quantitativas referentes à configuração da Rede Socioassistencial na região do Vale do Paranapanema:

Tabela 12. Rede Socioassitencial da região do Vale do Paranapanema: equipamentos e entidades públicas e privadas de atendimento à criança e ao adolescente

Rede Socioassitencial das entidades públicas e privada de atendimento à crianças e adolescentes do Vale do Paranapanema							
Municípios	**CRAS**	**CREAS**	**CT**	**CMDCA**	**Casa de Acolhimento institucional**	**Entidades Assistenciais Públicas**	**Entidades Assistenciais Privadas**
Assis	04	01	01	01	01	0	19
Borá	01	0	01	01	0	0	0
Candido Mota	01	01	01	01	01	0	08
Campos Novos Paulista	01	0	01	01	01	0	0
Cruzália	01	0	01	01	0	0	0
Echaporã	01	0	01	01	0	0	0
Florínea	01	0	01	01	0	0	0
Ibirarema	01	0	01	01	01	0	01
Iepê	01	0	01	01	01	0	0
João Ramalho	01	0	01	01	0	0	0
Lutécia	01	0	01	01	0	0	0
Maracaí	01	0	01	01	01	0	0
Nantes	01	0	01	01	0	0	0
Ocauçu	01	0	01	01	0	0	0
Oscar Bressane	01	0	01	01	0	0	0
Palmital	01	01	01	01	0	0	05
Paraguaçu	03	01	01	01	01	0	04
Pedrinhas Paulista	01	0	01	01	0	0	01
Platina	01	0	01	01	0	0	01
Quatá	01	0	01	01	01	0	03
Rancharia	01	01	01	01	01	0	05
Santa Cruz do Rio Pardo	02	01	01	01	01	0	05
Taciba	01	0	01	01	0	0	0
Tarumã	01	01	01	01	01	0	0
TOTAIS - 24	**30**	**07**	**24**	**24**	**11**	**0**	**52**

Legenda: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar (CT), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Após a realização da pesquisa de levantamento de informações sobre os equipamentos e as entidades públicas existentes nos municípios da região do Vale do Paranapanema, mantidas pelas Prefeituras, tais como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os Conselhos Tutelares e CMDCA, Casas de Acolhimento institucional, observamos que uma importante

característica regional também é a presença de diversas entidades assistenciais privadas, tanto aquelas de orientação religiosa (católicas, evangélicas ou espíritas), quanto várias outras mantidas por clubes de serviços (Rotary Clube, Lions Clube, Maçonaria) que seriam compostos por empresários, sob a figura da filantropia empresarial. Não há nenhuma entidade assistencial mantida pelo poder público que realize o atendimento assistencial no contraturno escolar nos 24 municípios, excetuando possíveis projetos pontuais de atendimento[12].

Visando caracterizar a localização paradigmática das entidades assistenciais privadas, na Tabela 13 apresentamos as informações quantitativas referentes à orientação geral das entidades assistenciais privadas da Rede Socioassistencial de atendimento à criança e ao adolescente na região do Vale do Paranapanema:

Tabela 13. Orientação geral das entidades assistencias privadas de atendimento à crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema

Orientação geral das entidades de atendimento à crianças e adolescentes do Vale do Paranapanema							
Municípios	**Católica**	**Espírita**	**Evangélica**	**Clubes de serviços**	**Empresariais**	**Esportivas**	**Outras[13]**
Assis	06	03	03	02	03	0	02
Borá	0	0	0	0	0	0	0
Cândido Mota	03	0	01	01	0	02	01
Campos Novos Paulista	0	0	0	0	0	0	0
Cruzália	0	0	0	0	0	0	0
Echaporã	0	0	0	0	0	0	0
Florínea	0	0	0	0	0	0	0
Ibirarema	0	0	0	0	0	01	0
Iepê	0	0	0	0	0	0	0
João Ramalho	0	0	0	0	0	0	0
Lutécia	0	0	0	0	0	0	0
Maracaí	0	0	0	0	0	0	0
Nantes	0	0	0	0	0	0	0

[12] Benelli (2016b) ao caracterizar as perspectivas contemporâneas quanto ao atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes descreveu como são e de que modo funcionam as entidades assistenciais públicas mantidas pelo governo da prefeitura municipal, analisando seus impasses. Rogone (2006, p. 131) também apresenta um exemplo de uma entidade assistencial pública municipal e suas demandas para os psicólogos. Não consideramos que apenas por serem criadas, organizadas e mantidas pelo poder público municipal as entidades assistenciais superariam automaticamente as possibilidades paradigmáticas mais conservadoras da caridade, da promoção humana e da filantropia, tal como mapeadas por Benelli (2014a). Entidades assistenciais públicas podem ser organizadas pela lógica do clientelismo assistencialista, mas também poderiam ser pautadas pelo discurso oficial da política pública para crianças e adolescentes, já incluindo a concepção dos direitos de cidadania. Nesse caso, ainda poderiam ser localizadas como parte dos dispositivos da Sociedade de Segurança.

[13] Criamos essa categoria para incluir as entidades assistenciais privadas sobre as quais que não conseguimos discernir com clareza qual seria sua orientação geral, dadas às dificuldades de obter informações mais precisas. A realização da pesquisa de campo teria ajudado a completar tais lacunas, pois os documentos obtidos nem sempre incluem claramente a perspectiva predominante do modo de funcionamento da entidade assistencial.

Ocauçu	0	0	0	0	0	0	0
Oscar Bressane	0	0	0	0	0	0	0
Palmital	0	0	0	01	01	0	03
Paraguaçu	01	0	0	01	0	0	02
Pedrinhas Paulista	01	0	0	0	0	0	0
Platina	01	0	0	0	0	0	0
Quatá	01	01	0	01	0	0	0
Rancharia	0	02	0	02	0	0	01
Santa Cruz do Rio Pardo	0	0	0	01	0	01	03
Taciba	0	0	0	0	0	0	0
Tarumã	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS - 52	**13**	**06**	**04**	**09**	**04**	**04**	**12**

De acordo com a Tabela 13, quanto à orientação geral das entidades assistenciais presentes no território do Vale do Paranapanema, observamos que a maioria delas tem um caráter religioso (totalizando 23), com maior ênfase para as Católicas (13), seguidas pelas Espíritas (06) e Evangélicas (04). Compõe o cenário, as entidades orientadas por Clubes de Serviços (09), empresariais (04) e esportivas (04) – porém a maioria delas indica o esporte entre as atividades desenvolvidas. Além disso, 12 (doze) entidades assistenciais foram alocadas na categoria outras, devido à orientação indefinida, sendo que a maioria delas desenvolve os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e algumas tem orientação cultural ou ambiental.

A Tabela 13 mostra ainda que, dos 24 (vinte e quatro) municípios da região, 14 (quatorze) deles não tem nenhuma entidade assistencial privada. Por hipótese, a maioria destes municípios que não têm o CREAS instalado possuem apenas o CRAS e este equipamento acaba absorvendo todas as demandas sociais do município, atendendo desde as questões da Proteção Social Básica (PSB), até as demandas de Proteção Social Especial (PSE). Essa situação prejudica tanto o atendimento – que fica comprometido pela alta demanda de casos –, quanto as equipes que ficam sobrecarregadas de trabalho e de infinitas demandas do cotidiano institucional, além de não contarem com entidades assistenciais para as quais encaminhar alguns casos específicos. Por outro lado, algumas entidades presentes no território acabam desenvolvendo atividades que estão sob a prerrogariva da PSB e da PSE, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, aplicação de medidas socioeducativas e serviço de acolhimento institucional.

As informações referentes à data de fundação das entidades privadas na região do Vale do Paranapanema revela que a emergência da maioria delas remonta à década de 1970, ainda

orientadas por uma lógica de internação/institucionalização. Por outro lado, identificamos diversas entidades que emergiram a partir da década de 1990, assumindo uma nova perspectiva assistencial, com uma dinâmica de atendimento à crianças e adolescentes já operando na modalidade de contraturno escolar, mas ainda visando suprir a demanda tipicamente filantrópica que enuncia o discurso sobre a importância de se "tirar as crianças das ruas", tal como também já detectado por Benelli (2014a). Além disso, de acordo com material obtido, o objetivo principal destas entidades consistiria na formação dos cidadãos, disponibilizando-lhes instrução e preparação para o trabalho, com base tanto em princípios morais conservadores e também em valores cristãos tradicionais. Sua lógica predominante parece visar o adestramento de corpos infantis e adolescentes para que sejam dóceis e úteis no trabalho, tal como caracterizado por Foucault (2014) quanto à dinâmica dos estabelecimentos disciplinares.

Traçando um panorama regional, marcado pela presença, bem como pela ausência de entidades públicas e privadas na região do Vale do Paranapanema, podemos notar que o território apresenta um nível problemático e bastante incipiente quanto à implantação de políticas públicas de atendimento para crianças e adolescentes, se considerarmos, por um lado a grade analítica e paradigmática formalizada por Benelli (2014a) e as diferentes características e dinâmicas próprias da Soberania, da Disciplina e da Segurança, tal como postuladas por Foucault (2014, 2008). O predomínio absoluto dos estabelecimentos assistenciais privados de orientação religiosa e/ou dirigidos pelos clubes de serviço, sob a perspectiva da filantropia empresarial quanto ao atendimento à criança e ao adolescente revela que os municípios não estão assumindo como parte de suas atribuições, criar e manter estabelecimentos públicos para atender crianças e adolecentes. Eles parecerem se limitar às velhas parcerias entre setor público e privado, reeditando a lógica convenial.

O ECA (BRASIL, 1990) e o SUAS (BRASIL, 2005), do ponto de vista discursivo, já estariam pautados pelas possibilidades da Sociedade Disciplinar, rumando para a de Segurança. Tanto a política nacional para crianças e adolescentes quanto a política nacional de Assistência Social representariam importantes reordenamentos jurídicos e institucionais, teóricos e práticos, éticos e políticos para os municípios brasileiros, com base nas noções de Proteção Integral e de Proteção Social. A região do Vale do Paranapanema parece estar resistindo à esse processo histórico, mantendo práticas filantrópicas mais tradicionais, apesar dos novos discursos oficiais arrojados enunciados pelos organismos estatais. Nisso ela acompanharia as possibilidades de orientação política do Estado de São Paulo, de feições

tradicionais e conservadoras.

O território pesquisado conta com uma Rede Socioassistencial frágil, ainda bem distante do horizonte ético e político já presente nas normativas legais de atendimento à crianças e adolescentes. A presença maciça de Conselhos Tutelares em todos os municípios pesquisados demonstra que um dos eixos específicos que visaria a garantia de direitos está instituído na região, conforme preconiza o ECA, garantindo o atendimento à crianças e adolescentes com os direitos ameaçados ou violados. As características, possibilidades e limites de alguns desses Conselhos Tutelares da região já foram pesquisados (SILVA, 2008; LEMOS, 2003, 2015b).

O século XX foi uma época marcada pela criação de muitas entidades de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, muitas delas em regime de internato, de acordo com o modelo clássico do orfanato. A promulgação do ECA (BRASIL, 1990) representou o fim desses estabelecimentos de internação clássicos, que foram substituídos por estabelecimentos de abrigamento e acolhimento institucional. No território pesquisado, apenas 11 (onze) dos municípios contam com Casa de Acolhida instalada, sendo que os demais municípios acabam estabelecendo convênios com outros municípios, garantindo vagas em estabelecimentos de acolhimento institucional que necessitarem para suas crianças e adolescentes. A instalação dos CRAS também se consolidou em todos os municípios da região, seguindo os protodolos preconizados pelo SUAS, no entanto seu funcionamento encontra muitas dificuldades que parecem típicas do território nacional (BRASIL, 2008).

Os CREAS, no entanto, foram instalados em apenas 10 (dez) dos municípios investigados, sendo que as atribuições deste estabelecimento assistencial, ausente em muitos dos municípios, acabam sendo incorporadas pelas equipes dos CRAS de cada território de referência.

Predomina na região uma vasta quantidade de entidades assistenciais privadas, que prestam atendimentos diversos às crianças e adolescentes, somando-se aos estabelecimentos públicos ou, em alguns casos, também desenvolvendo ações que seriam de responsabilidade destes últimos. Podemos problematizar a emergência destas entidades, bem como das demais instâncias de atendimento à infância e juventude no território pesquisado, procurando contextualizá-las no atual extrato histórico.

A emergência das entidades assistenciais na região do Vale do Paranapanema reflete os muitos impasses envolvidos no processo e na transição quanto a forma de atendimento oferecido às crianças e adolescentes. Houve um perído no qual predominou o modelo

institucional de orfanatos ou internatos, que possuíam características próprias da Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 2014), incluindo a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Tanto as crianças e adolescentes atendidos quanto as equipes de trabalho ficavam o tempo todo fechadas nesses estabelecimentos. Os orfanatos surgiram com o objetivo de cuidar das crianças em perigo e os institutos disciplinares com a intenção de tratar as crianças perigosas (SILVA, 2020). Basicamente, esta perspectiva de atenção se baseava no controle sobre o corpo dos sujeitos, própria das tecnologias disciplinares tal como escrito por Foucault (2014).

> Esse modo de exercer o poder ainda se estende por sobre toda a sociedade, assumindo formas institucionais e mesmo corporais concretas de técnicas de dominação. Entretanto, este poder não está ali, no Estado, mas no próprio tecido social, atingindo aquilo que é o mais concreto na vida de um indivíduo - seu corpo. Este poder atravessa esse corpo, estruturando o como meio e fim, com um detalhamento tão minucioso que alcança-o até no nível dos gestos, das atitudes, dos comportamentos, dos modos de falar, de estar, de ser (BOAS, 2002, p. 78).

A partir da implantação do SUAS, o atendimento à crianças e adolescentes também passou a ser realizado por seus equipamentos específicos tais como o CRAS e o CREAS. O CRAS, ficou responsável pela oferta de serviços, programas e projetos na área de prevenção e fortalecimento de vínculos e os CREAS deveriam atender às demandas específicas relacionadas às questões de violação de direitos, rompimento de vínculos, medidas socioeducativas e situações de vulnerabilidade instalada. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizado pelos CRAS se apresenta como uma proposta pedagógico terapêutica, fundamentada pelos discursos da proteção e prevenção das chamadas situações de vulnerabilidade. A própria instalação destes equipamentos segue a lógica de controle das populações pobres, uma vez que normalmente são instituídos em territórios consideradao de maior vulnerabilidade, dentro de cada município.

Mesmo após a implantação do SUAS e seus equipamentos, a maioria das entidades assistenciais privadas deram continuidade aos seus trabalhos, procurando ajustar-se ao momento histórico e social e às novas demandas impostas pela sociedade. Com o advento do ECA, muitas destas entidades assistenciais passaram a realizar atendimentos apenas durante o dia, desenvolvendo atividades com crianças e adolescentes no contraturno escolar, em regime aberto.

Algumas entidades, visando atender uma demanda emergente neste cenário, estando

devidamente inscritas e certificadas pelo CMDCA e pelo CMAS, começaram a realizar convênios com as prefeituras municipais, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, e passaram a ser referência no desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Esta transformação no formato dos atendimentos e práticas desenvolvidas nestas entidades reflete também uma transição discursiva e prática na qual este "novo" modelo se apresenta sob a égide da Sociedade de Segurança (FOUCAULT, 2008). Dessa forma, as crianças, adolescentes e suas famílias passaram a ser controlados em meio aberto, nos territórios, a partir do governo de suas condutas, por meio de práticas de normalização e moralização dos sujeitos e da modulação de seus comportamentos, denotando uma perspectiva pedagógica, socializadora e psicólogica, para além do viés puramente punitivo.

4.2. Análises dos Planos Municipais e dos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais

Solicitamos os Planos Municipais de Assistência Social para as Secretarias Municipais de Assistência Social, via endereço eletrônico, sendo que encaminhamos o Ofício de Solicitação dos documentos, bem como a Carta de Apresentação da Pesquisa. Posteriormente, realizamos contato telefônico com todos os municípios do território do CIVAP. Mesmo assim, como resultados recebemos apenas 04 (quatro) Planos Municipais de Assistência Social, dos 24 (vinte e quatro) solicitados, totalizando aproximadamente 5% (cinco por cento) da amostra.

Consideramos também algumas hipóteses para o não encaminhamento do material solicitado, muitas delas levantadas durante os contatos realizados via telefone: alguns municípios realmente não têm um Plano Municipal de Assistência Social formalizado, outros municípios teriam o documento, mas alegaram que estaria incompleto ou desatualizado e não quiseram disponibiliza-lo; algumas Secretárias da pasta da Assistência Social de certos municípios não receberam permissão para enviá-los e outros ainda se recusaram a enviar os documentos solicitados, sem mais. Por hipótese, em certos casos, pensamos que muitos municípios preferiram não apresentar seus Planos Municipais de Assistência Social, por receio de exporem suas fragilidades e também por causa da análise que seria realizada.

Com relação aos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais Privadas que solicitamos, fomos atendidas e recebemos os 04 (quatro) Planos. Um diferencial que podemos considerar é que neste caso, apesar das dificuldades, conseguimos realizar visitas em todas

essas entidades, apresentando o escopo da pesquisa e solicitando o envio dos documentos.

Procuramos obter e analisar documentos oficiais dos municípios e também das entidades assistenciais. O documento que estabelece as normativas institucionais para o trabalho das Secretarias Municipais na esfera municipal são os Planos Municipais de Assistência Social (PMAS). Já o funcionamento dos estabelecimentos assistenciais normalmente estão descritos nos Planos de Trabalho. Não é incomum que tais documentos apresentem fragilidades em sua elaboração, sistematização e operacionalização:

> O "Plano de trabalho" elaborado pelos dirigentes das entidades tende a se reduzir a um projeto pedagógico muito incipiente e a um instrumento burocrático para exibir para as autoridades ou para conseguir financiamento. O "Plano de trabalho" não é produzido por várias pessoas e tampouco precisa ser conhecido e aplicado concretamente, não superando muitas vezes a função de justificativa retórica para a existência e funcionamento das entidades. E em geral se trata de um funcionamento disciplinar que dispensa grandes teorizações, exibindo o pragmatismo possibilita que parece reinar soberano no cotidiano institucional das entidades (BENELLI, 2014a, p. 83).

Nascimento et al. (2015), pesquisaram por meio de documentos relacionados à política pública para crianças e adolescentes – especialmente a Constituição Federal, o ECA e suas leis complementares – o sentido do termo "proteção" , analisando-o, de acordo as relações saber-poder de Foucault e o conceito de situação analisadora da Análise Institucional. Para tanto, conceituaram alguns analisadores institucionais específicos, a saber: analisador família (desmistificando o lugar de cuidado); analisador controle (lógicas de controle e vigilância) analisador teorias de desenvolvimento (teorias do desenvolvimento, noção de risco e vulnerabilidade) e analisador especialismo (discurso médico, psicológico, pedagógico, baseado nos especialismos científicos). O analisador controle ganhou destaque por oferecer elementos que mostram que a noção de risco e vulnerabilidade – direcionada ao controle de uma camada específica da população infanto juvenil, caracterizada pela pobreza e exclusão – estariam pautadas em mecanismos de saber poder, envoltos pela lógica da proteção, enquanto prática discursiva.

Benelli (2014a), investigou as entidades socioeducativas que atendem crianças e adolescentes e buscou mapear quais seriam os significantes predominantemente encontrados nos planos de trabalho das entidades assistenciais inscritas e certificadas que constavam nos arquivos dos conselhos municipais (CMDCA e CMAS). Elencou as atribuições das entidades, qual era seu escopo de atuação, objetivos, visão de família, metodologia de trabalho, principais projetos e programas desenvolvidos e metas institucionais. Conceituou também

alguns pressupostos teóricos e técnicos presentes nos discusos dos profissionais, bem como os possíveis efeitos éticos de suas práticas, relacionados ao impacto do atravessamento das práticas institucionais na história de vida da população atendida.

Benelli e Costa-Rosa (2013) apresentaram uma importante discussão sobre dispositivos institucionais, de caráter filantrópico e socioeducativos que encontraram operando no campo da Assistência Social. Traçaram um panorama acerca da produção de subjetividades efetivada por meio desses dispositivos que também produzem a realidade social de crianças e adolescentes atendidas, conceituando modelos de atenção e paradigmas diversos. Discutiram a interface entre a Psicologia e a Assistência Social, na implementação de políticas públicas sociais. Mapearam a política da Assistência Social como campo de análise e intervenção, a partir dos pressupostos da Análise Institucional e caracterizam o modo filantrópico e o modo socioeducativo, que representariam prespectivas paradigmáticas distintas e antagônicas, mas que em muitos momentos se entrecruzam, no cotidiano concreto de trabalho das entidades assistenciais.

Segundo Benelli e Costa-Rosa (2013), o modo filantrópico seria aquele que visaria primordialmente promover uma integração subordinada dos indivíduos pobres no sistema social. O modo filantrópico como organizador das práticas, dos saberes e dos poderes no campo da Assistência Social corresponde a uma entidade assistencial que se organiza a partir de uma lógica menorista, ainda articulada por um discurso filantrópico autoritário e criminalizante das classes populares, baseada na noção jurídicada "situação irregular" e desenvolvendo práticas preventivas repressivas, correcionais, moralizadoras e essencialmente adaptativas. O modo socioeducativo, corresponderia uma entidade assistencial na qual a Atenção Socioeducativa estaria organizada a partir da lógica dos direitos de cidadania, que se articularia num discurso crítico, dialético e politizado, baseando-se na noção jurídica de proteção integral e desenvolvendo práticas institucionais educativas populares e emancipadoras.

Em nossa pesquisa sobre a situação da política para crianças e adolescentes na região do Vale do Paranapanema, realizamos uma análise da documentação coletada pautados pelo referencial genealógico e também por outros interlocutores pertinentes tais como Nascimento et. al (2015), Benelli (2014a) e Benelli e Costa-Rosa (2013). Na análise dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS) e dos Planos de Trabalho das entidades assistencias (PTEA), identificando alguns *Enunciados Analíticos* típicos, a partir dos discursos, práticas, palavras e termos mais significativos e recorrentes identificados nesses documentos.

Pesquisando estes estabelecimentos institucionais públicos e privados, esperamos poder caracterizar as atribuições e competências das entidades assistenciais, compreender suas singularidades e seu modo de funcionamento, além de fornecer uma melhor compreensão das práticas que vem sendo engendradas nestes contextos institucionais.

4.2.1. Análises dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS)

A análise dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS) foi fundamentada nos documentos recebidos pelas Secretarias Munipais de Assistência Social que apresentam particularidades e singularidades específicas. Alguns municípios nos encaminharam os documentos escritos, outros documentos foram enviados em forma de planilhas, extraídas de plataforma PMASweb, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Desta forma, apresentamos uma análise da documentação, baseada nos seguintes *Enunciados Analíticos: Características institucionais, População atendida e Equipe multidisciplinar*, referentes aos principais termos, palavras e conceitos encontrados nos projetos desenvolvidos para crianças e adolescentes, foco da presente pesquisa. Optamos por não apresentar fragmentos extraídos dos documentos, devido a repetição de algumas informações, dada a formatação desses formulários padronizados.

Quanto às *Características Institucionais*, apresentamos os principais termos que indicariam as premissas supostamente orientadoras dos serviços ofertados para crianças e adolescentes, registrados nos documentos pesquisados: Convivência – 74 ocorrências; Fortalecimento de vínculos – 35 ocorrências; Proteção social básica – 13 ocorrências; Proteção Social Especial – 16 ocorrências; Proteger (Proteção, protetivo) – 109 ocorrências; Prevenir (Prevenção, preventivo [a]) – 46 ocorrências; Direitos (garantia de direitos, direitos sociais, sujeito de direitos) – 118 ocorrências; Atender (atendimento, atendido) – 253 ocorrências; Acolher (acolhida, acolhimento) – 154 ocorrências; Promover (Promoção) – 107 ocorrências; Assistir (Assistência, assistencial, assistencialista, assistencialismo) – 137 ocorrências; Educar (educação) – 166 ocorrências.

De acordo com as características institucionais relativas aos principais programas e serviços desenvolvidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, destinados à crianças, adolescentes e famílias eles estavam alocados na Proteção Social Básica, de caráter preventivo, com ações realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e na Proteção Social Especial, quanto aos casos de indivíduos que estavam em situações de

violação de direitos e rompimento de vínculos, responsabilidade dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CRAS). Na Proteção Social Básica, desenvolviam o Serviço de Proteção e atenção integral à familia (PAIF), o Programa Primeira Infância no SUAS, o Programa Viva Leite, o Programa Criança Feliz, as Ações estratégicas do Programa de erradicação do Trabalho Infantil e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos. Na Proteção Social Especial, para crianças e adolescentes, desenvolviam o seguintes programas e serviços: o Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); o Serviço de Proteção social à adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, o Serviço de Acohimento institucional e o Serviço de Acolhimento Família acolhedora. Além disso, as Secretarias Municipais de Assistência Social também estabeleciam parcerias com as entidades conveniadas para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (como era o caso de algumas das entidades pesquisadas) e também para execução de Medidas Socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei.

Entendemos que os Planos Municipais de Assistência Social, quanto à sua concepção, tendem a reproduzir o discurso oficial da política pública para crianças e adolescentes e da Assistência Social como políticas de Estado. De acordo com Benelli e Costa-Rosa (2013, p. 288), "O discurso oficial da Assistência Social é profundamente lacunar, parecendo visar mais a produzir efeitos simbólicos que dêem legitimidade ao Estado e ao governo do que a incidir concreta e eficazmente na transformação da realidade". Apesar de seus limites, o paradigma da Assistência Social como política pública pretenderia realizar um reordenamento institucional da assistência desenvolvida pelos munícipios, orientando-as mais pela dimensão do direito do que pela ajuda caridosa, clientelista ou filantrópico preventivista e moralista.

Referente à *População atendida*, identificamos um conjunto de termos que remetem a caracterização do público atendido nos equipamentos e serviços: Criança – 109 ocorrências; Adolescente – 172 ocorrências; Família – 207 ocorrências; Jovem – 66 ocorrências; Menor – nenhuma ocorrência; Risco – 50 ocorrências; Vulnerabilidade – 65 ocorrências, Usuário – 65 ocorrências.

Os documentos revelam que, de forma geral, as SMAS consideravam as crianças, os adolescente e suas famílias como estando em situação de risco e vulnerabilidade como seu público prioritário, porém utilizam sobremaneira o termo "usuário"[14], para identificar aqueles

[14] Benelli (2020b) considera que é comum que os sujeitos sejam nomeados de muitas e diversas formas nos estabelecimentos de atenção à Saúde e também nos da Assistência Social: assistidos, usuários, clientela, público

que utilizam os serviços da política de Assistência Social e dos seus diferentes equipamentos. Trata-se de uma população a ser governada. A governamentalidade (FOUCAULT, 2008) também centrada na população, se constitui por táticas, práticas, instituições e procedimentos diversos de segurança. No campo das políticas públicas para crianças e adolescentes: "torna-se necessário agenciar os dispositivos de saber na concepção de políticas públicas voltadas as famílias mais pobres da sociedade, constituindo todo um novo campo de governamentalidade" (OLIVEIRA, 2015, p. 60).

Oliveira (2015) instrumentalizado pelos conceitos de biopolítica e governamentalidade em Foucault analisou os saberes e fazeres no campo das políticas públicas para crianças e adolescentes. O autor aponta que, segundo Foucault, um conjunto de táticas e dispositivos de gestão da população emergiram a partir do século XII. Os dispositivos disciplinares estariam ocupados em disciplinar, moldar e adestrar o corpo dos indivíduos e transformá-los em corpos dóceis e úteis, por meio dos estabelecimentos fechados. Os dispositivos de segurança já seriam centrados na gestão da população em meio aberto. A biopolítica surge na interface entre estes dois eixos.

> O conceito de governamentalidade é crucial para podermos entender como se deram as articulações entre Estado moderno e as instituições de cunho educativo [...]. Na medida em que não só as instituições educativas para a infância produzem determinados modos de ser sujeito (em relação às crianças, às docentes, mas também às suas mães, pais ou responsáveis), podem-se perceber as articulações entre tais propósitos com a racionalidade política que atravessa a Modernidade (BUJES, 2015, p. 270).

Segundo Oliveira (2015), a Proteção Integral seria o principal paradigma do Estatuto da Criança e do Adolescente, pautado na noção de sujeito de direitos e no imperativo da garantia destes pelo Estado, pela família e pela sociedade. Novos conceitos e enunciados, como situação de vulnerabilidade, adolescente em conflito com a lei, medida socioeducativa, acolhimento institucional, rede de proteção e Conselho Tutelar, também emergem neste contexto. Múltiplas governamentalidades e diversos mecanismos de agenciamento das

---

alvo, clientes, pacientes, doentes, viciados, drogadcitos, delinquentes. "Usuário" também é o "consumidor": há a figura do "usuário de drogas" e também a do "consumidor" de produtos vendidos no mercado. São figuras exemplares e bons produtos da sociedade de consumo. Para Benelli, o sujeito do tratamento, o sujeito que busca atendimento e assistência, é uma pessoa, é um cidadão de direitos na ordem social e pública do Estado, é ainda e fundamentalmente, um indivíduo que porta o inconsciente, tal como postula a psicanálise do campo de Freud e Lacan.

políticas públicas, tais como diagnósticos, mapeamentos, levantamentos, planos, cartilhas, também compõem este cenário.

> Esse processo é acompanhado por um movimento de pluralização das tecnologias sociais e governamentais, a partir de uma rede heterogênea formada por instituições que representam a sociedade civil, que passam a atuar no espaço público como agências reguladoras ou executoras de políticas públicas (OLIVEIRA, 2015, p. 80).

No que se refere à *Equipe multidisciplinar*, os documentos apontam as principais profissões e especialidades presentes na composição do corpo técnico dos estabelecimentos assistenciais, a saber: coordenadores, técnicos, educadores sociais, advogados, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, educador físico, instrutores, monitores, estagiários.

O analisador especialismo, caracterizado por Nascimento et al. (2015), refere-se à valorização das diferentes profissões e dos diversos profissionais especialistas quanto ao desenvolvimento humano e social, e é marcado pelo do discurso científico que inclui normas disciplinares e padrões de modos de vida e de existência considerados corretos. Os documentos das SMAS parecem valorizar os especialistas enquanto detentores do saber que, através de seus discursos de verdade e de suas práticas profissionais, poderiam modular os comportamentos e as condutas dos indivíduos.

A partir da análise desses documentos das SMAS foi possível interrogar as práticas discursivas e não discursivas presentes na área social de atendimento a infância e adolescência e, a partir desta ótica, procurar compreender como os saberes e fazeres que vêm sendo engendrados nestes espaços de atuação e quais ressonâncias emergem no campo das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes no Vale do Paranapanema. Entendemos que a análise destas práticas institucionais poderia fornecer elementos para pensar e redimensionar o atual processo de implantação das políticas públicas sociais para infância e adolescência na região.

Nossas análises confirmaram problematizações apresentadas por pesquisas anteriores. Consideramos que os dispositivos institucionais, as táticas e as práticas dos trabalhadores estariam marcadas pelo discurso da prevenção e da Proteção Social e Integral, revestidos de estratégias normalização, de controle e de normatização dos corpos de crianças e adolescentes sujeitados a serem modulados em suas condutas e formas de existência.

4.2.2. Análises dos Planos de Trabalho das Entidades Assistenciais (PTEA)

A quais estabelecimentos assistenciais nos referimos quanto utilizamos a locução "entidades assistenciais"? Vamos nos pautar pela súmula apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015, p. 17)[15]:

> De acordo com o levantamento da Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos - PEAS 2014-2015, foram identificadas como tal 13.659 Unidades de Prestação de Serviços Socioassistenciais, configurando um amplo conjunto de lares, orfanatos, albergues, asilos, centros de reabilitação, obras sociais diversas, casas de passagem, casas de acolhida, clubes de mães, grupos de apoio, núcleos de orientação, círculos de amigos, entre outras diferentes iniciativas sociais. Trata-se, assim, de um setor caracterizado por imensas diversidade e pluralidade, produto não só das próprias condições locais econômicas, políticas e institucionais em que se estabelece, como também das demandas sociais e necessidades humanas com que se depara e dos tipos de respostas e resoluções que busca oferecer.

As entidades assistenciais pesquisadas foram selecionadas de acordo com critérios específicos de exequibilidade da pesquisa. Buscamos analisar entidades que atendessem crianças e adolescentes no contra turno escolar e que estivessem inseridas em municípios estratégicos, considerando-se a capilaridade da Rede Socioassistencial no território pesquisado. Desta forma, selecionamos 04 (quatro) entidades que se encaixaram nos requisitos propostos e iniciamos os contatos com seus Coordenadores. Posteriormente, realizamos visitas para conhecer cada uma delas, para apresentar os objetivos do estudo, e mediante entrega de Ofício e Carta de Apresentação da Pesquisa, solicitamos que nos encaminhassem, via endereço eletrônico, seus Planos de Trabalho.

Visitamos 04 (quatro) entidades assistenciais e também analisamos os seus Planos de Trabalho: Entidade assistencial privada 1 (EAP1) e Plano de Trabalho da Entidade Assistencial 1 (PTEA1), Entidade assistencial privada 2 (EAP2) e Plano de Trabalho da Entidade Assistencial privada 2 (PTEA2); Entidade assistencial privada 3 (EAP3) e Plano de Trabalho da Entidade Assistencial privada 3 (PTEA3) e Entidade assistencial privada 4 (EAP4) e Plano de Trabalho da Entidade Assistencial 4 (PTEA4).

---

[15] Cf. informações no site: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9021-pesquisa-de-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos.html?=&t=o-que-e. Obtido em 12 de janeiro de 2020.

A Entidade Assistencial Privada 1 (EAP1) é um estabelecimento assistencial de orientação religiosa cristã. Foi fundado por um empresário norte americano que também é pastor de uma igreja evangélica, se encantou com a região e deu início ao projeto assistencial no ano de 2006. O estabelecimento começou de maneira modesta, em um bairro do município, atendendo crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar e a pela antiga Casa Abrigo (atual Casa de Acolhida) para o desenvolvimento da prática de atividades esportivas e de lazer. No ano de 2020 a entidade assistencial atendeu cerca de 1.500 (mil e quinhentas) crianças, distribuídas entre suas 12 (doze) bases de atendimento. Sua estratégia consiste em desenvolver suas atividades utilizando espaços institucionais já disponíveis nos territórios, sem concentrar tudo num estabelecimento sede para o qual viriam as crianças e adolescentes[16]. A entidade funciona como uma rede articuladora de atividades assistenciais em diversas localidades utilizando recursos próprios, sendo que praticamente 90% (noventa por cento) do seu financiamento é oriundo dos Estados Unidos – onde reside seu fundador – captados por meio de eventos tais como jantares beneficentes, eventos e também por sócios mantenedores, que são empresários comprometidos com a manutenção da entidade assistencial. O poder público dos municípios nos quais a entidade está instalada e operando normalmente colabora cedendo o espaço físico para realização das atividades assistenciais, sem nenhuma outra contrapartida financeira para o custeio dos gastos implicados. A equipe conta com uma Diretoria, com uma equipe técnica e com diversos trabalhadores voluntários para o desenvolvimento das ações. O lema do trabalho assistencial desenvolvido pela entidade é: “Cada criança, uma promessa, uma possibilidade”.

A Entidade Assistencial Privada 2 (EAP2) é uma ação de filantropia empresarial que conta com uma sede própria para funcionamento e desenvolvimento de suas atividades. A entidade assistencial privada foi fundada por um empresário. Esse empresário, com o objetivo de desenvolver alguma ação de responsabilidade social[17] em seu município de origem, cedeu

[16] Essa entidade se assemelha bastante a um tipo de empresa contemporânea de feições toyotista, caracterizada por ter número restrito de funcionários remunerados, pela fluidez, agilidade, abstração, flexibilidade e capacidade de adaptação, terceirização, voluntariado, prestação de serviços. As entidades clássicas que se concentram em uma sede fixa, compondo um estabelecimento com seus diversos equipamentos, incluindo ou não outras unidades filiais dispersas pelo território, se assemelham mais a fábrica do modelo fordista: são fixas, lentas, costumam possuir funcionários estáveis, se reproduzem indefinidamente ao longo do tempo, possuem certa dificuldade de se atualizar e de se adaptar a novos processos sociais.

[17] Podemos considerar essa entidade assistencial como uma figura possível do chamado terceiro setor. Benelli (2020b) considera que o terceiro setor, ideologia bastante alinhada com a perspectiva neoliberal, representaria uma versão institucional empresarial que compete e procura recuperar, colonizar e sobrecodificar a política pública de Assistência Social. Há diversos estudos críticos que problematizam o tema do terceiro setor e suas relações com a Assistência Social: Andrade (2014), Barbosa (2003), Barbosa (2006), Brettas (2016), Calegare e Silva Junior (2009), Garcia (2004), Montaño (2007, 2014), Passone (2007) e Yamamoto (2007), dentre outros.

uma área de sua propriedade particular e construiu a sede para o estabelecimento. Trata-se de uma grande e equipada estrutura, que conta com salas para atendimento (psicológico, educacional, inglês, informática), salas da coordenação, sala de enfermagem, cozinha, refeitório, ginásio, salão de jogos, sala de materiais, pátio para brincadeiras, salão de festas com palco e biblioteca. A entidade funcionou durante vários anos com recursos próprios, sendo sempre mantida por seu fundador. Com a crise de 2016, a entidade entrou em declínio e praticamente fechou as portas. Por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal e demais parceiros, a entidade conseguiu reabrir e dar continuidade aos seus trabalhos e, apesar de contar com uma equipe reduzida, chegando a atender uma média de 220 crianças por ano. No entanto, no final de 2019, mesmo após várias tentativas de obter patrocínio por meio de novas parcerias, a entidade fechou definitivamente as portas, por questões financeiras e cortes de recursos, acarretando a impossibilidade de sua manutenção.

A Entidade Assistencial Privada 3 (EAP3) é uma entidade assistencial privada católica, pois atende crianças e adolescentes no contra turno escolar, mas também atende crianças na Educação Infantil. Fundada em 1979, a entidade atendia prioritariamente crianças no antigo regime de creche. A partir de 2011, passou a atender também crianças e adolescentes considerados em situação de vulnerabilidade, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio de uma parceria com a SMAS. O espaço físico com características nitidamente escolares foi reformado e adaptado, a fim de realizar os atendimentos socioeducativos, a partir da divisão de espaços e construção de novas áreas de convivência, tais como sala de informática, sala de artesanato, brinquedoteca e quadra poliesportiva. O público atendido no Projeto Adolescente chegou a atender a 250 (duzentos e cinquenta) participantes, com atividades e ações socioeducativas com enfoque temático nas áreas da Assistência Social, Educação, Cultura, esporte, lazer, recreação, meio ambiente, protagonismo juvenil e outros. Os recursos para manutenção do projeto são oriundos do Programa de Proteção Social Básica.

A Entidade Assistencial Privada 4 (EAP4) foi fundada em 1971 por um frei da Ordem dos Capuchinhos, tendo recebido seu nome como homenagem. Trata-se de uma entidade assistencial clássica de orientação religiosa católica que atende cerca de 450 (quatrocentas e cinquenta) crianças e adolescentes, considerados como estando em situação de vulnerabilidade e risco social. Desenvolve ações socioeducativas no âmbito da Proteção Social Básica, por meio do SCFV familiares e comunitários. O estabelecimento consiste em uma grande estrutura tradicional, composta por prédio administrativo, auditório, salas de aula,

sala de informática, sala de artes, sala de games, biblioteca, refeitório, pátio, casinha de bonecas, parquinho, campo suíço, campo de areia, área de recreação e capela. Os recursos para manutenção da entidade vem de diversas fontes, tais como a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e campanhas beneficentes realizadas pela própria entidade (Campanha de Grãos e Campanha de Doação na conta de água, em parceria com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto).

Apresentamos uma análise dos Planos de Trabalho Entidades Assistenciais (PTEA) que foram identificados com as siglas PTEA1, PTEA2, PTEA3 e PTEA4. Apresentamos também, alguns fragmentos encontrados nos 04 (quatro) PTEAs, com destaque para as práticas discursivas identificadas ao longo dos documentos. Para melhor compreensão do conteúdo dos documentos, criamos alguns *Enunciados Analíticos,* a saber: *Características institucionais, População atendida, Táticas institucionais, Equipe multidisciplinar* e *Perspectiva de sujeito*.

Quanto às *Características Institucionais,* dividimos esse enunciado analítico em dois itens: *natureza* e *objetivos dos estabelecimentos*, respectivamente.

Quanto à *Natureza dos estabelecimentos assistenciais*, procuramos encontrar nos textos dos Planos de Trabalho, discursos que representassem como as entidades se identificam e a que elas se propõem: atender (atendimento, atendido) – 81 ocorrências; acolher (acolhida, acolhimento) – 15 ocorrências; promover (promoção) – 18 ocorrências; assistir (assistência, assistencial, assistencialista, assistencialismo) – 18 ocorrências; educar (educação) – 40 ocorrências.

> *Entidade civil, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado [...] onde se reuniram representantes da comunidade do município e formarem uma Diretoria para a instalação de uma entidade para atendimento à crianças e adolescentes, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social (PTEA1).*
>
> *Entidade de atendimento de crianças e adolescentes em que os pais estão em processo de análise de guarda e ou desacolhimento, ou para o atendimento de crianças que sofreram algum tipo de abuso ou violência, seja verbal, física ou sexual, [...] que atende a faixa etária de 06 aos 16 anos, [...] com atividades esportivas vinculadas a um apoio psicológico, pedagógico e social, com participação direta da comunidade (PTEA2).*
>
> *Uma associação cristã, sem fins lucrativos, reconhecida como utilidade pública no município de Assis, dedicada ao enriquecimento moral,*

> *emocional, acadêmico, físico e espiritual das crianças e jovens brasileiros (PTEA3).*
>
> *Entidade de referência na área da Assistência Social, para o desenvolvimento de ações socioeducativas, visando oferecer proteção social básica para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, oportunizando o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo. Propiciando o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã e ainda contribui para o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como um direito de cidadania. É uma Instituição sem fins lucrativos, mantida por parcerias, convênios e pela comunidade local (PTEA4).*

No que se refere aos *Objetivos dos estabelecimentos,* de acordo com os Planos de Trabalho as entidades pretendem: proteger (proteção, protetivo) – 29 ocorrências; prevenir (prevenção, preventivo[a]) – 07 ocorrências; Garantia de Direitos (sujeito de direitos) – 25 ocorrências; fortalecimento de vínculos – 28 ocorrências.

> *Oferecer o atendimento à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade socioeconômica através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, com objetivo contribuir com a redução da ociosidade das crianças e adolescentes atendidos, promovendo o fortalecimento de vínculos o fortalecimento a rede de proteção social básica e incentivando o protagonismo das famílias; criando condições e oportunidades para os seus direitos fundamentais:- direito a vida, saúde, liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar, educação, esporte, cultura e lazer, oferecidas em um ambiente acolhedor e agradável para ambos os sexos, em horários alternados as aulas regulares, que sejam asseguradas em um todo o benefícios proporcionados para que os mesmos não fiquem na rua, que tenham a oportunidade de ampliação de conhecimentos através das atividades oferecidas de acordo com a faixa etária. As atividades serão pautadas de acordo com o relatório Circunstanciado do Programa de Proteção Social Básica, em experiências lúdicas, culturais e esportivas, proporcionando um espaço de convivência, participação e cidadania, assegurando o respeito, respeitando seus momentos efetivos, cognitivos e sociais, possibilitando aos mesmos expressões, criatividade, diversidade de experiência, cooperação, solidariedade, capacidade de resolver problemas com autonomia e assegurando a construção de sua cidadania (PTEA1).*
>
> *Atuação da faixa etária de 06 a 16 anos, diminuir índices de criminalidade e drogadição e violência doméstica, incentivando o desenvolvimento de todas suas potencialidades, apoio psicológico e pedagógico aliados a atividades esportivas que contribuam para uma vida saudável e combatam o uso de drogas e sedentarismo e auxiliem no desenvolvimento psicomotor e social dos participantes (PTEA2).*
>
> *Desenvolver o caráter dos seus participantes e promover sua dignidade através do desenvolvimento da habilidade de pensar dentro de princípios*

> *sólidos, do desenvolvimento da sua imaginação, do vocabulário, do amor à arte, a literatura e ao esporte num ambiente de alegria, aceitação e amor. (PTEA3).*
>
> *Oferecer o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 06 à 17 anos e 11 meses, no período oposto ao escolar, em situação de vulnerabilidade social, bem como, atendimento à família dos mesmos, através dos grupos socioeducativos (PTEA4).*

Consideramos que a natureza e os objetivos dessas entidades sociassistenciais se caracterizam por estratégias de atendimento, proteção, prevenção, promoção, assistência, acolhimento, garantia de direitos e fortalecimento de vínculos. A partir dessas características institucionais encontradas e de acordo com os fragmentos encontrados nos Planos de Trabalho das entidades socioassistencias, podemos identificar indícios da presença de alguns paradigmas institucionais típicos (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a): caridade, promoção humana, filantropia, clientelismo assistencialista, o discurso oficial da política pública de Assistência Social e a flagrante ausência da perspectiva do sujeito de direitos ou sujeito cidadão. Ainda é possível notar a presença do discurso filantrópico tradicional que tematiza o combate à ociosidade e o perigo das ruas, a diminuição do envolvimento com a criminalidade e drogadição, violência doméstica; as perspectivas de formação do "caráter", a educação em valores tais como a a cooperação e a solidariedade, revelam o acento religioso tradicional e moralista. Também apareceu o nome do SCFV que talvez estaria funcionando como nova versão para as antigas práticas assistenciais.

Quanto à *População atendida*, procuramos identificar nos Planos de Trabalho o perfil dos indivíduos atendidos por essas entidades assistenciais, normalmente denominados de público alvo, a saber: criança – 157 ocorrências; adolescente – 133 ocorrências; família – 94 ocorrências; jovem – 17 ocorrências; menor – 01 ocorrência; risco – 07 ocorrências; vulnerabilidade – 28 ocorrências.

> *Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos de segunda a sexta-feira, com atividades proporcionadas o inverso as aulas regulares do Ensino Fundamental e Médio, com atividades de ações socioeducativas com enfoque temático nas áreas da assistência, educação, cultura, esporte, lazer, recreação, meio ambiente, protagonismo juvenil e outros (PTEA1).*
>
> *Crianças e adolescentes em situação e vulnerabilidade e ou vítimas de violência sexual ou doméstica, ou cumprindo medidas sócio educativas, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Fórum, CREAS e também por familiares dos participantes (PTEA2).*

> *Crianças e jovens que vivem em situações de vulnerabilidade social ou educacional com atendimento aos mesmos, e seus responsáveis, na sua comunidade (PTEA3).*
>
> *Criança e Adolescente de ambos os sexos na Faixa Etária: 06 à 17 anos e 11 meses em regime de Atendimento no Período Oposto ao Escolar (PTEA4).*

Notamos que os termos criança e adolescente têm sido amplamente usado pelas entidades assistenciais, em detrimento do termo menor. O atendimento às famílias também aparece como prioritário nas entidades, a presença da noção de risco e vulnerabilidade marca os documentos de forma singular, caracterizando uma população específica que seria o alvo de uma intervenção institucional. Conforme Foucault, os Dispositivos de Segurança se fazem presentes nestas instâncias, por meio da biopolítica, uma vez que estão promovendo um cerco capilar a uma determinada população visando à regulação da vida de comunidades específicas.

Segundo Carvalho (2015), a invenção da infância como objeto de análise foi necessária para a emergência das táticas de governamentalidade. Neste sentido, a infância passou a ser classificada por processos, ciclos, etapas, limites, caracterizando uma nosoinfância. A infância passou a existir como uma instituição, uma vez que começou a incidir nas estratégias de intervenção, nas políticas governamentais, na formação enquanto cidadãos, na socialização, correção de seus comportamentos.

> Um período da vida em que o ser humano é passivo de todo tipo de condução e cuja capacidade de resistência e tal condução é muito pequena face a todo conjunto de manobra de governamentalidade na qual a infância está sujeita. Desta forma, é preciso entender que o governo da infância não é, em si, nem bom nem ruim (CARVALHO, 2015, p. 28).

No que se refere às *Táticas institucionais,* procuramos identificas as diferentes atividades que as entidades pesquisadas oferecem, de acordo com os Planos de Trabalho: Socioeducativas – 18 ocorrências; dinâmicas de grupo – 15 ocorrências; alimentação (lanche) – 06 ocorrências; inclusão social – 10 ocorrências; educação física – 08 ocorrências; esporte – 26 ocorrências; futsal/futebol – 32 ocorrências; cultura – 33 ocorrências; dança – 21 ocorrências; música – 13; teatro – 02 ocorrências; capoeira – 07 ocorrências; judô – 04 ocorrências; informática – 15 ocorrências; artesanato – 15 ocorrências; cursos profissionalizantes – 03 ocorrências.

> *Desenvolver, oferecer e proporcionar a criança e adolescente de ambos os sexos, de segunda à sexta-feira, em horário inverso as aulas regulares várias aulas diversificadas como; Informática; Musica; Capoeira; Artesanato; Dança; Educação/comemoração; Atendimento a família; Alimentação; Saúde; Recreação; Educação Física (futebol, futsal, vôlei) (PTEA1).*
>
> *Futsal, recreação, judô, vôlei, dança, artesanato, oficina de desenho, música, informática, Palestras e atividades de Cidadania, jogos de raciocínio lógico, atividades pedagógicas e psicológicas, 02 alimentações diárias (PTEA2).*
>
> *Os projetos buscam oferecer para seus participantes uma variedade de oficinas tais como inglês, literatura, artesanato, dança, futebol, basquete, recreação, artes marciais, atividade esportiva motora, ginástica, música, teatro, culinária, reforço escolar, brinquedoteca e literatura, procurando atender as expectativas da comunidade em formar cidadãos que sintam prazer na prática dessas atividades para a inclusão da sua vida em sociedade (PTEA3).*
>
> *Para as crianças de 06 à 11 anos, está previsto também as seguintes atividades / oficina: Oficina de Recreação, lazer e jogos Salas de Apoio, Brinquedoteca, Quadra Poliesportiva, Game, Vídeo, Biblioteca, Fantoche, Reciclagem, Informática (inclusão digital) (PTEA4).*

As entidades normalmente oferecem atividades chamadas de cursos ou oficinas, basicamente centralizadas no que Benelli (2014a, p. 89) denominou como "Tripé Socioeducativo", formado por um conjunto de ações nas áreas de cultura, esporte e trabalho. O esporte é considerado como uma ferramenta capaz de promover transformação social e enquanto um elemento de formação do cidadão. A cultura promoveria o desenvolvimento das atividades cognitivas das crianças, além de contribuir para a melhoria do convívio social e familiar. A educação para o trabalho, por sua vez, aumentaria as chances de empregabilidade para os adolescentes e o trabalho assistencial pretenderia "resgatar" os jovens para o trabalho formal, como alternativa à infracionalidade e ao universo das drogas.

As atividades de esporte, cultura e lazer também podem ser vistos como estratégias de subjetivação singular e transversalizada para a criança e o adolescente (GUATTARI, 2004). O modo de fazer operar estas táticas pode partir da perspectiva de se pensar a realidade como produção artística, lúdica, múltipla e plural, abrindo caminhos para novas possibilidades.

Grande parte das entidades assistenciais e equipamentos sociais, utilizam-se destas linhas de atuação – esporte, cultura e lazer – no cotidiano institucional, ofertando estas práticas para as crianças e adolescentes atendidos e identificando benefícios como a socialização, a inclusão social, o desempenho escolar e desenvolvimento psicomotor (NETO;

DANTAS; MAIA, 2015). O esporte pode ser considerado pedagógico e uma ferramenta que contribui para o formação geral de crianças e adolescentes, incidindo em suas histórias de vida de modo positivo, constituindo-se em algo além do que apenas tirar as crianças das ruas (HIRAMA; MONTAGNER, 2012). Além disso, a inclusão destas atividades em projetos assistenciais de contraturno escolar demonstram elementos primordiais para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, enquanto sujeito de direito com um horizonte de participação social e um projeto emancipatório de cidadania (NATALI; DE PAULA, 2008).

Quanto à *Equipe multidisciplinar*, procuramos identificar nos documentos quais os profissionais, profissões e especialidades estavam incluídos no corpo técnico desses estabelecimentos assistenciais. De acordo com os Planos de Trabalho, as equipes das entidades contam com educadores sociais, professores, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, educador físico, fonoaudiólogos, nutricionistas, além de instrutores, monitores e voluntários. A equipe administrativa seria composta por presidentes, diretores, gestores, coordenadores, coordenadores pedagógicos, coordenadores administrativos, secretários, recepcionistas, equipe de cozinha, limpeza e zeladoria.

> *Recursos Humanos: Diretora, Coordenadora Pedagógica, Coordenadora Administrativa, Assistente Social, Recepcionista, Professora, Monitor de Educação Física, Instrutor de Artesanato, Instrutor de Música, monitor de Informática, instrutor de capoeira, Servente, Professor de Educação Física, Professor de Dança (PTEA1).*
>
> *Gestora, auxiliar de limpeza, pedagoga, assistente financeiro, assistente social, psicóloga, professor de futsal, professor de educação física, professor de dança, zelador, auxiliar de cozinha, voluntário (PTEA2).*
>
> *Diretoria, professor de educação física, professor de futsal, psicóloga e assistente social. A entidade tem como diferencial a atuação dos voluntários que se dedicam em prol da comunidade e de sua cidade (PTEA3).*
>
> *Diretora administrativa, vice-diretora, coordenadora, assistente social, psicóloga, educador social, escriturária, auxiliar administrativo, serviços gerais, monitor de polo, servente (PTEA4).*

O perfil do corpo de especialistas, profissionais qualificados nas áreas da psicologia, do serviço social, da educação e também daqueles que não possuem formação técnica específica, que integram as equipes dessas entidades socioassistenciais, dão indícios da presença do que Donzelot (1980) conceituou como sendo os "trabalhadores sociais". Com o inteso processo de precarização da política pública de Assistência Social, enquanto área de

atuação profissional, percebe-se que numerosos trabalhadores com uma formação mais incipiente estariam compondo os quadros de pessoal das entidades e equipamentos públicos, tais como instrutores, monitores, estagiários e voluntários.

Sobre os trabalhadores sociais que atuam em estabelecimentos assistenciais, Benelli (2020a) a partir de uma pesquisa da literatura, bem como de sua presença, observação, escuta e participação ativa no campo socioassistencial, foi elaborando algumas hipóteses sobre a implicação do trabalhador social com suas próprias ações e práticas nessa área. Tais hipóteses poderiam ser nomeadas como sendo as seguintes: a) da ignorância, b) da consciência disciplinar, c) da razão cínica e d) da responsabilidade ética singular. Procurando esboçar alguns diferentes quadros paradigmáticos e caracterizando diversas figuras do trabalhador social no campo socioassistencial Benelli considera que: a) haveria os que não sabem o que fazem, b) haveria outros que sabem, mas não calculam os efeitos das suas práticas, c) haveria também outros que sabem o que fazem, conhecem bem os efeitos de suas ações e mesmo assim – e talvez por isso mesmo – o fazem de modo decidido. Finalmente, d) haveria outros – em bem menor quantidade – que têm clareza sobre as possibilidades de sua atuação e sobre o que não podem fazer, conhecendo os limites de sua ação: sabem que não podem tomar o outro como objeto, fazer para ele e por ele e, sobretudo, saber por ele. Possivelmente tais análises também sejam pertinentes quanto a caracterização dos trabalhadores sociais dessas entidades assistenciais.

Em relação à *Perspectiva de sujeito*, procuramos identificar qual o perfil de criança e adolescente que esses estabelecimentos assistenciais pretendem formar para a sociedade, buscando detectar quais seriam as condutas desejadas quanto a formação do sujeito, bem como compreender quais seriam os efeitos éticos dessas práticas institucionais na vida dos atendidos. Foram encontrados os seguintes enunciados: desenvolvimento integral, proteção integral, educação integral, diminuição da desigualdade, liderança, automonia, protagonismo, auto estima, confiança, cidadania, dignidade, afetividade, solidariedade.

> *Com a finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, desenvolvendo atividades sociais nas áreas da educação, esporte, lazer, cultura, meio ambiente e assistência social no seu fortalecimento de vínculos entre família e comunidade, tendo como objetivo a formação como cidadãos, desenvolvendo o protagonismo a autonomia [...] diminuir as desigualdades de aprendizado que serão oferecidas onde terão a mesma oportunidade [...] propiciando o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, solidariedade e respeito mútuo, [...] independência de*

> *pensamento, expressão, criatividade, lazer e ação transformadora, estimulando-as para uma vida adulta, digna e produtiva (PTEA1).*
>
> *[...] preencher exatamente a lacuna, atendendo aos pais e ou responsáveis que muitas vezes não tem onde deixar essa criança, garantindo ainda que a criança está sendo bem tratada e também recebendo uma boa alimentação e complemento educacional, oferecendo o envolvimento direto da família em todas as etapas do desenvolvimento do Projeto. Mas também, não queremos só agradar nossos pais. Sentimos prazer em ser uma organização em que os alunos amam participar, que se sentem bem acolhidos e principalmente fazem atividades que gostem. Por isso o Esporte é o nosso grande atrativo, que aliados a todo o trabalho realizado transmite valores como: Respeito, Liderança, Trabalho em equipe, Confiança e Autoestima (PTEA2).*
>
> *Levar uma criança a ter esperança, ajudá-la a entender que sua beleza e valor são encontrados nos olhos de Deus e não nas circunstâncias em que vive e encorajá-la a abraçar um futuro que seja repleto de alegria e paz. Os valores adquiridos com o projeto nas suas diversas oficinas e programas, tem o poder de transformar as realidades, através de princípios sólidos e situações que moldam sua personalidade para uma convivência saudável na sociedade em que vive (PTEA3).*
>
> *A instituição tem o propósito de desenvolver atividades preventivas que favoreçam o desenvolvimento dos mesmos; reconhecendo-os como sujeitos e protagonistas de sua própria história e que tenham o direito de viver e conviver com dignidade, respeito, liberdade, saúde, alimentação adequada, educação, esporte, lazer, cultura e profissionalização (PTEA4).*

Percebemos que táticas de moralização das condutas, expressas por meio da valorização da transmissão de valores morais tradicionais, enquanto propósitos institucionais, estariam mesclados com o tema da garantia de direitos, do desenvolvimento integral e da promoção da cidadania, no cotidiano desses estabelecimentos (FELTRAN, 2014; LAUTIER, 2014; MONTE; SAMPAIO; ROSA FILHO; BARBOSA, 2011; SOUZA, 2012). Os discursos institucionais revelam uma grande ingenuidade e um otimismo pedagógico algo onipotente e desavisado.

Martins (2007) apresenta o conceito de norma, proposto por Foucault, que pode ser aplicado tanto ao corpo (indivíduos), quanto à população (massa de indivíduos). No entanto, existem dissonâncias entre a normalização disciplinar e a normalização presente nos dispositivos de segurança:

> Os mecanismos disciplinares se integram, então, aos mecanismos de segurança e à biopolítica, numa perspectiva mais ampla que é a do poder sobre a vida, do biopoder. É na articulação da anatomopolítica dos corpos (que caracteriza os mecanismos disciplinares) com a biopolítica das populações (enquanto mecanismos de regulação e segurança) que teriam se produzido este poder e este saber sobre a vida, o investimento maciço sobre

> a vida e seus fenômenos, a partir de uma tecnologia refletida e calculada e da introdução da população como objeto de intervenção política, de gestão e de governo (MARTINS, 2007, p. 48).

Lemos (2015a) considera que as crianças e adolescentes, após a promulgação do ECA tiveram certo privilégio, inclusive passando a ser considerados como cidadãos, sujeitos de direitos e protagonistas. No entanto, há que se considerar que a sociedade considera importante que eles obedeçam a regras, normativas, e parâmetros institucionais produzidos também por estabelecimentos assistenciais que direcionam suas condutas e atitudes, em todos os níveis.

> As crianças e jovens continuam a ser definidos pelo futuro, como um vir a ser, na virtualidade de uma política de segurança como dispositivo que articula soberania, disciplina e biopolítica no campo do multilateralismo de intervenções diplomáticas e militares, por uma democracia mundializada e economicamente liberal, pautada em estilos de vida empreendedores, desde cedo, a serem produtivas, dóceis, obedientes, submissas, investidoras e microempresárias em tudo o que fazem e pensam, sentem e vivem (LEMOS, 2015a, p. 124).

Quanto ao tema sobre a perspectiva de sujeito que se encontra expressa nos documentos dessas entidades, se prevê uma criança e um adolescente constituído integralmente e formado por conceitos e valores tais como dignidade, cidadania, afetividade. Um sujeito disciplinado e docilizado.

Enquanto a disciplina ocupa-se de modelar um corpo dócil e útil, a biopolítica objetiva intervir no coletivo da população, na regulação da vida em comunidade por meio de mecanismos de segurança. Não se trata apenas de ajustar os comportamentos de um adolescente ou uma criança em particular, mas da população infantojuvenil, considerada como estando em situação de risco e vulnerabilidade.

CONCLUSÕES

> A proteção da criança e do adolescente opera através do conceito de tutela, que subjuga, produz submissão, permite que seja dito de fora o que é melhor para as pessoas dentro de suas próprias famílias. Quem protege pode definir condutas, crenças, desejos, de maneira a vigiar, examinar, compreender, controlar e disciplinar. Ao mesmo tempo é uma prática que se dispõe a salvação, já que, ao ser aplicada, teria como proposta amparar os necessitados, retirá-los de situações de risco e conduzi-los ao bom caminho (NASCIMENTO, 2015, p. 283).

A partir das análises dos documentos coletados na presente pesquisa, com base na genealogia foucaultiana e em outros autores relevantes, foi possível compreender que o cenário regional apresenta características particulares quanto ao atendimento assistencial oferecido para crianças e adolescentes. No entanto, elas estão em consonância com a política pública nacional no que se refere às normativas e operacionalização dos equipamentos institucionais.

A pesquisa com documentos públicos, não sistematizatizados, tem sido um desafio, uma vez que este material não encontra-se à disposição em plataformas acessíveis, necessitando de autorização para seu acesso, manuseio e análise. Lemos et al. (2015a, apud Bacellar, 2010, p. 466) nos ofereceram pistas que nos auxiliaram na compreensão desta dinâmica identificada na região:

> Os arquivos públicos nem sempre estão em condições de preservação e de organização adequadas aos usos dos pesquisadores. É muito comum ainda, no Brasil, certa precariedade no armazenamento e na guarda de documentos, inclusive de digitalização dos mesmos com acesso irrestrito ao pesquisador. Muitas instituições públicas acham que seus arquivos são restritos e dificultam o acesso ao acervo para estudos, o que é um equívoco, pois os trabalhos com esses materiais facilitam e contribuem para a análise das práticas realizadas, trazendo produções relevantes tanto na esfera da avaliação e acompanhamento de políticas públicas quanto na dimensão de formação profissional e auxílio no desenvolvimento de novas ferramentas de intervenção por meio dos saberes, os quais poderão ser gerados em uma pesquisa.

A dificuldade de acesso aos documentos tais como os Planos Municipais de Assistência Social (PMAS) também foi um analisador dessa pesquisa, indicando, entre outras coisas, que talvez esses planos sejam frágeis, formais, burocráticos.

Neste sentido, ampliamos o escopo da nossa pesquisa, inserindo informações sobre o território de abrangência, bem como sobre a incidência de entidades públicas e privadas na região do Vale do Paranapanema.

Em uma síntese do material investigado, identificamos que os estabelecimentos públicos presentes no território, são 72 (setenta e dois) ao todo, sendo 24 (vinte e quatro) Conselhos Tutelares, 30 (trinta) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 07 (sete) Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 11 (onze) Casas de Acolhida e nenhuma entidade assistencial pública de atendimento à crianças e adolescentes, nos moldes das entidades privadas descritas neste estudo.

Em relação ao atendimento privado, apenas 10 (dez) dos 24 (vinte e quatro) municípios da região, possuem estebelecimentos que atendem a crianças e adolescentes, a maioria delas no contraturno escolar, perfazendo ao todo 52 (cinquenta e duas) entidades assistenciais privadas na área de abrangência. Com relação à orientação das entidades assistenciais privadas pesquisadas, encontramos: 23 (vinte e três) de caráter religioso, sendo 13 (treze) Católicas, 06 (seis) Espíritas e 04 (quatro) Evangélicas; 09 (nove) entidades orientadas por Clubes de Serviços, 04 (quatro) empresariais, 04 (quatro) esportivas e 12 (doze) entidades assistenciais de orientação indefinida, indicadas na categoria outras.

Integram então, a Rede Socioassistencial regional, 124 (cento e vinte e quatro) estabelecimentos públicos e entidades assistenciais privadas, que compreendem o cenário atual de implantação e funcionamento das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes no território do Vale do Paranapanema.

Diante deste cenário, é possível inferir que os paradigmas institucionais predominantes no território, são: o paradigma da caridade, evidenciado pelo discurso religioso muito presente nas entidades pesquisadas; o paradigma da promoção humana, presente na solidariedade direcionada às crianças pobres; o paradigma da filantropia, que denota a tentativa de assistência, correção e regeneração das crianças e adolescentes, tidos como perigosos e em situação de risco, com o objetivo de transformá-los em "cidadãos de bem"; o paradigma do clientelismo assistencialista, por meio de ações ainda fundamentadas na política das necessidades; o paradigma da política pública como política de estado, mostrando uma atuação muito cristalizada e pragmática, de acordo com o discurso oficial. O paradigma do sujeito cidadão praticamente não pode ser detectado, visto que a participação de crianças e adolescentes em instâncias de controle social, políticas de empoderamento, promoção da autonomia, práticas de emancipação e constituição da cidadania, ainda são pouco implementadas (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012b).

A partir dessas análises, podemos inferir que, as práticas discursivas e não discursivas presentes nas políticas públicas para crianças e adolescentes, tanto nas entidades assistenciais

quanto nos equipamentos institucionais pesquisados, apresentam resquícios da Sociedade Disciplinar e também aspectos próprios da Sociedade de Segurança, por meio da biopolítica, tal como mapeadas por Foucault. A disciplina se apresenta no adestramento dos comportamentos individuais, nos protocolos, na rigidez dos horários e das atividades propostas: "Por meio da estratégia disciplinar as instituições buscam a regulação da sociedade a partir de técnicas de exercício de poder que investem no controle do tempo, do corpo, do saber e da vida das pessoas. Poder que instituiu não só a vigilância, mas também a correção" (NASCIMENTO, 2015, p. 944). A segurança biopolítica também permeia a forma de controle desta população infantojuvenil modulando suas atitudes, expressa na forma como respondem aos pressupostos institucionais, em suas próprias condutas. As estratégias de segurança se expressam pela governamentalidade por meio dos estabelecimentos e entidades assistenciais, que atuam nos territórios considerados vulneráveis, a partir de práticas de gerenciamento dos corpos de crianças e adolescentes, de seus comportamentos, de suas condutas, enfim, de suas vidas.

Foi possível identificar elementos da Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 2014) nos discursos presentes no cotidiano dos estabelecimentos assistenciais pesquisados. Os saberes e fazeres visam enquadrar crianças e adolescentes à norma social, produzindo ajustamento às regras e normatização, com estratégias de punição para eventuais desvios, expressões que remetem à sansão normalizadora, um dos recursos para o bom adestramento, conceituados por Foucault. Aspectos da vigilância hierárquica, também podem ser identificados na gestão dos estabelecimentos e nos operadores das políticas públicas, por meio da atuação muito ocupada em vigiar as crianças, adolescentes e suas famílias. As técnicas de exame, também se apresentam na produção maciça de relatórios técnicos, planos individuais de atendimento, protocolos, prontuários, indicadores, registro de informações e uma série de dados sistematizados com o objetivo de produzir um controle integral do sujeito atendido pela Assistencia Social por meio de seus equipamentos, bem como das entidades assistenciais.

As tecnologias próprias da Sociedade de Segurança (FOUCAULT, 2008) também se mostram presentes nas práticas discursivas e não discursivas expressas nos documentos investigados. A gestão de riscos e perigos é imanente em todas as esferas de atendimento e aparecem moduladas pela noção de vulnerabilidade social, considerando-se o local de nascimento, moradia e vivência das crianças, adolescentes e suas famílias. Os discursos da Proteção Social e Proteção Integral, aparecem como fórmulas para o equacionamento destas situações consideradas de risco e vulnerabilidade. No entanto, suas estratégias se

operacionalizam por meio de tecnologias da controle e segurança, fundamentadas pelo governamento das populações, em grande parte a população pobre e periférica, tida como perigosa e passível de intervenção governamental e social. Esta população torna-se passível de intevenção por parte dos operadores das políticas públicas sociais, por meio de uma espécie de vigilância líquida (BAUMAN, 2014), pós-disciplinar e pós-panóptica, com tecnologias de poder não mais centralizada em estabelecimentos físicos ou fechados, mas dissolvidas de forma flexível e fluida nos territórios, nas comunidades, nos diferentes espaços por onde o jovem circula.

Há que se discutir também, quem são os corpos controlados, quais seriam os rostos destes sujeitos, alvo destas políticas públicas. O ECA é uma lei que regulamenta que os direitos fundamentais devem ser destinados à todas as crianças e adolescentes brasileiras. Problematizamos se realmente, todas as crianças e adolescentes do Brasil precisam realmente estar amparados por esta normativa legal, ou se uma parcela desta população já teria acesso a estes direitos muito antes do nascimento, pela sua classe social, pela família abastada, pelo local de moradia, enfim. As crianças ricas, muitas delas residentes em condomínios de alto padrão, não precisam suplicar por uma vaga em escola pública, muito menos por uma vaga em um projeto social desenvolvido por uma entidade assistencial. Suas mães não costumam acordar de madrugada para ficar na fila da Unidade Básica de Saúde com a criança pequena no colo, para conseguir atendimento. As crianças das classes média e alta, normalmente estudam nas melhores escolas, ou melhor, colégios – é assim que costumam chamar – já nascem com Plano de Saúde e as atividades que desenvolvem no contra turno escolar são realizadas em diversos estabelecimentos particulares das áreas educativas, culturais e recreacionais, com um número muito reduzido de crianças, preservando o caráter personalizado do atendimento.

A realidade das crianças e adolescentes pobres, pardos, pretos - considerados como parte da chamada ralé brasileira (SOUZA, 2009), normalmente moradores de periferias das cidades, é bastante diferente. Estas crianças e adolescentes, costumam ser o público destinatário das políticas públicas de Assistência Social, pois em sua trajetória de vida, muitas vezes, desde antes do seu nascimento, seus direitos já haviam sido negligenciados. A maioria parece predestinada ao fracasso ou a uma experiência existencial permeada por muitas dificuldades. No discurso da meritocracia, as pessoas que se “dão bem” na vida, o fazem devido à um intenso esforço pessoal, desconsiderando que as condições sociais, políticas e familiares contribuem para que, para algumas pessoas, o sucesso possa chegar com um bem

menos esforço. Já quando um pobre tem bom êxito em alguma área, como no esporte por exemplo, muitos tendem a exaltar sua história de vida como um exemplo de superação individual e meritório. A falácia da superação, na verdade, apenas mascara a precarização das políticas públicas sociais, educacionais, de saúde, de esporte e a desigualdade social, que fazem com que algumas pessoas precisem fazer um esforço sobrehumano para conseguir sequer sobreviver, quiça alcançar um lugar "no topo".

A sociedade contemporânea acaba reforçando esta lógica que abstrai os sujeitos do contexto social, político e econômico no qual está inserido. É necessário que as políticas públicas sociais e educacionais, estejam devidamente contextualizadas e considerem problemas estruturais como a desigualdade social, por exemplo.

> A escola, pensada isoladamente e em abstrato, vai apenas legitimar, com o "carimbo do Estado" e anuência de toda a sociedade, todo o processo social opaco de produção de indivíduos "nascidos para o sucesso", de um lado, e dos indivíduos "nascidos para o fracasso", de outro (SOUZA, 2009, p. 17).

Quanto falamos em defesa de direitos, devemos pensar também na complexidade desta discussão, que é a privação de direitos, o não acesso ou o difícil acesso às políticas públicas essenciais: a vida, a saúde, a educação, à profissionalização para o trabalho, à cultura, esporte e lazer e à convivência com a família e a comunidade. Para as crianças pobres, pardas, pretas e periféricas, estes direitos não são inatos e mesmo garantidos por uma lei, ainda estão longe de serem efetivados em sua totalidade. O ECA tem cara, cor, corpo e as políticas públicas assistenciais têm endereço certo. São estas crianças e adolescentes, até então invisibilizadas pela sociedade, que se tornam a população a ser protegida nos diversos equipamentos e entidades assistenciais. Sobre estas vidas, percebidas como vulneráveis e consideradas como precárias de acordo com sua frágil capacidade de sobrevivência, incidem mecanismos de poder, fundamentados pelo discurso da proteção. São estas que passam por um processo de reconhecimento de suas vidas e da condição de sujeito, de pessoa, como se a precarização da vida justificasse a práticas de intervenção e controle (BUTLER, 2015). Desta forma, o ECA não nos parece uma lei para todos, nem mesmo pode ser considerado como uma evolução do Código de Menores, mas uma sofisticação no que se refere às suas práticas discursivas.

A Assistência Social e a forma como a política da criança é executada, ainda remonta aos paradigmas da caridade, promoção humana, filantropia e clientelismo assistencialista, mesmo depois de decorridos 30 anos de promulgação do ECA. Noções como proteção integral, cidadania e direitos dos sujeitos, ainda são incipientes e frágeis no cotidiano dos

estabelecimentos assistenciais investigados. Táticas de normalização, controle e gerenciamento destes corpos são expressas nos enunciados dos documentos pesquisados. Conceitos e práticas, muitas vezes apropriados como verdades absolutas, devem ser considerados a partir do contexto histórico, político e social, pois são atravessados por múltiplas forças e sentidos.

Segundo Foucault (2008), existe uma relação entre a lei e o legal, nos dispositivos de segurança, articulados por técnicas e saberes médicos, psicológicos, pedagógicos, policiais, baseados nas premissas do normalização e vigilância dos sujeitos. Consideramos o ECA, enquanto uma Lei, promulgada pelo Estado, mas operada pelos profissionais do social, disciplina e regula as condutas de crianças e adolescentes, operando com táticas disciplinares e de governamentalidade, operando como um dipositivo de biopoder.

A imersão no processo de pesquisa, o contato com os documentos e com os estabelecimentos assistenciais contemporâneos responsáveis pela execução das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes, mobilizou reflexões de uma "pesquisadora chão de instituição", referente à sua própria práxis. Analisar as práticas discursivas e não discursivas presentes na instituição de Assistência Social e nos diversos estabelecimentos de atendimento à crianças e adolescentes, foi também uma auto análise e um resgate, baseado em problematizações do meu próprio percurso profissional. Quando atuamos no cotidiano dos estabelecimentos assistenciais acreditamos estar operando de acordo com as normativas legais, que estamos atuando na garantia de direitos de crianças e adolescentes, desenvolvendo ações voltadas à promoção da proteção integral, do protagonismo, visando a produção de autonomia e empoderamento. No entanto, pode ser que estejamos reproduzimos táticas de controle e normalização dos corpos individuais de forma naturalizada, ou táticas de regulação de segmentos da população, sem maiores reflexões sobre os efeitos éticos de nossas práticas sobre a vida dos sujeitos atendidos.

O governo das condutas, incide sobre os corpos das crianças e adolescentes, por meio do discurso da proteção integral e da garantia de direitos. No entanto, há que se problematizar quem verdadeiramente está sendo protegido, a criança e o adolescente ou o norma e o sistema? Os corpos infantis são gerenciados por um sistema que opera por meio da norma, da padronização, punindo, castigando e corrigindo aqueles que não se adaptam a ela, os considerados diferentes. Desta forma, aqueles que subvertem a norma, costumam ser excluídos e considerados como corpos que não são dignos de direitos, proteção e cuidado (PRECIADO, 2013).

Posturas pautadas por uma violência velada, revestidas e jusficadas com a desculpa de que se está promovendo a proteção integral, recorrentes em processo de institucionalização de crianças e adolescentes, cerceiam a vida destes sujeitos. Os gestores, profissionais, executores das políticas públicas, em sua atuação nas diferentes instâncias, muitas vezes, podem agir, mesmo que inconscientemente, no sentido oposto à garantia direitos das crianças e adolescentes seja, por ação, omissão, descaso ou até mesmo por negligência. O cuidado deve ser constrante para que a postura profissional não seja capturada pela lógica da dominação e tutela, revestidos pelo discurso da proteção.

Neste sentido, uma articulação crítica, informada, avisada e eticamente situada do profissional psicólogo nos processos institucionais de promoção dos direitos de crianças e adolescentes, no campo das políticas públicas sociais, nos parece fundamental para que os instrumentos de cuidado e de proteção possam driblar e subverter as estratégias de normalização e dominação que normalmente são engendradas nos espaços institucionais assistenciais. Que o lugar da psicologia junto às políticas públicas sociais para crianças e adolescentes, seja de luta pela garantia do direito à infância e respeito à todas as formas de produção de subjetividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S.; CASTRO, M. A. A arte de administrar a pobreza: A assistência social institucionalizada em São Paulo. *In:* TRONCA, I. A. (org.)**. Foucault vivo.** Campinas: Papirus, 1987. p. 101-109.

ANDRADE, L. M. **Neoliberalismo e hegemonia burguesa:** ação social empresarial através dos Institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas). Marília, 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2014.

ANHUCCI, V. **O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva da participação e do controle social.** 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2007.

ANHUCCI, V. **A dimensão política do orçamento público no âmbito dos conselhos de direitos da criança e do adolescente**. 2016. 247f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2016.

ANTUNES, D. C.; BARROS, J. P. P.; MELLO, R. P. (org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos. [livro eletrônico]:** Estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNADJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARENDT, R. J. J.; MORAES, M**.** O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del Rei, v.11, n.1, p. 11-24, 2016.

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AUGUSTO, A. Governando crianças e jovens: escola, drogas e violência. *In:* RESENDE, H. (org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 11-24.

ASSIS, S. G. (Org.) **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009.

BARBOSA, E. R. N. **A Responsabilidade social das empresas e os projetos sociais:** filantropia ou emancipação social?. Franca, 2003. 308 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2003.

BARBOSA, L. P. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 1, p. 173-186, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. 1 ª edição: Editora Record, 1992.

BAREMBLITT, G. (org.). Sociedade e instituição. In: **Compêndio de análise Institucional:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. p. 25-36.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BENELLI, S. J. Políticas públicas, instituições e práticas clínicas no campo da Assistência Social. *In:* DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Orgs). **Políticas públicas e clínica crítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 63-84.

BENELLI, S. J. Um psicólogo nos conselhos municipais de Assistência Social e dos direitos da criança e do adolescente: construindo referências para a prática. *In:* MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Orgs.). **Violência e relações de gênero:** o desafio das práticas institucionais. Curitiba: CRV, 2013a. p.115-144.

BENELLI, S. J. Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. **Revista de Psicologia da UNESP,** v. 12, n. 2, p. 1-30, 2013b.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais socioeducativas:** a trama institucional. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014a.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na Assistência Social. **Estudos de Psicologia**, Puc-Campinas, v. 31, n. 2, p. 269-278, 2014b**.**

BENELLI, S. J. **A lógica da internação:** instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

BENELLI, S. J. A lógica da rede na atenção socioeducativa para crianças e adolescentes na Assistência Social. *In:* XAVIER, A. L. P.; GHAZIRI, S. M.; TEODORO, D. V S.; SILVA, P. C. T.; ZANIN, R. A. S. (Orgs). **ECA, SUAS e o trabalho em rede de proteção à criança e ao adolescente**. Rio de Janeiro: Publit, 2016a. p.40-77.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 33, n. 4, p. 735-745, 2016b.

BENELLI, S. J. **O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes:** perspectivas contemporâneas. São Paulo: UNESP Digital, 2016c. 416. *ISBN*: 9788568334751. (recurso eletrônico). Disponível em: http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788568334751,o-

atendimento-socioassistencial-para-criancas-e-adolescentes.

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020a.

BENELLI, S. J. O campo socioassistencial e as figuras diversas do trabalhador social. *In:* BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020b. p. 139-169.

BENELLI, S. J. O atendimento assistencial à criança e ao adolescente: situação, impasses e possibilidades. **Relatório de pesquisa trienal – (2018-2019)**, financiada pela FAPESP (Processo 2017/22541-4). Assis: Unesp, 2020c. Trabalho não publicado.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. *In:* CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Psicologia, Estado e Políticas Públicas**. Assis: UNESP, 2010. p. 25-85.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012 a.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Conselhos Municipais: prática e impasses no cenário contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 4, p. 577-586, 2012b.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. **Estudos de Psicologia**, PUC - Campinas, v. 30, n. 4, p. 283-301, 2013.

BENELLI, S. J.; FERRI, G. G.; FERREIRA Jr., N. Problematizando a noção de rede, suas origens e algumas de suas aplicações atuais. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 14, n. 2, p.54-73, 2015.

BIANCHI, V. A. O percurso das organizações não governamentais no Brasil. In: XAVIER, A. L. (Org.). **Retratos da Infância e Juventude:** Práticas Sociais e Abordagens Teóricas no Município de Assis/SP. 1 Ed. Marília: Fundepe, 2011. p. 155-168.

BOAS, C. T. V. **Para ler Michel Foucault**. Imprensa Universitária da UFOP. 2ª Edição. Eletrônica, 2002.

BOUYER, G.C. O método da genealogia empregado por Foucault no estudo do poder-saber psiquiátrico. **Memorandum,** v. 16, p. 64-76, 2009.

BRAVO, C. F.; EWALD, A. P.; GONÇALVES, R. R.. O espaço enquanto lugar da Subjetividade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. 8, n. 3, p. 755-777, set/2008.

Brasil. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo. 1 ed., v. 3. Brasília: MDS - CapacitaSuas, 2008.

BRASIL. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento.** Brasília: CONANDA, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21/12/2018.

BRASIL. **Código de Menores.** Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Brasília, 1979. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm. Acesso em 21/12/2018.

BRASIL. **Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977.** Regulamenta a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79822.htm Acesso em 10/10/2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 21/12/2018.

BRASIL. **Fundação Nacional do Bem Estar do Menor**. Lei Federal nº 4.513 de 1º de Dezembro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4513.htm. Acesso em 21/12/2018.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sôbre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, 1962. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm Acesso em 10/10/2019.

BRASIL. **Lei Menino Bernardo/Lei da Palmada.** Lei Federal nº 13.010 de 26 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13010-26-junho-2014-778958-norma-pl.html Acesso em 24/03/2020.

BRASIL. **Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE**). Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm Acesso em 24/03/2020.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA). Brasília, 2017. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm Acesso em 24/03/2020.

BRASIL. **Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019**. Instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Brasília, 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13798.htm Acesso em 24/03/2020.

BRASIL. **Lei nº 13.812/2019, de 16 de março de 2019**. Instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Brasília, 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13812.htm Acesso em 24/03/2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MSD, 2004.

BRASIL. **Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.** https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em 17 de maio de 2021.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MSD, 2005.

BRETTAS, G. H. **O papel das organizações da sociedade civil na política pública de assistência social no Brasil:** dilemas e tensões na provisão de serviços. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; SPINK, P. K. As interfaces entre psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 37, n. 1, p. 199-215, 2011.

BRITO, E. S. Consórcios Intermunicipais no Federalismo Brasileiro: coordenação, colaboração e a nova governança pública. *In:* CARNEIRO, J. M. B.; BRITO, E. S. **Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais.** 1. Ed, São Paulo: Oficina Municipal, 2019. p. 11-22.

BUJES, M. I. E. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 25-44, 2000.

BUJES, M. I. E. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 21, set/dez, p.17-39, 2002.

BUJES, M. I. E. Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. *In:* RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 259-280.

BULCÃO, I. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos 'criança' e 'menor'. In: NASCIMENTO, M. L. (org.). **Pivetes:** a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002. p. 61-73.

BUTLER, J. **Quadros de guerra:** Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CADASTRO DO SUAS (CadSuas). Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarConsultaExterna.html. Acesso em 15/11/2019

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. A "construção" do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Revista Psicologia Política**, v. 9, n. 17, p. 129-148, 2009.

CALIMAN, G. **Paradigmas da exclusão social.** Brasília: Editora Universa, UNESCO, 2008.

CANDIOTTO, C. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade***,* v. 24, (n. spe.), p.18-24, 2012.

CARDOSO JÚNIOR, H. R.; LEMOS, F. C. S. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade,** v. 21, n. 3, p. 353-357, 2009.

CARNEIRO, J. M. B.; BRITO, E. S. **Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais.** 1. ed., São Paulo: Oficina Municipal, 2019.

CARVALHO, A. F. Por uma ontologia política da (d) eficiência no governo da infância. In: RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância*.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 25-47.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **Construindo o saber:** metodologia científica, fundamentos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

CARVALHO, A. M. Políticas sociais: afinal do que se trata? **Agenda Social.** Campos dos Goytacazes, v.1, n. 3, p. 73-86, 2007.

CASTRO, J. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. Riode Janeiro: Edições Antares, 1984.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf. Acesso em 10/18/2019.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. Revista de administração Pública. *In:* COELHO, E. C.; COELHO, M. P. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade.** Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 255-288.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA (CIVAP). Disponível em: www.civap.com.br . Acesso em 05/17/2019.

COIMBRA, C. **O que estamos prduzindo com nossas práticas**. Jornal do Conselho Regional de Psicologia (CRP) 6ª Região, Ano 16, março/abril, 1996.

CONSTANTINO, E. P. (org.). **Percursos da pesquisa qualitativa em psicologia.** São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

CONSTANTINO, E. P.; GUIMARÃES, J. L. ONGs, cidadania e controle social. *In:* FERRI, L. M. G. C. (org.) **Educação, Sociedade e Cidadania**. Londrina/PR: Editora Midiograf, 2002. p. 129-141.

CORAZZA, S. M. **História da infância sem fim**. Ijuí: Unijuí, 2000.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. PUC/Rio Grande do Sul: **Psicologia & Sociedade**, v.17, n. 3, p.42-49, 2005.

DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**, n. 82, p. 1-23. Campinas: Unicamp, 2009. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/9/CadPesqNepp82>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Orgs). **Políticas públicas e clínica crítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault.** Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE-ALVES, A.; JUSTO, J. S. Saberes no cotidiano: práticas discursivas e transdisciplinaridade. *In:* Constantino, E. P. (org*.).* **Percursos da Pesquisa Qualitativa em Psicologia.** São Paulo: Arte & Ciência, 2007. p. 61-78.

FAÉ, R. A Genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416, 2004.

FELTRAN, G. S. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FERRAZA, D. A. Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 36-58, 2016.

FERRI, L. M. G. C. (org.) **Educação, Sociedade e Cidadania**. Londrina/PR: Editora Midiograf, 2002.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In:* DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In:* FOUCAULT, M**. Microfísica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p. 15-37.

FOUCAULT, M. **A vontade de saber**.Tradução por M. T. C. Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. (História da sexualidade, 1).

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e Escritos, v. V).

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In:* FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In:* FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 15-37.

FOUCAULT, M. **Segurança**, **território**, **população**: Curso do Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Sobre a Geografia. *In:* **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 153-165.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCISCO, A. Problematização. **Mnemosine,** v.11, n. 2, p. 296-297, 2015.

FREITAS, M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil**. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, M. V. P.; CARVALHO, F. (Org.). **Políticas públicas:** juventude em pauta. São

Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FROTA, M. G. C. A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral. *In:* A. CARVALHO; F. SALLES; M. GUIMARÃES. W. (Orgs.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p.59-86.

FURTADO, R. N.; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades,** v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016. Disponível em: http://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4800.DOI: http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44.

GADELHA, S. Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. *In:* RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 345-395.

GEO BRASILIS, Inteligência Territorial, Planejamento Estratégico e Gestão Ambiental. **Plano de Desenvolvimento Econômico Regional e Local do Vale do Paranapanema.** São Paulo, 2013

GARCIA, J. **O negócio do social**. Zahar, 2004.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In:* MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria método e criatividade. 5ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 67-80.

GROS, F. Problématisation. *In:* BERT, J.-F.; LAMY, J. **Michel Foucault:** un héritage critique. Paris: CNRS, 2014. p. 124-126.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade:** ensaios de análise institucional. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

HADLER, O. H.; GUARESCHI, N. M. F.; GALEANO, G. B. A produção da delinquência e sua objetificação pela psicologia. Athenea Digital: **Revista de Pensamiento e Investigación Social**. Barcelona. v. 19, n. 1 (mar. 2019), e2230, 29 p., 2019.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 192-199, 2008.

HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. Algo para além de tirar da rua: o ensino do esporte em projeto socioeducativo. **Revista Brasileira de ciências do esporte**, v. 34, n. 1, p. 149-164, 2012.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Tecnologias de governo: constituindo a situação de

risco social de crianças e adolescentes. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 41-56, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/. Acesso em 16/11/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Entidades de assistência social privada sem fins lucrativos no Brasil: 2014-2015**. Unidades de prestação de serviços socioassistenciais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9021-pesquisa-de-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos.html?=&t=o-que-e .

IORI-GARCIA, G. Z.; CORREA, M. R.; ROCHA, L. C.; FRANÇA, S. A. M. A estratégia genealógica e a produção de saber/poder/verdade nas práticas de saúde. *In:* CONSTANTINO, E. P. (org.). **Percursos da Pesquisa Qualitativa em Psicologia.** São Paulo: Arte & Ciência, 2007. p. 203-223.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos,** Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2012. p. 301-308.

JINKINGS, I.; KIM, D.; CLETO, M. (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (org.) **Infância:** fios e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1997.

LAMOUNIER, B. Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de janeiro, n. 49, p. 79-94, 2000.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 463-477, 2014.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. *In:* LE GOFF, J. **História e Memória**, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 535-549.

LEMOS, F. C. S. **Práticas de conselheiros tutelares frente à violência doméstica:** proteção e controle. 2003. 181 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **Crianças e adolescentes entre a norma e a lei:** uma análise foucaultiana. 2007. 219 f. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.

LEMOS, F. C. S. O Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil atual. **Psicologia Política.** v. 8, n. 15, p. 93-106, 2008.

LEMOS, F. C. S. A UNESCO e o governo da infância por meio do capital social: problematizando práticas de segurança. *In:* RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a. p. 115-125.

LEMOS, F. C. S. **O controle da vida:** práticas de conselheiros tutelares. Curitiba: Appris, 2015b.

LEMOS, F. C. S.; SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M. L. Uma análise do acontecimento "crianças e jovens em risco". **Psicologia e Sociedade,** v. 26, n. 1, p. 158-164, 2014.

LEMOS, F. C. S. [et al.]. Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 20, n. 3, p. 461-469, 2015a.

LEMOS, F. C. S. [et. al]. **Estudos com Michel Foucault:** transversalizando em psicologia, história e educação. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015b.

LEMOS, F. C. S. [et. al]. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. **Psicologia & Sociedade.** v. 27, n. 2, p. 332-340, 2015c.

LIMA, M. L. C. A genealogia foucaultiana como horizonte metodológico: uma pesquisa em psicologia social. *In:* LEMOS, F. C. S. [et. al]. **Estudos com Michel Foucault:** transversalizando em psicologia, história e educação. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015. p. 319-328.

LOBO, L. F.; FRANCO, D. A. (orgs.) **Infâncias em devir.** Rio de Janeiro: Garamont, 2018.

MAIA, A. Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. **Currículo sem Fronteiras,** v.11, n.1, p.54-71, 2011.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In:* JINKINGS, I.; KIM, D.; CLETO, M. (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 66-73.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. *In:* FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1999. p. 51-79.

MARCILIO M. L. **História social da criança abandonada no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARINHO, F. C.; GALINKIN, A. L. A história das práticas diante do desvio social de jovens no Brasil: reflexões sobre o ideal de ressocialização. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 280-297, 2017.

MARTINS, L. A. M. **Da disciplina ao controle:** tecnologias de segurança, população e modos de subjetivação em Foucault. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, L. A. M.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Genealogia do biopoder. **Psicologia e Sociedade,** Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 157-165, 2009. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 de Março de 2020.

MATSUDA, F. E. **A medida da maldade:** periculosidade e controle social no Brasil. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MAYER. B.; LION. V. **Conselho Regional de Psicologia São Paulo (CRP SP). Série Comunicação Popular do CRP SP:** A Psicologia e sua interface com os direitos das crianças e dos adolescentes. São Paulo: IBEAC, 2012.

MECLER, K. Periculosidade: Evolução e aplicação do conceito. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano,** v. 20, n. 1, p. 70-82, 2010.

MERISSE, A. **A infância e seus lugares:** um estudo sobre as concepções de mães e funcionários de creches. 1996. 230p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 5ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 09-29.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade**.** 18 ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/assistencia-social/ Acesso em: 26/03/2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em 26/03/2020.

MONTAÑO, C. E. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de

intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, C. **O canto da Sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do "Terceiro Setor". São Paulo: Cortez, 2014.

MONTE, F. F. C.; SAMPAIO, L. R.; ROSA FILHO, J. S.; BARBOSA, L. S. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n.1, p.125-134, 2011.

MORAES, M. V. M. Genealogia - Michel Foucault. *In:* **Enciclopédia de Antropologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault

MÜLLER, V. R.; MORELLI, A. J**. Crianças e adolescentes:** a arte de sobreviver. Maringá: Eduem, 2001.

NASCIMENTO, M. L. Proteção à infância e à adolescência nas tramas da biopolítica. *In:* RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 281-303.

NASCIMENTO, M. L [et. al]. Lógica de controle e marcos legais: a proteção no campo da infância e da adolescência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 936-947, 2015.

NATALI, P. M.; DE PAULA, E. M. A. T. Programas de Contra Turno Social para crianças e adolescentes na cidade de Maringá/PR: características e funções**. Emancipação**, v. 8, n. 1, p. 95-103, 2008.

NETO, E. D. C.; DANTAS, M. M. C.; MAIA, E. M. C. Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 6, n. 3, p. 109-117, 2015.

OLIVEIRA, S. M. A moral reformadora e a prisão de mentalidades: adolescentes sob o discurso penalizador. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 75-81, 1999.

OLIVEIRA, D. O. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. *In:* RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 57-83.

OLIVEIRA, I. F.; AMORIM, K. M. O. Psicologia e política social: o trato à pobreza como sujeito psicológico. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566, 2012.

OLIVEIRA, R. C. C. **Políticas públicas municipais de desenvolvimento sustentável**. Assis: Trabalho de Conclusão de Curso, Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos da criança.** Assembleia Geral da ONU em 20 de Novembro de 1959. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em 21/12/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção internacional sobre os direitos da criança.** Resolução 44/25 da Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html. Acesso em 21/12/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude Regra de Beijing**. Adotadas pela Resolução 40/33 da Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 1985. Disponível em http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Regras-M%C3%ADnimas-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Administra%C3%A7%C3%A3o-daJusti%C3%A7a-da-Inf%C3%A2ncia-e-da-Juventude-Regra-de-Beijing.pdf. Acesso em 21/12/2018.

PIOLA, S. F. [et al.]. **Orçamento da Criança:** metodologia, situação atual e perspectivas para 1996, Brasília, Janeiro de 1996.

PALAZZOLO, A. C. P. **Instituições de sequestro em Michel Foucault.** 2018. 68 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PASSONE, E. F. K. **Políticas sociais de atendimento a infância e juventude:** o caso da Fundação Abrinq. 2007. 173f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2007.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2000.

PRECIADO, Beatriz. **Qui défend l'enfant queer?** Libération, 2013.

PRIORE, M. D. (Org.) **História das Crianças no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica:** para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. Stiliano; São Paulo: UNISAL, 1998.

RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RIZZINI, I. **O Século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro, Petrobrás-BR: Ministério da Cultura, VSU. Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e

desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, L. F. **Os direitos da criança e do adolescente:** conselhos municipais e controle social. Curitiba: CRV, 2013.

ROGONE, H. M. H. **Psicanálise e cidadania:** correndo riscos e tecendo laços. São Paulo, 2006, 174 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, R. O. **A produção histórica da criança/infância, sua apropriação pelos discursos médico, pedagógico e psicológico e o devir-criança que escapa aos efeitos desses enunciados**. Assis, 2010, 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2010.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In:* RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (Org.). **O estudo da política:** tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

SALIBA, M. G. **A educação como disfarce e vigilância:** análise das estratégias de aplicação de medidas sócio-educativas a jovens infratores. Marília. 2006, 151 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2006.

SANTOS, J. F. **A experiência da participação em conselhos de políticas públicas:** uma análise psicossocial. São Paulo. 2015, 166 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANTOS, T. M. **Organização Social e política do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1969.

SANTOS, J. R. O. **O Adolescente em Conflito com a Lei na cidade de Assis/SP.** 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2008.

SCHEINVAR, E. A aplicação do ECA tem se desviado de sua proposta original: Estado de Direito e formação discursiva no campo da criança e do adolescente. *In:* RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 103-113.

SCHWARTZMAN, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade:** uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SILVA, L. B. **Conselho de direitos e conselho tutelar:** mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças e adolescentes. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2008.

SILVA, R. R. **Oliver Twist e as bastilhas das crianças na Inglaterra do século XIX.** Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, R. R. **As crianças marginalizadas:** a delinquência infantil na cidade de São Paulo (1888-1927). 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

SOUZA, J. **A Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, M. A. **Caridade e educação:** assistencialismo e moralização dos pobres, 1930-1990. São Paulo: Annablume, 2012.

SOUZA FILHO, R.; SANTOS, B. R.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). **Conselhos de direitos:** desafios teóricos e práticos das experiências de democratização no campo da criança e do adolescente. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

UNICEF, **Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes Relatório de análise 1ª Onda**, Ibope Inteligência, 2020. Acesso em 05 de julho de 2021 em: https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf

VEIGA-NETO, A. Por que governar a infância? *In:* RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault:** o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 49-56.

VEYNE, P. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

XAVIER, A. L. (Org.). **Rede Ciranda:** Desenhando novos caminhos para o Trabalho Social com crianças e adolescentes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

XAVIER, A. L. (Org.). **Retratos da Infância e Juventude:** Práticas Sociais e Abordagens Teóricas no Município de Assis/SP. 1. Ed. Marília: Fundepe, 2011.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, (n.spe.), p. 9-24, 2010.

ANEXOS

ANEXO I. Ofício de Solicitação de autorização da pesquisa nos arquivos do consórcio

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA NOS ARQUIVOS DO CIVAP

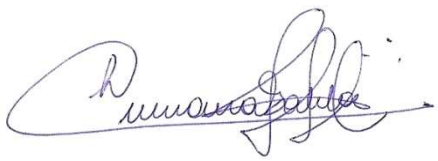
Ilma. Sra.
IDA FRANZOSO DE SOUZA
Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP

Por meio do presente ofício, Luciana Batista da Silva, Psicóloga, portadora do R.G. 28.430.037-8 e do CPF 278.148.168-82, residente e domiciliada à Rua Três de Maio, 1418 – Vila Ribeiro , Assis, SP. CEP 19802-360, Fone: Cel. (18) 99752-8772, e-mail: lubatistapsi@hotmail.com, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, FCL/UNESP de Assis, SP, venho solicitar sua autorização formal para a realização de pesquisa documental junto aos arquivos do CIVAP, situado à Via Chico Mendes nº. 65 – Quinta dos Flanboyants, Assis, SP, durante o período de 01 de agosto de 2018 a 31 de dezembro de 2019.

A presente pesquisa visa estudar, por meio da Genealogia, proposta por Michel Foucault as políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na região de abrangência do CIVAP. Como pesquisadora, realizaremos uma análise documental dos Planos Municipais de Assistência Social. Por meio da análise da bibliografia estudaremos a política para a criança e o adolescente na atualidade brasileira e com a análise documental buscaremos compreender a estrutura, modo de funcionamento, efetividade, práticas, principais problemas e desafios que enfrentam tais equipamentos sociais. Os participantes têm a garantia de sigilo quanto à identidade das pessoas e todos os cuidados éticos relativos à pesquisa serão tomados e assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), caso aceitem participar da pesquisa. Os participantes poderão pedir os esclarecimentos que desejarem e/ou deixar a pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos.

Os resultados desta pesquisa serão publicados e divulgados em eventos acadêmicos e científicos, bem como por meio de artigos em revistas científicas, sempre assegurando o anonimato das pessoas e dos estabelecimentos assistenciais. Tais resultados também oferecerão dados para orientar os gestores municipais e demais autoridades na implementação de políticas mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e adolescência na região.

Assis, 07 de março de 2018.



Luciana Batista da Silva
Pesquisadora
Doutoranda em Psicologia – UNESP/Assis

ANEXO II. Ofício de Solicitação de acesso aos Planos Municipais de Assistência Social

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO AO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assis, 13 de agosto de 2019.

Ilma. Sra.
Secretária Municipal da Assistência Social.

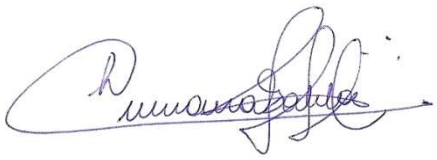
Por meio do presente ofício, Luciana Batista da Silva, Psicóloga, portadora do R.G. 28.430.037-8 e do CPF 278.148.168-82, residente e domiciliada à Rua Três de Maio, 1418 – Vila Ribeiro, Assis, SP. CEP 19802-360, Fone: Cel. (18) 99752-8772, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, FCL/UNESP de Assis, SP, venho apresentar os Objetivos da Pesquisa "Análise Genealógica das políticas públicas sociais para infância e adolescência na região do CIVAP", que será realizada por meio de análise de documentos referentes a estas demandas no Vale do Paranapanema e solicitar o envio de materiais que serão objeto da pesquisa. Para tanto, solicitamos a gentileza de nos encaminhar cópia do **Plano Municipal de Assistência Social**, para o e-mail: lubatistapsi@hotmail.com.

Ressaltamos que as Secretarias dos Municípios pesquisados têm a garantia de sigilo quanto às informações apresentadas e todos os cuidados éticos relativos à pesquisa. Os resultados desta pesquisa serão publicados e divulgados em eventos acadêmicos e científicos, bem como por meio de artigos em revistas científicas, sempre assegurando o anonimato das pessoas e dos estabelecimentos assistenciais.

A presente pesquisa visa estudar, por meio da Genealogia, proposta por Michel Foucault as políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na região de abrangência do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP). Como pesquisadora, realizaremos uma análise documental dos Planos Municipais de Assistência Social dos municípios pertencentes ao CIVAP. Por meio da análise da bibliografia estudaremos a política para a criança e o adolescente na atualidade brasileira e com a análise documental buscaremos compreender a estrutura, modo de funcionamento, efetividade, práticas, principais problemas e desafios que enfrentam tais equipamentos sociais.

Tais resultados também oferecerão dados para orientar os gestores municipais e demais autoridades na implementação de políticas mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e adolescência na região.

Atenciosamente,



Luciana Batista da Silva
Pesquisadora
Doutoranda em Psicologia – UNESP/Assis

ANEXO III. Ofício de Solicitação de acesso aos Planos de Trabalho das Entidades Socioassistenciais

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA NOS ARQUIVOS DA ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL

Assis, 03 de maio de 2019.

Ilma. Sra.
Diretora da Entidade Socioassistencial

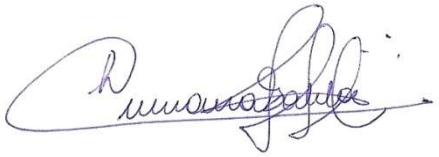
Por meio do presente ofício, Luciana Batista da Silva, Psicóloga, portadora do R.G. 28.430.037-8 e do CPF 278.148.168-82, residente e domiciliada à Rua Três de Maio, 1418 – Vila Ribeiro, Assis, SP. CEP 19802-360, Fone: Cel. (18) 99752-8772, e-mail: lubatistapsi@hotmail.com, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, FCL/UNESP de Assis, SP, venho solicitar sua autorização formal para a realização de pesquisa documental junto aos Planos de Trabalho da Entidade Socioassistencial.

A presente pesquisa visa estudar, por meio da Genealogia, proposta por Michel Foucault as políticas públicas sociais para crianças e adolescentes na região de abrangência do CIVAP. Como pesquisadora, realizaremos uma análise documental dos Planos de Trabalho da Entidade. Por meio da análise da bibliografia estudaremos a política para a criança e o adolescente na atualidade brasileira e com a análise documental buscaremos compreender a estrutura, modo de funcionamento, efetividade, práticas, principais problemas e desafios que enfrentam tais equipamentos sociais.

As entidades pesquisadas têm a garantia de sigilo quanto às informações apresentadas e todos os cuidados éticos relativos à pesquisa. Os resultados desta pesquisa serão publicados e divulgados em eventos acadêmicos e científicos, bem como por meio de artigos em revistas científicas, sempre assegurando o anonimato das pessoas e dos estabelecimentos assistenciais.

Tais resultados também oferecerão dados para orientar os gestores municipais e demais autoridades na implementação de políticas mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e adolescência na região.

Atenciosamente,



Luciana Batista da Silva
Pesquisadora
Doutoranda em Psicologia – UNESP/Assis

ANEXO IV. Carta de Apresentação da Pesquisa

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A Pesquisa "Análise Genealógica das políticas públicas sociais para infância e adolescência na região do CIVAP", está sendo realizada dentro do Programa de Pós Graduação em Psicologia – Doutorado – UNESP/Assis, pela pesquisadora Luciana Batista da Silva, tendo como orientador o Professor Doutor Sílvio José Benelli. A presente pesquisa trata-se de um estudo das políticas públicas sociais no Vale do Paranapanema, região abrangência do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – CIVAP, que congrega 24 (vinte e quatro) municípios do interior de São Paulo, sendo eles: Assis, Borá, Cândido Mota, Campos Novos Paulista, Cruzália, Echaporã , Florínea, Ibirarema, Iepê, João Ramalho, Lutécia, Maracaí, Nantes, Ocauçu, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista , Platina, Santa Cruz do Rio Pardo, Quatá, Rancharia, Taciba e Tarumã (totalizando aproximadamente 400.000 habitantes). Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise genealógica das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes (Secretarias Municipais de Assistência Social e seus equipamentos: CREAS e CRAS) no Vale do Paranapanema, inspirada na perspectiva genealógica e, além disso, investigar quais as práticas que estão sendo engendradas nas diferentes entidades socioassistenciais (ONG´s, OSCIP´s) que também atendem esta clientela. Além disso, pretende-se analisar a situação atual destas políticas, a partir de uma crítica sobre os saberes e fazeres da psicologia, no campo social, tendo como foco as ações para crianças e adolescentes, considerados em situação de risco e vulnerabilidade. Pretende-se discutir também qual a noção de sujeito presente nos discursos dos profissionais que atuam na área. Para a realização deste trabalho, utilizamos a perspectiva genealógica de Michel Foucault. A pesquisa será realizada por meio da análise de fontes documentais (Planos Municipais das Secretarias de Assistência Social e das Entidades Socioassistenciais e Questionários). São participantes da pesquisa os coordenadores das 24 (vinte e quatro) Secretarias Municipais de Assistência Social e de seus equipamentos: CRAS e CREAS, da região. Além disso, serão sujeitos da pesquisa os coordenadores de 04 (quatro) entidades socioassistenciais de Cidades Polo (Assis, Palmital e Cândido Mota e Platina). Entendemos que a análise destas práticas na área de abrangência estudada, pode fornecer elementos para pensar e redimensionar o atual processo de implantação das políticas públicas sociais para infância e adolescência na região.

Luciana Batista da Silva
Pesquisadora - Doutoranda em Psicologia – UNESP/Assis

ANEXO V. Declaração de Instituição e Infraestrutura para o uso de arquivos do CIVAP

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO E INFRAESTRUTURA PARA O USO DE ARQUIVOS DO CIVAP PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DOCUMENTAL

Por meio da presente declaração, informamos que o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP, cuja sede, situada à Via Chico Mendes nº. 65 – Quinta dos Flanboyants, Assis, SP possui a infraestrutura adequada para a realização de pesquisa documental proposta pela pesquisadora Luciana Batista da Silva, Psicóloga, portadora do R.G. 28.430.037-8 e do CPF 278.148.168-82, residente e domiciliada à Rua Três de Maio, 1418 – Vila Ribeiro, Assis, SP. CEP 19802-360, Fone: Cel. (18) 99752-8772, e-mail: lubatistapsi@hotmail.com, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, FCL/UNESP de Assis, SP.

Temos interesse em que essa pesquisa seja realizada, pois seus resultados oferecerão dados para orientar os gestores municipais e demais autoridades na implementação de politicas públicas sociais mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e adolescência na região de abrangência do Consórcio.

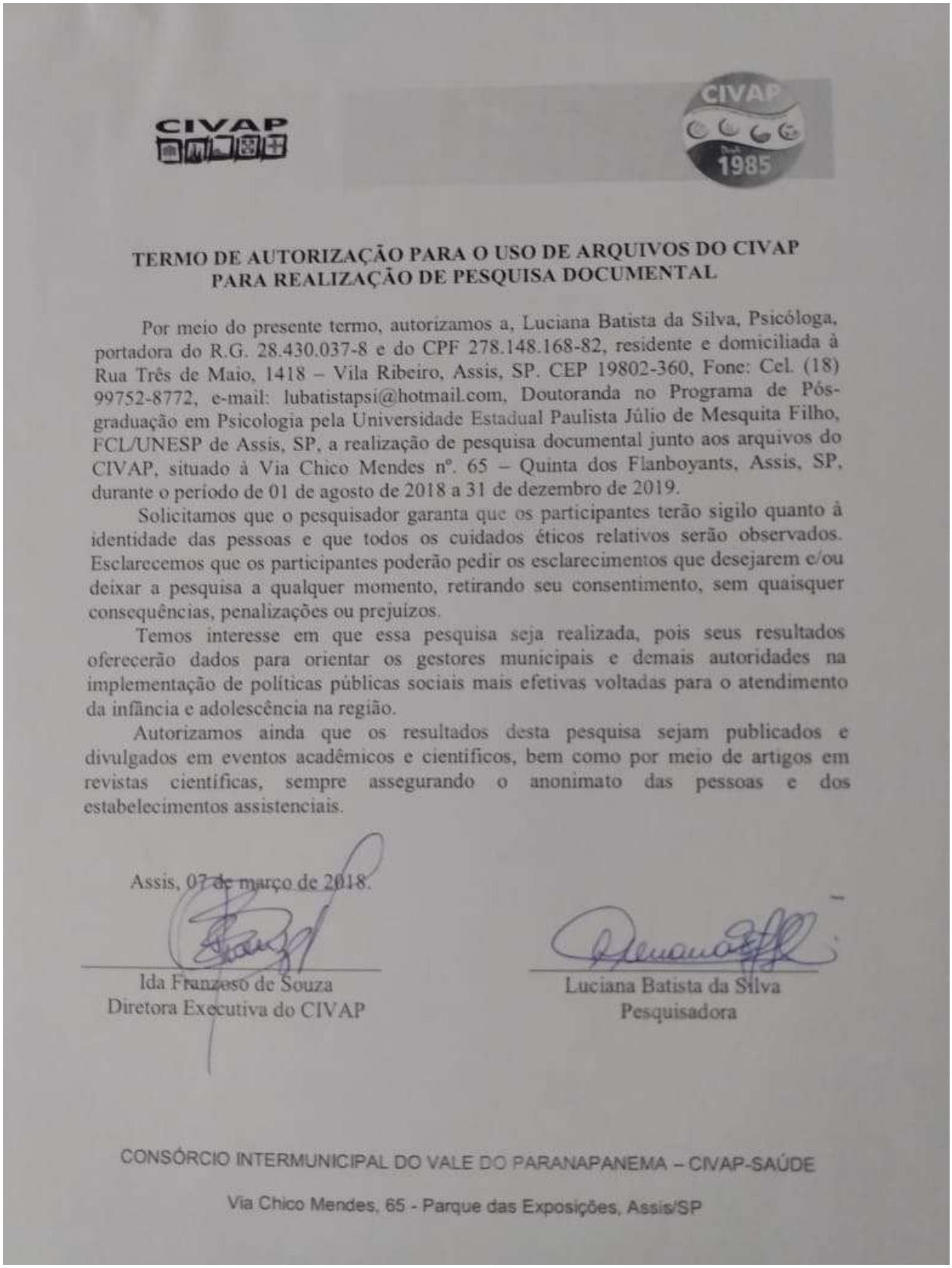
Assis, 07 de março de 2018.

Ida Franzoso de Souza
Diretora Executiva do CIVAP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA – CIVAP-SAÚDE

Via Chico Mendes, 65 - Parque das Exposições, Assis/SP

ANEXO VI. Termo de Autorização para a o uso de Arquivos do CIVAP para realização da Pesquisa Documental



CIVAP

CIVAP 1985

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE ARQUIVOS DO CIVAP PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DOCUMENTAL

Por meio do presente termo, autorizamos a, Luciana Batista da Silva, Psicóloga, portadora do R.G. 28.430.037-8 e do CPF 278.148.168-82, residente e domiciliada à Rua Três de Maio, 1418 – Vila Ribeiro, Assis, SP. CEP 19802-360, Fone: Cel. (18) 99752-8772, e-mail: lubatistapsi@hotmail.com, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, FCL/UNESP de Assis, SP, a realização de pesquisa documental junto aos arquivos do CIVAP, situado à Via Chico Mendes nº. 65 – Quinta dos Flanboyants, Assis, SP, durante o período de 01 de agosto de 2018 a 31 de dezembro de 2019.

Solicitamos que o pesquisador garanta que os participantes terão sigilo quanto à identidade das pessoas e que todos os cuidados éticos relativos serão observados. Esclarecemos que os participantes poderão pedir os esclarecimentos que desejarem e/ou deixar a pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos.

Temos interesse em que essa pesquisa seja realizada, pois seus resultados oferecerão dados para orientar os gestores municipais e demais autoridades na implementação de políticas públicas sociais mais efetivas voltadas para o atendimento da infância e adolescência na região.

Autorizamos ainda que os resultados desta pesquisa sejam publicados e divulgados em eventos acadêmicos e científicos, bem como por meio de artigos em revistas científicas, sempre assegurando o anonimato das pessoas e dos estabelecimentos assistenciais.

Assis, 07 de março de 2018.

Ida Franzoso de Souza
Diretora Executiva do CIVAP

Luciana Batista da Silva
Pesquisadora

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA – CIVAP-SAÚDE

Via Chico Mendes, 65 - Parque das Exposições, Assis/SP